UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES/CCHLA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

JOYCE LINS PONTES

O PARADIGMA DA SUSTENTABILIDADE E A PERSPECTIVA DO *ENVIRONMENTAL, SOCIAL AND GOVERNANCE* NO ESPAÇO TURÍSTICO DE TIBAU DO SUL/RN

NATAL/RN
2022

JOYCE LINS PONTES

O PARADIGMA DA SUSTENTABILIDADE E A PERSPECTIVA DO *ENVIRONMENTAL, SOCIAL AND GOVERNANCE* NO ESPAÇO TURÍSTICO DE TIBAU DO SUL/RN

Monografia apresentada como pré-requisito para obtenção do título de Bacharel em Geografia, ao Curso de Geografia Bacharelado da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.

Orientadora: Profa. Drª. Maria Aparecida Pontes da Fonseca

NATAL/RN
2022

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes - CCHLA

Pontes, Joyce Lins.
O paradigma da sustentabilidade e a perspectiva do environmental, social and governance no espaço turístico de Tibau do Sul/RN / Joyce Lins Pontes. - Natal, 2022.
135 f.: il. color.

Monografia (graduação) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2022.
Orientadora: Profa. Dra. Maria Aparecida Pontes da Fonseca.

1. Turismo - Monografia. 2. Sustentabilidade - Monografia. 3. Environmental - Social and Governance - Monografia. 4. Empresas - Monografia. 5. Tibau do Sul - Monografia. I. Fonseca, Maria Aparecida Pontes da. II. Título.

RN/UF/BS-CCHLA CDU 911.3:338.48(813.2)

Elaborado por Heverton Thiago Luiz da Silva - CRB-15/710

JOYCE LINS PONTES

O PARADIGMA DA SUSTENTABILIDADE E A PERSPECTIVA DO *ENVIRONMENTAL, SOCIAL AND GOVERNANCE* NO ESPAÇO TURÍSTICO DE TIBAU DO SUL/RN

Esta monografia foi julgada e aprovada para obtenção do título de Bacharel em Geografia, no Curso de Geografia Bacharelado da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

BANCA EXAMINADORA

_____

Profa. Drª. Maria Aparecida Pontes da Fonseca (Orientadora)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

_____

Prof. Dr. Francisco Fransualdo de Azevedo (Membro Interno)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

_____

Prof. Me. Ricardo Rayan Nascimento Rocha (Membro Interno)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

Natal __/__/__

A todos aqueles que acreditaram e apoiaram a minha escolha de ser Geógrafa. A vós que age com verdade e torce pelo meu sucesso. Essa obra vos dedico.

AGRADECIMENTOS

A Deus agradeço a oportunidade de me proporcionar o fôlego da vida, a perseverança, a saúde e a sabedoria. Ao atravessar uma pandemia que assolou o mundo, a experiência me permitiu evoluir, ser mais resiliente e compreender minha ínfima existência diante da magnitude do universo.

Dedico este trabalho e minha profunda gratidão a minha família, em especial ao meu pai, José Eronaldo, da qual herdei a teimosia, personalidade e coragem; a minha mãe, Diana Lins, que aturou minhas conversas sobre assuntos acadêmicos, teorias e turbulências que durante todas as etapas da minha formação se fizeram presentes. Meus pais, vocês iluminam minha vida com carinho e amor que noto em cada detalhe e esforço que empregam para que eu alcance os meus propósitos mesmo que, por muitas vezes, esses não se apresentem tão claros, como eu gostaria. De qualquer modo, meu muito obrigada.

Agradeço profundamente ao meu melhor amigo, companheiro e amor da minha vida, Christian Braz. Saiba que, sem sua presença essa jornada seria desgastante e estressante, você é um filtro de cores vibrantes para minha paleta cinza. Obrigada por me apresentar a universidade, por desbravar comigo o campus, pelas idas e vindas para me deixar nas aulas, bem cedo, e pelo amor incondicional que emprega em suas ações a mim. Você é tudo e mais um pouco em minha vida, essa vitória também é sua.

Ao presente que a universidade me deu em forma de amiga e confidente, Luana Antunes, a você agradeço pelos doces momentos de desabafo e companheirismo. A sua sinceridade e confiança me permitiram acreditar que uma amizade pode florescer quando menos esperamos. Obrigada pelos mimos, por ser fiel e pelas risadas e tempo juntas.

A todos os professores que marcaram, com seus sábios ensinamentos, a minha formação, os meus profundos agradecimentos, em especial a minha orientadora, Maria Aparecida, que me proporcionou adentrar no mundo da pesquisa, da qual me identifiquei e amadureci como aluna e profissional. Essa experiência reflete na metodologia e esforços empregados neste trabalho. Também gostaria de agradecer ao professor Francisco Fransualdo que desde o primeiro momento que apresentei minha proposta, ele me encorajou e me fez acreditar que eu seria capaz de elaborar um trabalho relevante sobre essa temática. Não poderia encerrar os agradecimentos sem deixar de enfatizar os agentes públicos e privados de Tibau do Sul, da qual me prestaram total apoio e clareza quanto ao fornecimento de informações para fomento desse TCC. Um agradecimento em especial, ao então Assessor técnico de Turismo João Serafim, obrigada!

Uma luta travou-me no peito, que o sono me tirou; sofria como revoltosos em ferro. De repente - Viva a temeridade! - É muito certo que a indiscrição por vezes nos ampara, quando a trama periga. Isso nos mostra que um deus aperfeiçoa nossos planos, ainda que mal traçados.
(Ato V, cena II, Hamlet).

William Shakespeare

RESUMO

Em contraponto ao modelo turístico massivo do pós-guerra, surge o turismo sustentável com base nos princípios da sustentabilidade que aponta a necessidade da diminuição dos impactos socioambientais gerados pelas atividades turísticas. Antenadas ao novo paradigma, o município de Tibau do Sul vem se destacando nas práticas de um turismo mais sustentável, recebendo, inclusive algumas certificações importantes (Padrão de Destinos Verdes; Safe Travel da World Travel Tourism Council). O objetivo do trabalho é analisar como os princípios do paradigma da sustentabilidade vêm sendo adotados no espaço turístico de Tibau do Sul/RN. A construção de um banco de dados secundários, a partir dos órgãos e instituições públicas (Prefeitura Municipal, SETUR/RN, Ministério do Turismo, IBGE, FIRJAN), possibilitou uma análise socioeconômica e ambiental do município. Através da realização de entrevistas com agentes da gestão pública municipal, associações do setor turístico e empresários locais, procurou-se compreender o papel das empresas de hospedagens e outros empreendimentos, quanto a suas ações em prol da conservação do meio ambiente, a partir do conceito de *Environmental, Social and Governance* (ESG). Os resultados apontam que mesmo desconhecendo o referido conceito algumas associações já aplicam parâmetros do ESG em suas ações. Já para os meios de hospedagens, observou-se que esses já o conhecem e adaptaram os parâmetros para suas atividades, fomentando as práticas de Ecobusiness.

Palavras-chave: Turismo; Sustentabilidade; *Environmental, Social and Governance*; Empresas; Tibau do Sul.

ABSTRACT

In contrast to the post-war mass tourism model, sustainable tourism emerges based on the principles of sustainability which points to the need to reduce the socio-environmental impacts generated by tourist activities. Attuned to the new paradigm, the municipality of Tibau do Sul has been standing out in practices of more sustainable tourism, even receiving some important certifications (Standard of Green Destinations; Safe Travel from the World Travel Tourism Council). The objective of this work is to analyze how the principles of the sustainability paradigm have been adopted in the tourist space of Tibau do Sul/RN. The construction of a secondary database, based on public bodies and institutions (City Hall, SETUR/RN, Ministry of Tourism, IBGE, FIRJAN), enabled a socioeconomic and environmental analysis of the municipality. Through interviews with municipal public management agents, tourism sector associations and local businessmen, an attempt was made to understand the role of lodging companies and other enterprises, regarding their actions in favor of environmental conservation, based on the concept of Environmental, Social and Governance (ESG). The results indicate that even though they are unaware of the aforementioned concept, some associations already apply ESG parameters in their actions. As for the means of accommodation, it was observed that they already know it and have adapted the parameters for their activities, promoting Ecobusiness practices.

Keywords: Tourism; Sustainability; Environmental, Social and Governance; Companies; Tibau do Sul.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1 – Os Dez Princípios que norteiam o Pacto Global 47
Figura 2 –Placas na entrada do Santuário Ecológico de Pipa, 2022 56
Figura 3 – Croqui turístico de Tibau do Sul. 56
Figura 4 – Ponto turístico Mirante das Cacimbinhas 57
Figura 5 – Vista contemplativa do Mirante.....57
Figura 6 – Imagem de Satélite do centro de Tibau do Sul 60
Figura 7 – Imagem de Satélite do distrito de Pipa 60
Figura 8 – Variáveis por área de desenvolvimento, segundo FIRJAN, 2018 91
Figura 9 – Série histórica dos IFDM para o município de Tibau do Sul.....94
Figura 10 – Empreendimentos que possuem licença concedida pelo IDEMA 98
Figura 11– Metas da ODS 110
Figura 12 - Radar ODS para Tibau do Sul 110
Figura 13 – Conjunto de imagens dos produtos da linha Preserve Pipa 113
Figura 14 – Prêmio do Preserve Pipa para a empresa mais sustentável.....114
Figura 15 – Nuvens de palavras 116

GRÁFICOS

Gráfico 1 – Os meios de hospedagem cadastrados no Cadastur 66
Gráfico 2 – Série histórica do cadastramento de empreendimentos das hospedagens...67
Gráfico 3 – Categoria dos serviços de Alimentação em Tibau do Sul 68
Gráfico 4 – Quantitativo de empregos com carteira assinada no setor de turismo de Tibau do Sul.....81
Gráfico 5 – Grau de instrução dos empregados com carteira assinada no setor do turismo em Tibau do Sul.....82
Gráfico 6 – Percentual de outros serviços fora o dormitório nos meios de hospedagens 85
Gráfico 7 – Produtos comprados das parcerias locais 86
Gráfico 8 – Média de funcionários presente nos meios de hospedagem dos membros da ASHTEP 86
Gráfico 9 – Período de abertura dos meios de hospedagem.....87
Gráfico 10 – Evolução do PIB per capita para o município de Tibau do Sul.....90
Gráfico 11 – Evolução do PIB per capita para a categoria de Serviços 90

Gráfico 12 - Avaliação dos impactos ambientais pela perspectiva dos associados.....100
Gráfico 13 – Descarte dos resíduos sólidos pelos membros da ASHTEP.....101
Gráfico 14 – Prática do Ecobusiness nas hospedagens associadas.....112

MAPAS

Mapa 1 – Localização do município de Tibau do Sul/RN, 2022.....20
Mapa 2 – Municípios pertencentes ao Polo Costa das Dunas e sua divisão territorial ..52
Mapa 3 – Distribuição espacial dos hotéis e pousadas em Tibau do Sul 73
Mapa 4 – Distribuição espacial dos Apart-hotéis em Tibau do Sul 74
Mapa 5 – Distribuição espacial dos Albergues em Tibau do Sul.....75
Mapa 6 – Distribuição espacial dos alojamentos não especificados em Tibau do Sul...76
Mapa 7 – Distribuição espacial dos Restaurantes e similares em Tibau do Sul.....77
Mapa 8 – Distribuição espacial dos Bares em Tibau do Sul 78
Mapa 9 - Empreendimentos da categoria de Turismo e Lazer que fazem parte do Pacto Global 108

QUADROS

Quadro 1 – Série histórica das iniciativas que fomentaram o desenvolvimento do conceito da Sustentabilidade 40
Quadro 2 – Documentos que foram desenvolvidos após conferência de 1992, sobre sustentabilidade e turismo 41
Quadro 3 - Diferença conceitual entre Ecoturismo e Turismo sustentável, segundo o MTur 2010.....55
Quadro 4 - Diferença entre o segmento do turismo e a atividade turística 58
Quadro 5 – Intervalo de cadastramento dos empreendimentos de hospedagem.....66
Quadro 6 – Série histórica dos cadastramentos das agências de turismo 68
Quadro 7 – Distribuição dos meios de hospedagem contabilizados em 2022 71
Quadro 8 – Distribuição dos serviços de alimentação contabilizados em 2022 72
Quadro 9 – Municípios pertencentes ao PCD e seus respectivos Índices de Desenvolvimento.....92
Quadro 10 - Regulamentos e normas que regem a gestão municipal de Tibau do Sul..95

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Participação dos municípios do PCD - MTur, 2019 53
Tabela 2 – Empregos para o setor do turismo em Tibau do Sul, 2020 80
Tabela 3 – Número de admissões e demissões nas atividades turísticas selecionadas em Tibau do Sul - 2020, 2021 e 2022 83
Tabela 4 – Dados socioeconômicos do Município de Tibau do Sul 88
Tabela 5 – Leis fundamentadas para o turismo, sociedade e meio ambiente 96

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACTs	Atividades Características do Turismo
ASHTEP	Associação dos hoteleiros de Tibau do Sul
BDIA	Banco de Informações Ambientais
CADASTUR	Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
ESG	Environmental, Social and Governance
FECOMÉRCIORN	Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Rio Grande do Norte
FIRJAN	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEMA	Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDSC-BR	Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil
IFDM	Índice Firjan de Desenvolvimento Sustentável
MTUR	Ministério do Turismo
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PCD	Polo Costa das Dunas
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RN	Rio Grande do Norte
SETUR	Secretaria Municipal de Turismo
SIDTUR	Sistema de Informação sobre Destinos Turísticos
QGIS	Quantum GIS (Sistema de Informações Geográficas (SIG))

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 15

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS 20

2.1 Caracterização da área de estudo 20

2.2 Método de coleta e tratamento dos dados 22

3. DISCUTINDO GEOGRAFIA, TURISMO E SUSTENTABILIDADE 27

3.1 Espaço, território e turismo 27
3.2 A atividade turística e a discussão sobre sustentabilidade 36
3.3 O *Environmental, Social and Governance*: a sustentabilidade no âmbito das empresas 44

4. O TURISMO EM TIBAU DO SUL: UMA DISCUSSÃO SOBRE A VALORIZAÇÃO DO LOCAL 50

4.1 A singularidade turística da destinação Tibau do Sul/Pipa..... 50
4.2 A promoção do turismo e a valorização dos produtores locais 61
4.3 As Atividades Características do Turismo mais relevantes..... 64
4.4 Empregos turísticos gerados na perspectiva da sustentabilidade..... 80

5. O PARADIGMA DA SUSTENTABILIDADE E O TURISMO EM TIBAU DO SUL 88

5.1 Indicadores socioeconômicos, ambientais e instrumentos normativos.....88

5.2 O paradigma da sustentabilidade turística nas empresas e o ESG.....103

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS 118

REFERÊNCIAS..... 121

APÊNDICES 127

APÊNDICE A - Quadro de questões realizadas nas entrevistas aos agentes do setor público de Tibau do Sul/RN, 2022 127

APÊNDICE B - Quadro de questões realizadas nas entrevistas para a Associação das Barracas de Praia do Amor e a Associação das Barracas de Praia do Madeiro 129

APÊNDICE C - Quadro de questões realizadas na entrevista ao representante da ASHTEP 131

APÊNDICE D - Modelo de questionário aplicado aos membros associados da ASHTEP 132

1. INTRODUÇÃO

Nos anos seguintes, ao término da Segunda Guerra Mundial e criação da ONU (1945), observasse mudanças no que se refere aos hábitos, valores e modo de pensar. Emerge uma maior preocupação com o modelo de desenvolvimento fordista, baseado no consumo de massa. Nesse contexto, inicia-se a difusão da necessidade de se repensar as questões estabelecidas entre o homem e o meio ambiente.

Seguindo uma linha cronológica, no ano de 1962 ocorreu a publicação do livro – A Primavera Silenciosa – de Rachel Carson -, este desenvolveu alertas para a utilização de pesticidas químicos nas plantações e os impactos cometidos na vida daqueles que consumiam os alimentos contaminados. A publicação impulsionou surgimentos de ONGs ambientais em prol da defesa do meio ambiente e da saúde humana. Ainda nesse período foi transmitida a primeira foto da Terra vista do espaço, o que influenciou na visão da fragilidade e importância do ecossistema planetário para a humanidade. Logo, nota-se uma ascensão dos movimentos ambientalistas, que apontavam mudanças necessárias a conservação do planeta, para as gerações atuais e futuras, com base na discussão proposta pelo paradigma da sustentabilidade que emergirá nas décadas seguintes.

Deste modo, no ano de 1972 em Estocolmo/Suécia, a ONU organizou a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano. A reunião foi promissora e dentre os pontos citados no relatório nota-se um Manifesto Ambiental, que dispõe de vinte e seis princípios com recomendações sobre conservação e uso do meio ambiente, como observados nos princípios 2 e 19, pela UNITED NATIONS (1973, p. 4-5),

> Os recursos naturais da Terra, incluindo o ar, a água, a terra, a fauna e a flora são simplesmente representações do ecossistema natural, que deve ser protegido para o benefício das gerações presentes e futuras mediante um planejamento e gerenciamento cuidadoso, como apropriado. [...] Em questão a educação em ambiental, para a geração dos mais jovens bem como os adultos, dando a devida consideração para os desfavorecidos, é essencial para ampliar a base para uma opinião esclarecida e uma conduta responsável dos indivíduos, empresas e comunidades na proteção e melhorar o meio ambiente em sua plena dimensão humana. (tradução própria).

Trechos encontrados no princípio 19 do referido documento, diz respeito à conduta responsável dos indivíduos, empresas e comunidades para proteção do meio ambiente que, por sua vez, remete aos princípios que norteiam o termo difundido atualmente pelas grandes corporações, o *Environmental, Social and Governance* (ESG). Esse termo surge em janeiro de 2004, a partir da publicação do documento *Who Cares Wins* (Quem se Importa Vence), que nasce por meio da ação do então secretário geral da ONU, Kofi Annan, que convidou cinquenta e cinco das principais empresas do mundo

para aderir a iniciativa sustentável. O relatório aborda recomendações para que o setor financeiro integre as políticas empresariais questões ambientais, sociais e de governança, na análise do mercado de valores. O termo foi construído com base nos Dez Princípios do Pacto Global. Esse será mais satisfatoriamente abordado nos capítulos adiante, sendo importante primeiramente compreender como se deu o desenvolvido da discussão sobre a sustentabilidade, para posteriormente analisar a sua variação e aplicabilidade no contexto turístico.

Ainda no que se refere ao ano de 1972, a Assembleia Geral criou o programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, que dentre seus objetivos principais, encontrava-se a preocupação para os aspectos ambientais das catástrofes e conflitos, a gestão dos ecossistemas, a governança ambiental, mudanças climáticas entre outros pontos. Em 1983, a então médica Gro Harlem Brundtland, mestre em saúde pública e ex-Primeira-Ministra da Noruega, foi convidada a ocupar o cargo de presidente da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Então, em abril de 1987, a Comissão Brundtland publicou o relatório intitulado de *Nosso Futuro Comum,* esse é visto por alguns estudiosos como o marco para a discussão sobre a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável. O relatório trouxe abordagens relacionadas sobre as necessidades básicas de alimentação, saúde, habitação, matrizes energéticas voltadas para fontes renováveis que pudessem levar benefícios a serem compartilhados tanto nos países desenvolvidos, quanto nos subdesenvolvidos. (GUIMARÃES, 1997).

Assim, os projetos e ações voltadas para o meio ambiente e sustentabilidade tomam outro patamar, sobretudo no ano de 1992, em que foi realizado no Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, também conhecida como a Cúpula Terra ou Rio-92. Essa conferência resultou num diagrama de ideias e resoluções para proteção do planeta e desenvolvimento sustentável, também conhecido como Agenda 21, na qual constam-se atividades de intuito protetivo e de renovação dos recursos ambientais. As áreas de ação incluem: proteção das florestas, do ar, combate ao desmatamento, a perda de solo e a desertificação, prevenção da poluição da água, entre outros. (ONU, 2020).

Entre as discussões analisadas, percebe-se que a questão ambiental não diz respeito apenas aos problemas da natureza, mas também a interação e ações antrópicas do homem com o espaço, como esse intervém na sua edificação. Diante da globalização econômica a natureza fora vista apenas como um recurso a ser apropriado, transformado ou transposto, o comparando a um obstáculo. Tal fato, se refletiu no comportamento e

relação da interação do homem com o meio, que com o passar das décadas foi alterando suas ações e estudos voltados para a temática. (RODRIGUES, 1998).

A evolução do discurso sobre a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável se mostra notória com o caminhar das conferências. De acordo com Guimarães (1997) a Conferência de 1972 em Estocolmo, tratou de soluções mais técnicas, voltadas para problemas de contaminação, o que difere da Rio-92 que trabalhou estratégias e os prazos para a resolução de tais problemas, abordando questões de ordem técnica, mas também discursos mais íntegros que envolviam as questões sociais (exemplo: a pobreza) e ambientais (exemplo: o desmatamento). Logo, Guimarães (1997, p. 16) observa que:

> As propostas de superação da crise através do desenvolvimento sustentável questionam, em poucas palavras, um estilo de desenvolvimento internacionalizado, determinado pela tendência homogeneizadora da economia mundial como resultado da adaptação do modelo tecnológico e institucional das empresas transnacionais, e cujas expressões mais destacadas manifestam-se nos processos de modernização da agricultura, de urbanização, de apropriação intensiva do estoque dos recursos naturais e de utilização de fonte não renováveis de energia.

Deste modo, pensar a sustentabilidade não envolve apenas uma análise sobre o meio ambiente, mas sim a interação do homem com todos os elementos em conjunto de forma racional e inteligente. Logo, ainda em setembro de 2015 na sede da ONU em Nova York, ocorreu a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável. O evento envolveu os países membros da ONU que definiram novos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável, e um prazo para executá-los. Nessa foi elaborada a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, essa que estabelece 17 objetivos principais, dos quais os países membros se comprometeram a aplicar as medidas sustentáveis pelos próximos 15 anos, com intuito de fazer dessa uma política global e de respeito a natureza, por meio das ações governamentais e empresariais.

Esse breve resumo cronológico, se fez necessário para se compreender como o termo da sustentabilidade é inserido na sociedade, sendo observada a sua difusão com o passar das décadas e a sua aplicabilidade na contemporaneidade em diversos segmentos de serviços. Transpondo a categoria desse conceito, ultimamente muito tem se falado sobre o termo ESG, sobretudo na área econômica voltado para aplicação no mercado de valores, como supracitado, aplicado nas condutas de algumas empresas e instituições, substituindo o discurso da sustentabilidade, mas que em questões práticas este pode diferir dos princípios reais do conceito.

Sob essa perspectiva, observa-se que o desenvolvimento sustentável se pauta em uma análise holística do espaço como totalidade. Um espaço com objetos e relações que

definem suas especificidades, como por exemplo o espaço turístico, no qual a discussão sobre a sustentabilidade torna-se relevante, uma vez que, os novos turistas demandam o consumo de um espaço mais conservado e mais respeitoso com a socio-biodiversidade local. O tema da sustentabilidade ainda é muito amplo e atualmente vem sendo difundido na sociedade contemporânea por vezes de forma estratégica para incorporar a "moda" da preservação ambiental nos negócios. Assim, estratégias de marketing um tanto enganosas, também conhecidas como Greenwashing[1], podem maquiar as falhas na implementação da sustentabilidade de forma mais genuína, o afastando do objetivo real.

Logo, este trabalho pautará o seu recorte espacial para o município de Tibau do Sul/RN, uma importante destinação turística potiguar. O município escolhido apresenta diversos pontos turísticos que chamam atenção, com praias dotadas de paisagens paradisíacas que atraem turistas de diversas regiões e de outras nacionalidades. Outro ponto que justifica a motivação para estudá-lo é que esse foi o primeiro destino turístico brasileiro a receber a certificação - Padrão de Destinos Verdes -, concedida pela Green Destinations, selo verde internacional, que também o premiou em terceiro lugar na categoria Clima e Meio Ambiente no Prêmio História, em 2021 e foram selecionados nos 100 Melhores Destinos Sustentáveis[2] em 2020 e 2021. Recentemente (2022), o Mapa do Turismo Responsável Brasileiro o apontou, junto ao município de Acari (com a iniciativa do Geoparque Seridó), como destino de Turismo Sustentável, pelo modelo de gestão que busca enquadrar o município as metas da ODS. Além disso, o município já tinha ganhado o selo A de turismo, concedido pelo MTUR no ano 2018. (ABIH, 2020).

Todas essas certificações revelam a importância turística do destino e a sua busca em se adequar aos princípios norteadores da sustentabilidade. Diante dessa realidade, a problemática que norteia a temática propostas, consiste em identificar quais os fatores que permitem o destino turístico de Tibau do Sul ser referência quanto ao Turismo Sustentável, e se dentre as suas práticas sustentáveis à adoção do termo ESG. O objetivo geral do presente estudo está em analisar como os princípios do paradigma da sustentabilidade vem sendo adotados no espaço turísticos de Tibau do Sul/RN. Para os

---

[1] O termo traduzido como lavagem verde, foi apresentado pela primeira vez como análogo a lavagem cerebral, num artigo da revista New Scientist na década de 1990. O termo é utilizado quando empresas tentam camuflar os impactos ambientais, por meio de ações de marketing que apontam que a empresa segue padrões sustentáveis e que se preocupa com o meio ambiente, mas que esses se diferem nas práticas reais. (CNN, 2021).

[2] Por apresentar as boas práticas desenvolvidas no Santuário Ecológico durante a pandemia, o que lhe garantiu o selo - Safe Travel da World Travel Tourism Council -, sendo reconhecida como Turismo Seguro devido aos protocolos sanitários.

objetivos específicos têm-se: 1 - analisar a evolução do conceito de sustentabilidade e suas diversas abordagens; 2 - elaborar um panorama do turismo atual no município de Tibau do Sul; 3 - avaliar a sustentabilidade local a partir de os indicadores socioeconômicos e ambientais; 4 - identificar se o conceito do Environmental, Social and Governance (ESG) é conhecido pelos agentes do setor turístico e se esses vem aplicando o conceito em seus negócios

A discussão sobre o conceito da sustentabilidade, revela que, com o passar das décadas, esse incorpora e é incorporada nos espaços e serviços turísticos, tal constatação demonstra a necessidade de seu aprofundamento, a partir das realidades diversas. Deste modo, o presente trabalho busca contribuir para a discussão de que modo o paradigma da sustentabilidade tem promovido mudanças na realidade local, particularmente na perspectiva do setor empresarial. No Brasil, a discussão do ESG ainda é incipiente, sendo constatado poucos estudos que incorporam outras temáticas além do mercado de valores, como é o caso do turismo. Assim, o trabalho apresenta um caráter inovador, visto que será estabelecida uma análise sobre a sustentabilidade e o ESG, pelo viés geográfico.

Esse foi estruturado em seis capítulos, sendo esse o primeiro. O capítulo dois – Procedimentos Metodológicos -, aborda todos os procedimentos adotados para a realização deste estudo, no que diz respeito a coleta e tratamento dos dados; o capítulo três – Discutindo Geografia, Turismo e Sustentabilidade -, apresenta a fundamentação teórica, na qual utilizasse a perspectivas de autores que discutem temáticas centrais e que são considerados basilares para fundamentação do pensamento crítico. No capítulo quatro – O turismo em Tibau do Sul: uma discussão sobre a valorização do local -, consiste num rico fragmento dividido em quatro subcapítulos que expõem dados secundários e uma abordagem sobre a singularidades; a relação entre os empresários e os produtores locais; as atividades mais relevantes do turismo e os empregos gerados por essas.

No capítulo cinco – O paradigma da sustentabilidade e o turismo em Tibau do Sul -, é apresentada uma análise dos indicadores socioeconômicos e ambientais, assim como demais indicadores e os instrumentos normativos sobre a sustentabilidade nos meios de hospedagem em Tibau do Sul, atrelada a discussão do ESG. Finalizando no capítulo seis - Considerações finais -, trabalha um panorama de todo o trabalho, e expõe a importância as possibilidades para se trabalhar o turismo sustentável no município.

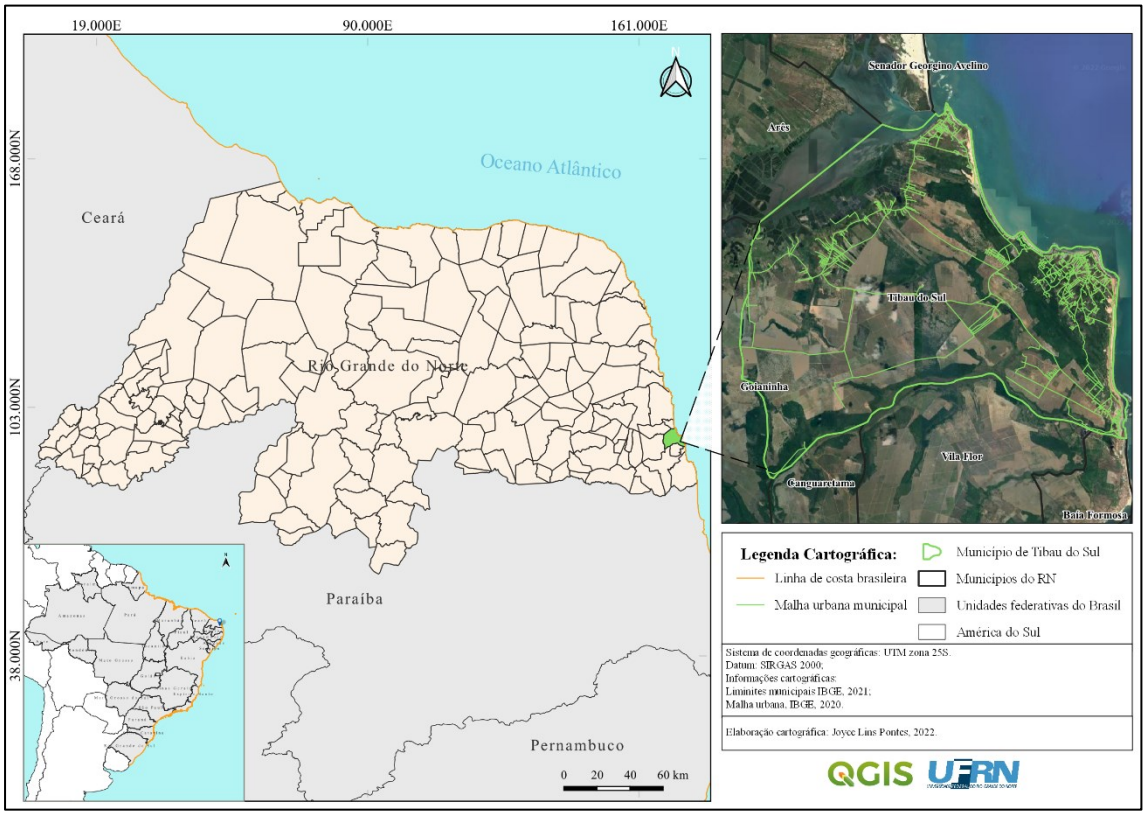
2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo expõe, essencialmente, a caracterização da área de estudo, sendo apresentado, brevemente, a história que antecede a estruturação da atividade turística no município, até os tempos contemporâneos. Logo, iniciasse com o recorte espacial, em que se trabalha a caracterização da área de estudo, seguido dos procedimentos metodológicos, processos de coleta e interpretação dos dados, assim como o recorte temporal que este estudo abarca.

2.1 Caracterização da área de estudo

O município de Tibau do Sul está localizado na mesorregião Leste Potiguar e na microrregião Litoral Sul fazendo fronteira com os municípios de Senador Georgino Avelino, Canguaretama, Vila Flor, Goianinha e Arês, além disso possui uma longa costa litorânea, banhada pelo Oceano Atlântico. A sede municipal apresenta as coordenadas 06°11’13,2” de latitude sul e 35°05’31,2” de longitude oeste, a sua Região Imediata[3] é o município de Canguaretama, sendo válido ressaltar que Tibau do Sul se encontra cerca de 79 km de distância da capital do estado, Natal/RN. (CPRM, 2005).

Mapa 1. Localização do município de Tibau do Sul/ RN, 2022



[3] Conforme a *Região imediata*: IBGE, Divisão Territorial Brasileira - DTB 2021

No Mapa 1 é possível observar a abrangência territorial do município de Tibau do Sul, as suas principais vias públicas e as praias de destaque que fazem parte da dinâmica turística e das paisagens locais, essas que auxiliam na dinâmica turística.

O município de Tibau do Sul foi povoado inicialmente nas proximidades entre a Lagoa de Guaraíras e o Oceano Atlântico, nessa porção existia um canal que servia para o escoamento das águas vindas do Rio Jacu. As terras que outrora foram ocupadas por índios Potiguares, logo recebe influência toponímia que gera o nome "Tibau" - origem tupi -, cujo significado quer dizer "entre duas águas". (IBGE Cidades, 2022).

Por volta do ano de 1873, as atividades agrícolas propiciaram crescimento ao povoado, sendo lá concretizada a primeira escola primária, inicialmente voltada para educação somente de homens. É apenas em 1911, que o então povoado é elevado a distrito, e, em 1953 a Vila. A alteração no nome Tibau, para Tibau do Sul foi viabilizada através da Lei Estadual nº 2.315, de 20 de dezembro de 1958, com o intuito de o diferenciar de outro município com mesmo nome, localizado ao norte do Estado, divisa com o Ceará. Assim, após poucos anos cria-se a Lei de n° 2.803, de 3 de abril de 1963, que emancipa o município de Tibau do Sul, levando-o a desmembrar-se de Goianinha e garantindo sua independência e divisão política-territorial. (IBGE Cidades, 2022).

Por volta da década de sessenta a praia de Pipa[4], hoje mundialmente conhecida, foi inicialmente povoada por uma aldeia de pescadores, descendentes dos índios, abarcando em sua essência as origens dos nativos. O distrito[5] antes utilizado pela comunidade local, acaba dando lugar às casas de veraneios das famílias mais abastadas de Goianinha[6]. Logo, é a partir dos anos de 1970, que a fama de suas belas praias acaba atraindo surfistas de várias regiões do Brasil, dando espaço para práticas esportivas e atividades turísticas com base atrativa na paisagem natural. Assim, o destino de Pipa antes voltado para o sustento da comunidade de pescadores, e, como lugar de segunda residência, acaba se tornando uma praia voltada para o turismo, que contém diversos

---

[4] "O topônimo Pipa é justificado em razão de uma pedra localizada à beira-mar, cuja forma assemelha-se a uma pipa (vasilha de guardar bebidas)." (OLIVEIRA, 2018).

[5] Pipa torna-se distrito por meio da Lei nº 379 de dezembro de 2008. O projeto de lei municipal apresentado pelo então vereador Manoel Messias Marinho, leva a ascensão de categoria do município. (OLIVEIRA, 2018).

[6] Segundo o IBGE, por volta de 1960 o distrito de Tibau do Sul se fazia pertencente ao município de Goianinha.

serviços de hospedagens, restaurantes, spas, boates, entre outros serviços voltados para o conforto do turista. (OLIVEIRA, 2018).

A partir da década de 1980, outras mudanças foram sendo introduzidas ao município. As margens da Lagoa de Guaraíras começaram-se projetos de carcinicultura, para criação de camarão marinho em cativeiro, substituindo as criações de peixes e que atualmente é considerada a segunda maior geradora de economia para o município, ficando atrás apenas da atividade turística. Outro elemento implementado foi o asfaltamento da estrada RN 003, que teve início no ano de 1986 e levou melhoras para acesso ao município. (OLIVEIRA, 2018).

De modo geral, Tibau do Sul possui uma vasta linha de costa composta pela Praia do Amor, Praia de Pipa, Praia do Madeiro, Chapadão, Baía dos Golfinhos, que são considerados atrativos turísticos reconhecidos pelo Ministério do Turismo na plataforma d0 SIDTUR. No entanto, existem outros pontos turísticos importantes que compõem a dinâmica do espaço turístico e urbano do município, tais como a sua classificação segundo o MTur, como município de categoria A, entre outros pontos que serão mais bem explicados nos capítulos subsequentes, ao ser desenvolvida a discussão sobre a caracterização do turismo no município.

2.2 Método de coleta e tratamento dos dados

No que tange os objetivos específicos supracitados para elaboração dessa monografia foram realizados os seguintes procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica; pesquisa documental; trabalho de campo que consistiu em entrevistas, aplicação de questionários e visita *in loco*; e o tratamento dos dados.

Pesquisa bibliográfica

A partir de uma abordagem geográfica, buscou-se compreender o espaço e o território usado pelo turismo na porção no município de Tibau do Sul. Para isso foram realizados levantamentos em diversas bibliografias, já tornada pública, a respeito do tema de estudo. Essas envolveram desde publicações em jornais, revistas e livros, até documentos oficiais das conferências da ONU, relatórios e monografias, essas permitiram a discussão dos conceitos fundamentais abordados neste trabalho, bem como a análise da evolução do turismo e da sustentabilidade para o município.

Pesquisa documental

Através da consulta de arquivos públicos municipais utilizou-se a plataforma da Prefeitura de Tibau do Sul, para coletar informações sobre documentos oficiais como Plano Diretor e leis para formulações das políticas públicas municipais estruturadas para o turismo e o meio ambiente. Seguindo essa perspectiva foram utilizados outros portais como o Ministério do Turismo, DataTur e o IDEMA que fornecem relatórios sobre o quadro municipal, quanto a existência de leis, câmaras técnicas, situação do turismo no município, licença ambiental para os empreendimentos, entre outros dados interessantes, que podem ser manipulados para diversos fins.

Do mesmo modo, foram utilizados outros portais como o Instituto Água e Saneamento, que apresenta quantitativos percentuais de saneamento a nível municipal, sendo coletadas informações sobre o abastecimento de água, resíduos solos e do esgotamento sanitário. Esses foram apresentados quando abordada as questões ambientais. Já o uso do SIDTUR, se deu mediante a busca dos destinos turísticos mais relevantes para o município; o CADASTUR, para coleta dos dados sobre as categorias de serviços que fazem parte do setor do turismo; o Ministério da Fazenda, para realizar a consulta por CNPj das hospedagens devidamente cadastradas, com intuito de descobrir o ano de abertura, a situação (ativa ou inativa), tipo e localização do empreendimento; e, a FECOMÉRCIO RN, com informações documentais e de notícias, a respeito do turismo em Tibau do Sul. Todos os dados serviram para elaboração de quadros, gráficos e tabelas que auxiliaram na compreensão e exposição das temáticas aqui trabalhadas.

Além disso, foram estabelecidos contatos com duas secretárias específicas, a Secretaria Municipal de Turismo e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Tibau do Sul/RN, que através da pesquisa de campo forneceram mais detalhes de como se apresenta a junção do turismo e a sustentabilidade no município.

Pesquisa de campo

Recorreu-se à pesquisa de campo com intuito de adquirir informações e/ou conhecimentos acerca da problemática estudada, na busca de respostas passíveis de comprovação, sendo necessária para ressaltar fenômenos discutidos e abordados na pesquisa bibliográfica. (LAKATOS, 2003). Buscou-se elaborar questões que permitissem a conexão do tema à realidade, no intuito de explorar os conflitos e conceitos, em que o tema da sustentabilidade se apresentasse no contexto real. A documentação direta, através da pesquisa de campo, em caso de inviabilidade, essa foi realizada por meio de entrevistas a agentes específicos, por meio da plataforma do Google Meet e aplicativo do WhatsApp.

No presente estudo, o trabalho *in loco* foi realizado no município de Tibau do Sul, no dia 31/10/2022, que consistiu numa entrevista presencial ao Secretário de Desenvolvimento Econômico e realização de registros fotográficos que pudessem colaborar para a discussão e desenvolvimento do conteúdo. Não obstante, foram realizadas entrevistas, por via Google Meet, junto aos representantes do setor público (Secretaria de Turismo), e do setor privado, esses representados pelas associações (Ass. dos Hoteleiros de Tibau do Sul e Pipa - ASHTEP, Ass. das Barracas de Praia do Amor e a Ass. das Barracas de Praia do Madeiro), todas essas realizadas no período entre 21 de outubro a 07 de novembro. No total foram realizadas cinco entrevistas, dois a representantes das secretarias públicas e três a agentes privados, esses representantes das associações.

Dentre as diversas metodologias para realização das entrevistas escolheu-se a *Padronizada ou Estruturada*, na qual segundo Lakatos (2003, p. 97), "é aquela em que o entrevistador segue um roteiro previamente estabelecido; as perguntas feitas ao indivíduo são predeterminadas". Visto isso, o roteiro de questões foi organizado conforme as temáticas da sustentabilidade e do ESG. Essas apresentam um padrão de temática, mas não necessariamente, contém questionamentos iguais para todos os agentes entrevistados. A padronização das questões foi obedecida conforme o roteiro preestabelecido; no entanto diante de algumas respostas e/ou dúvidas, houve uma abertura para não-padronização, em momentos que "deixando o informante falar à 'vontade' e, depois, ajudá-lo com outras perguntas, entrando em maiores detalhes", para os mínimos casos, na qual não houve clareza de compreensão. Para os registros das entrevistas foi utilizado um aplicativo de gravador de voz no celular, por meio do consentimento dos entrevistados, essa metodologia auxiliou na transcrição das falas consistindo numa maior veracidade às suas respostas.

Outro método utilizado para coleta de dados primários foi a realização de questionários[7]. Para a construção do questionário foi utilizado a plataforma Google Forms e esse transmitido via aplicativo do WhatsApp aos membros da ASHTEP (Associação dos Hoteleiros de Tibau do Sul). Os temas escolhidos foram selecionados conforme os três parâmetros que envolvem o significado da sigla do ESG, sendo utilizadas perguntas de múltipla escolha que continham fatos, ação, opinião e que seguiram uma determinada ordem de acordo com o raciocínio evolutivo das questões. (LAKATOS, 2003).

---

[7] Esse consiste em perguntas que devem ser respondidas sem a presença do entrevistador e depois devolvidas para análise.

O questionário consiste num instrumento de coleta de dados, no qual segundo Lakatos (2003, p. 201) "Em média, os questionários expedidos pelo pesquisador alcançam 25% de devolução." Para se estabelecer o recorte amostral para aplicação do questionário foi utilizada uma amostragem não probabilística intencional[8] e por conveniência[9], devido a impossibilidade de se aplicar a probabilística. Logo, não há intenção de generalizar o resultado das respostas colhidas como representação de todo o público do setor de hospedagem, visto que os membros da ASHTEP correspondem, cerca de 25,7% do total de empreendimentos de Tibau do Sul, categorizados no código CNAE I5510-8/001[10]. Dentro das respostas obtidas, foram retornadas cerca de 26,2% em relação ao total de membros associados, totalizando 11 respondentes, o que se enquadra na abordagem de Lakatos. Também foi elaborada uma nuvem de palavras com as respostas dos remetentes, para isso foi utilizado o programa online Word Art.

Tratamento dos dados

A partir dos dados levantados foi construído um banco de dados utilizando-se do software Excel para estruturação de planilhas e gráficos, que deram embasamento para o processo de análise e desenvolvimento da discussão sobre a espacialização da concentração dos empreendimentos turísticos disponíveis, no município de enfoque.

Para construção do material cartográfico, elaborado mediante a coleta das informações em plataformas oficiais, recorreu-se a banco de dados secundários, como o IBGE, para coleta de dados vetoriais; Ministério do Turismo, para dados referentes ao turismo no município e das atividades relacionadas ao setor, que estão cadastradas no CADASTUR, assim como o Mapa do Turismo que apresenta a região turística que o município está inserido, sendo elaborado um mapa do Polo Costa das Dunas. Já no Pacto Global, foi espacializada a distribuição geográfica dos empreendimentos da categoria Tourism & Leisure (Turismo e Lazer), apenas para o Brasil. As informações concedidas pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Secretaria de Turismo de Tibau do Sul também foram espacializadas os serviços de alojamento e alimentação, conforme a

---

[8] É quando se é feita uma escolha prévia do público que se deseja responder ao questionário. No caso deste estudo a escolha dos membros da associação ASHTEP se deu pelo fato do representante notificar que aplicação do conceito e parâmetros sobre a sustentabilidade, já eram de conhecimento de todos os membros, sobretudo de forma prática.

[9] Esse tipo de amostragem consiste na seleção da população acessível, na qual o acesso se dá mais facilmente, no que diz respeito à possibilidade para aplicação do questionário, não se estabelecendo um critério estatístico. (OCHOA, 2015).

[10] Segundo o IBGE, a subclasse dos meios de hospedagem compreende as atividades dos hotéis e pousadas combinadas ou não com o serviço de alimentação. São exemplos, Hotel, Pousada, Hotel Fazenda, Spa com serviço de alojamento.

distinção feita pelo código CNAE para cada tipo de serviço. Os Sistemas de Informações Geográficos (SIG) utilizado para o processamento dos dados e geração de mapas foi o Software QGIS Desktop 3.22.8.

Tais procedimentos são necessários, visto que a obtenção da informação não se faz relevante caso não haja metodologia e capacidade para transmitir um significado a informação que se tem, seja essa quantitativa ou qualitativa. Deste modo, conforme Bertin (1967, apud SAMPAIO 2019, p. 28), "os componentes da informação precisam ser entendidos e decifrados para que se torne possível à sua transposição, de forma correta, para a forma gráfica (campo central da Cartografia Temática)".

No que diz respeito à metodologia cartográfica utilizada nos mapas comparativos dos serviços de alojamentos e alimentação (os mais expressivos economicamente e espacialmente) a nível municipal, e, para o mapa do Pacto Global de nível Nacional, foram utilizadas duas técnicas diferentes nos intervalos de classes. Considerando-se que esses podem ser simétricos ou assimétricos, para os mapas foram adotados intervalos assimétricos, no qual segundo Sampaio os "Intervalos assimétricos empregam faixas variáveis de valores. Em dados geoespaciais, os procedimentos mais utilizados para a discretização assimétrica são Jenks e Quantil." (SAMPAIO, 2019, p. 226).

Ambos os intervalos auxiliaram numa espacialização mais clara dos dados, por meios do material cartográfico. O intervalo Jenks utiliza quebras naturais "emprega a análise da variância, sendo que a formação dos agrupamentos busca minimizar este valor entre os dados e, ao mesmo tempo, maximizar a variância entre as classes." A respeito do Quantil ou quantis, geralmente divide-se os dados em partes iguais e essa técnica pode ser utilizada para diferentes finalidades. Nos mapas foram utilizados esses dois modos de intervalos e o método de tamanho (com círculos que buscam representar a relevância da concentração percentual dos empreendimentos), e o método de cores, utilizando uma escala em degradê. (SAMPAIO, 2019, p. 227).

O recorte temporal para realização do presente estudo, consiste inicialmente na década de 1990, momento este em que o turismo começa a ser difundir em Tibau do Sul, conforme observado por Costa e Fonseca (2019, p. 93), ao dizer que, "Com a soma de esforços entre a iniciativa pública e privada, municípios litorâneos tornaram-se localidades turísticas, constituindo-se novas destinações, tais como Tibau do Sul, cujo crescimento ocorre de forma significativa a partir dos anos de 1990". A análise se estende até o ano presente, 2022, utilizando dados mais atualizados e uma discussão sobre a evolução dos serviços turísticos e do conceito da sustentabilidade.

3. DISCUTINDO GEOGRAFIA, TURISMO E SUSTENTABILIDADE

Neste capítulo encontrasse a égide para compreensão da problemática e conjuntura, na qual se revela primordial, para o desenvolvimento do pensamento crítico das temáticas que este trabalho discorre. Logo, a fundamentação teórica aqui disposta se baseia nas reflexões de expoentes da Geografia que discorrem a respeito do espaço geográfico e sua relação com o turismo. Além disso são apontados o desenvolvimento do turismo e a sustentabilidade, e uma análise sobre o termo ESG. Logo, se torna possível estabelecer as conexões teóricas e conceituais necessárias para se desenvolver a análise dos dados, a partir da problemática exposta na realidade do município enfocado.

3.1 Espaço, território e turismo

Para compreender o espaço geográfico, muitos estudiosos utilizam do expoente e grande pensador Milton Santos, na qual prestou grandes contribuições para o desenvolvimento de diversos conceitos basilares da Geografia. Moraes (1987) compreende que a busca para concretizar o objeto de estudo e a significação da Geografia quanto ciência, é trabalhado a partir de diversas perspectivas. Alguns conceitos foram subdivididos no modo de observação e descrição, como por exemplo: o conceito de paisagem e o estudo do espaço terrestre. O autor aponta que o significado do termo Geografia é muito abrangente, e ressalta que esse parte de uma visão holística sobre o estudo de todos os fenômenos manifestados na superfície terrestre, abrangendo as relações do homem e o meio, dentre outras propostas a depender do objeto de estudo.

Em seus apontamentos, a abordagem das concepções de formulações kantiana atribui a geografia com uma ciência sintética, descritiva e temporal. No entanto, mesmo apresentando uma visão de mundo abrangente, a geografia vai trabalhar sobretudo com fenômenos individuais, como por exemplo: lugar, paisagem, sociedade etc., de uma dada área, que almeja ser dado enfoque. A Geografia Crítica[11], como o próprio nome revela, estabeleceu críticas as correntes de pensamento que vigoravam à época, indo além das reflexões adotadas na Geografia Tradicional, pois ultrapassa as barreiras de análise, observando e estudando as relações presentes na sociedade e como essas irão desencadear uma série de fatores. Essa corrente traz consigo uma conceituação baseada em análises mais aprofundadas sobre as relações existentes no espaço.

[11] Possui raízes do progressismo francês, além de elaborar críticas e análise espacial dos problemas sociais, a corrente introduziu novas temáticas.

Moraes (1987) menciona os diversos expoentes da Geografia Crítica e as amplas ideias que levaram à construção desse modelo de pensamento, quanto ciência, sendo abordado argumentos desenvolvidos por pensadores, como por exemplo Milton Santos, e como esses vão elucidar e se diferenciar das demais formas de análise do espaço. A formulação ocorreu por meio de estudos temáticos das cidades e contou também com conhecimentos produzidos por autores de outras áreas, tais como sociólogos e filósofos. Com isso o leitor adquire a capacidade de perceber que a geografia, a partir do seu processo de renovação, adquire uma interdisciplinaridade na metodologia de suas análises a respeito do espaço e território.

A respeito do espaço social, Santos (1991, p. 38) o interpreta segunda as categorias de forma, estrutura e função, em sua concepção "A interpretação de um espaço ou de sua evolução só é possível através de uma análise global que possa combinar simultaneamente as três categorias analíticas- forma, estrutura e função- porque a relação é não somente funcional como estrutural." Com base nessa categoria, Corrêa (2000) alega o significado para cada uma que, segunda sua observação a forma consiste no "aspecto visível, exterior de um objeto", como por exemplo uma casa, ou um espaço urbano, que apresenta um determinado padrão de organização, a depender da sua escala e forma de desenvolvimento. A forma deve ser considerada não somente sob seu aspecto, ou de modo isolado e aparente, mas sim como parte de um todo. A função consiste no proceder da forma, ou seja, "o papel desempenhado pelo objeto", logo consistirá no trabalho, nas atividades de turismo, educação etc., que uma determinada cidade desempenha, por exemplo. A estrutura é o local em que a forma e função são desenvolvidas e procedentes de um determinado tempo e espaço que abarcam a economia, cultura e história de uma dada sociedade. Assim, observa-se a complexidade do espaço a partir dos seus nuances e influências, quanto a forma de se estruturar e operar. (CORRÊA, 2000, p. 28-29).

Santos (2006, p. 38) revela que o espaço é um conjunto constituído por fixos e fluxos, na qual os fixos, ou os elementos fixados em cada lugar, dão ao espaço uma característica, essas são recriadas ou renovadas conforme os fluxos. Os fluxos são apontados como "um resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos", assim a modificação das condições, sociais, econômicas e ambientais estarão interligadas aos fixos e fluxos que atribuem ou não valor e significado a um espaço. O autor aponta que,

> Fixos e fluxos juntos, interagindo, expressam a realidade geográfica e é desse modo que conjuntamente aparecem como um objeto possível para a geografia. Foi assim em todos os tempos, só que hoje os fixos são cada vez mais artificiais e mais fixados ao solo; os fluxos são cada vez mais diversos, mais amplos, mais numerosos, mais rápidos.

Deste modo, compreender a dinâmica do espaço consiste no esforço para analisar a convergência existente no papel de todos os elementos que o compõem, isto é, sua dimensão social, cultural, econômica, política e ambiental, na qual se faz inexequível a compressão deste, sem considerar todos os elementos. Santos destaca a dimensão política, observando que é "impossível analisar o espaço e sua evolução sem levar em conta o papel do estado na vida econômica e social." (SANTOS, 1991, p. 18). Para Cruz, "O espaço não constitui apenas um suporte para as relações sociais que sobre ele se dão. Ele é condicionado, mas também é condicionante." Assim, compreende-se que o conceito do espaço abrange diversos outros conceitos chaves, que são fundamentais para compressão da Geografia quanto ciência, como se sucede o conceito de território. (CRUZ, 2000, p. 16).

O conceito de território, esse que de certo modo, apresenta suas características particulares, se associa aos demais conceitos, sendo utilizado como uma perspectiva de compreender o espaço, sobretudo em relação ao seu uso. Para Haesbaert (2004), o território tem "dois significados: poder e dominação/apropriação", o autor acredita que dentro de um espaço podem coexistir diferentes territorialidades, os sujeitos dentro do território são passivos as relações de poder, de modo diferenciado, em cada porção territorial, e esses exercem ação sobre eles.

Logo, observa-se a relação de poder e dominação de um determinado espaço turístico que naturalmente apresenta características ambientais mais favoráveis, como: clima, praia de águas mornas, natureza, entre outros; do que aquelas porções que não os têm. Se, somado à infraestrutura, dinâmica econômica e serviços, a às características naturais, o destino torna-se único, favorável e potencial, conforme é possível observar no espaço turístico selecionado para esse estudo. No entanto, pensar a abordagem do território de Haesbaert (2004), como relação de poder e dominação, implica pensar nas relações de dependência que um determinado bairro, município ou ponto turístico emite para as demais porções do território.

Andrade (1998), também compreende que o conceito de território deva estar ligado a ideia de poder, não devendo esse ser confundido com o conceito de espaço ou lugar, pois a ideia de domínio de uma determinada porção territorial, faz parte da essência do conceito. Poder este representado pelo "poder público, estatal, quer ao poder das

grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas" (1998, p. 213).

O setor privado, aquele constituído pelas empresas, essas "superpõem ao território construído pelo Estado", pois há um jogo de interesses em que o Estado busca atender e privilegiar o setor privado para fomento da economia, estimulando as disputas por áreas de maior visibilidade e mercado, o que agrega valor à terra e o aumento da segregação socioespacial. (ANDRADE, 1998, p. 220).

Ainda no que se refere ao território, Raffestin faz uma colocação significativa, ao pontuar que o espaço antecede ao território "o território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático [...] ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator territorializa o espaço". Sobre a perspectiva de Lefebvre, o autor acrescenta que o território pode ser compreendido como o espaço que projeta "energia e informação" e que traz marcas de poder. Assim, entende-se que há uma diferença quanto ao significado atribuído à conceituação do território e espaço, sendo o espaço compreendido como "prisão original" e "o território é a prisão que os homens constroem para si." (RAFFESTIN,1993, p. 143-144).

Nessa perspectiva, Souza (2008, p. 81), reforça a interação existente entre espaço e território ao abordar que "os territórios são construídos e desconstruídos dentro de escalas temporais a mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica." Embora o conceito de território esteja dentro do conceito de espaço, o principal agente modelador desse é a sociedade, a partir do conjunto de suas ações antrópicas, a modelagem do território se dá para atender a o domínio e necessidades das demandas humanas.

A essa formação planejada ou não, compreendeu-se que as especificidades postas, muitas vezes acabam não sendo justas, pois foram e são desenvolvidas para uma construção espacial direcionada a um público-alvo, levando ao acentuamento das desigualdades e o surgimento de um território diferenciado e emissor de suas particularidades. Logo, Souza (2008, p. 86) considera o território como

> Um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre "nós" (o grupo, os membros da coletividade ou "comunidade", os insiders) e os "outros" (os de fora, os estranhos, os outsiders) .(grifo do autor).

Assim, a discussão do território mesmo que no âmago do conceito de espaço, permite perceber que as relações de poder, dominação, criação e de diferenças construídas

pela sociedade, aborda as perspectivas das demandas do capitalismo e das influências da globalização, no que dizem respeito a espacialização no território, sobretudo turístico. Esse que apresenta as suas desigualdades e os impactos socioespaciais de modo cada vez mais notória, geograficamente e visivelmente.

Assim, se faz relevante entender as dinâmicas espaciais, tendo em vista que o "território e, consequentemente, a territorialidade, como categoria temporária, de vez que no espaço e no tempo nada é permanente, tudo se acha em constante transformação." (ANDRADE, 1998, p. 220). Por meio da perspectiva do território, Santos (1998, p. 16-17) propõe o conceito de território usado como sinônimo de espaço humano. Para o autor,

> O território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado. Mesmo a análise da fluidez posta a serviço da competitividade, que hoje rege as relações econômicas, passa por aí […] a dialética do território já que usado o território é humano, podendo, desse modo, comportar uma dialética. Essa dialética afirma mediante um controle "local" da parcela "técnica" da produção e um controle remoto da parcela política da produção. A parcela técnica da produção permite que as cidades locais e regionais tenham um certo controle sobre a porção de território que as rodeia [...] Já o controle distante, localmente realizado sobre a parcela política da produção, é feito por cidades mundiais e os seus "relais" nos territórios diversos.

O território usado envolve uma complexidade devido às relações existentes entre o modelo econômico, a sociedade e a competitividade decorrente das influências e do sistema de redes que o interconecta. O mesmo autor aponte que "o território usado, visto como uma totalidade, é um campo privilegiado para a análise na medida em que, de um lado, nos revela a estrutura global da sociedade e, de outro lado, a própria complexidade do seu uso". (SANTOS, 2000, p. 12). Para Cruz, o território usado consiste em "sinônimo de espaço geográfico e relativa a porções do espaço efetivamente usadas pela sociedade e pelas empresas." (CRUZ, 2005, p. 28).

Quando se estuda o turismo e o seu papel, quanto construtor e agente modelador, surgem algumas dúvidas quanto às responsabilidades atribuídas ao planejamento e ordenamento estrutural das formas espaciais. Logo, se faz necessário reflexões que antecedem a compreensão dos territórios turísticos, essas são encontradas na discussão sobre o espaço e as suas formas de produção, apropriação e consumo. (CRUZ, 2000). Segundo Cruz (2000, p. 16),

> A eficácia dos objetos e a racionalidade das ações são dados da atualidade, presidida por uma necessária racionalidade do mercado (como condição da reprodução do capital) e por uma acirrada competitividade espacial, resultante da conformação de um mercado globalizado.

Nesse horizonte, pode-se associar o uso turístico do território, que envolve todos os serviços necessários para o funcionamento das atividades. Cruz (2000, p. 18-19) define

o território como "...espaço funcionalizado, apropriado por determinados atores sociais (que lhe atribuem determinadas funções), num dado momento histórico." A partir dessa apropriação o turismo vai se desenvolvendo e elegendo os seus territórios, levando em consideração as funções e momento histórico que a demanda atual exige. A respeito dessa seleção dos territórios turísticos a autora aponta que,

> …os territórios eleitos pelo turismo na atualidade não são, em todos os casos, os mesmos de ontem e não necessariamente, serão os mesmos de amanhã. E como não há uma cultura mundial, lugares turísticos valorizados por algum grupo social podem não ter qualquer significado para outros grupos.

Assim, há uma relação do uso do território para a atividade turística. A respeito do turismo, nas últimas décadas, o aumento dessa atividade se tornou cada vez mais significativa para economia e geração de renda dos países. Durante sua evolução o turismo se tornou cada vez mais técnico, essa tecnicidade se deu pela otimização do marketing, acessibilidade e a evolução dos transportes que permitiram um deslocamento mais rápido, facilitando e articulando a interação entre os fixos. A ascensão do setor está condicionada ao produto turístico, esse que transforma e readéqua a função dos estabelecimentos e a conexão entre si. Deste modo, o espaço vai sendo alterado para atender as lógicas de consumo turística vigentes, assim há uma maior demanda para o meio técnico, esse que "...por sua vez, viabilizou a expansão do turismo, inicialmente nos países desenvolvidos e, posteriormente, em escala bem menor, nos países menos desenvolvidos." (FONSECA, 2005, p. 69).

A respeito da compreensão conceitual do turismo, Cruz et al (2007) o compreende como uma atividade econômica e produtiva, em que o espaço se torna uma mercadoria, a partir do momento em que esse é compreendido como objeto de consumo por estar inserido no circuito de troca. A autora ressalta que o turismo se desenvolve, em certos lugares, de forma mais intensa, sendo associado a dinâmica das cidades, economia, sociedade e meio ambiente que ali se concretizam.

Para Taveira e Gonçalves (2012, p. 26), o turismo se constitui como sendo,

> ...uma importante atividade econômica da atual conjuntura que movimenta a balança comercial mundial, o Turismo ocupa diversas categorias profissionais no setor e promove o empreendedorismo nas mais variadas acepções da economia. Também é responsável pelo desenvolvimento social, cultural e humano, se bem concebido e planejado pelas entidades, profissionais e organizações competentes.

Em relação a Beni (1998, p. 36), esse compreende o turismo como sendo, "...o estudo do homem longe de seu local de residência, da indústria que satisfaz suas necessidades, e dos impactos que ambos, ele e a indústria, geram sobre os ambientes

físicos, econômicos e socioculturais da área receptora". Já para Moesch (2000, p. 11), ao falar sobre os efeitos do turismo, define o turismo a partir de um conjunto de elementos, como pode-se observar no trecho:

> Turismo é, de um lado, conjunto de turistas; do outro, os fenômenos e as relações que esta massa produz em consequência de suas viagens. Turismo é todo o equipamento receptivo de hotéis, agências de viagens, transportes, espetáculos, guias-intérpretes que o núcleo deve habilitar, para atender às correntes (...). Turismo é o conjunto das organizações privadas ou públicas que surgem, para fomentar a infra-estrutura e a expansão do núcleo, as campanhas de propaganda (...). Também são os efeitos negativos ou positivos que se produzem nas populações receptoras.

No entanto, compreender a lógica da atividade ainda é muito complexa, as dificuldades se encontram nas práticas metodológicas para compreensão do turismo, quando considerado como objeto de estudo e de investigação da realidade, sendo indispensável um esforço para se estabelecer a junção entre as relações que o envolvem como um todo. (CRUZ et al, 2007). A complexidade da atividade turística se revela, visto ao conjunto de elementos que a atividade abrange. A relação entre os agentes que compõem o território do turismo, se dá de forma direta e indiretamente, visto que nem sempre há uma harmonia perceptível entre essa interação.

Os territórios do turismo apresentam as relações estabelecidas entre cada um dos agentes que compõem a dinâmica das atividades predominantes, em um determinado espaço. Para Fratucci (2014, p. 93), "o território do turismo é, portanto, a soma dos territórios dos turistas, dos agentes do mercado, do poder público, dos trabalhadores da atividade (diretos e indiretos) e do território da população local dos destinos turísticos." Segundo Fratucci, a complexidade do turismo se expõe devido ao movimento de interação e desenvolvimento dos agentes que o compõem, como em (2014, p. 90-91), ao dizer que,

> O turismo, visto como resultado das ações dos seus diferentes grupos de agentes sociais produtores, constitui-se em um sistema complexo, aberto, dinâmico e em eterno movimento, o que torna o trabalho de quem o pensa bastante árduo e sempre incompleto. Cada um dos agentes sociais age e interage com os outros agentes sociais de maneira quase sempre aleatória, sazonal e diacrônica, o que nos impede de pensar o turismo como um sistema fechado ou completo.

Deste modo, observa-se que à prática turística se apresenta em um fluxo constante de interação entre os seus agentes, que modifica e é modificado, como uma resposta a lógica de mercado capitalista que busca atender a demanda e consumo, essa investida nas atividades que preveem uma obtenção de lucro a curto e médio prazo, para compensar os investimentos realizados no empreendimento. Assim, um bom investimento seria aquele

que gera uma boa rentabilidade, ofereça altos lucros, no menor prazo possível, com alta demanda dos serviços ofertados.

Por conseguinte, o investidor prioriza a mercadoria, deixando-se de lado o espaço, a devastação das matas nativas, que dão lugar as atividades turísticas e bairros valorizados. O processo desencadeia gentrificação das localidades urbanas, expulsando os moradores locais, ou até mesmo não ofertando espaços comuns de convívio entre as classes, mediante a oferta dos serviços, por vezes voltados a um público específico.

Fratucci reforça essa reflexão ao concordar que "os interesses do mercado estão, quase sempre, concentrados nos horizontes temporais de curto e médio prazos, uma vez que para os seus agentes, interessa o máximo de lucratividade e de movimento para o capital financeiro em períodos de tempo cada vez mais reduzidos." (FRATUCCI, 2014, p. 93). Para isso, convém compreender o espaço turístico, no qual segundo Boullón (2006, p. 68, tradução própria) consiste na "consequência da presença e distribuição territorial dos atrativos turísticos que, não devemos esquecer, são a matéria prima do turismo. Esse elemento do patrimônio turístico, somado a planta e a infraestrutura turísticas, é suficiente para definir o espaço turístico…".

Para desenvolver um planejamento físico do espaço turístico, a primeira coisa que se pensa são as dimensões territoriais que aquele determinado atrativo turístico ocupa, para Boullón (2006), mesmo esses atrativos se apresentando próximos, um dos outros, raramente se interligam, essa desigualdade também se apresenta em países que possuem muitos atrativos turísticos inferindo em desigualdades acentuadas no espaço, pois observa-se que há áreas com uma maior densidade de serviços turísticos, e outras quase nulas.

Visto por essa perspectiva, Fratucci (2008) aponta que a teoria de polos regionais de desenvolvimento de Boullón, se estabelece de forma complexa, devido às redes que interligam as formas do espaço turístico e os serviços ali presentes, como por exemplo as hospedagens e os restaurantes. Através da sua teoria, de que a delimitação desses espaços deveria ser mais precisa, não englobando espaços não turísticos, pois há uma diferença entre os espaços turísticos e aqueles que sofrem influência, mas que não necessariamente possuem estabelecimentos e serviços que comportem a uma determinada demanda turística. Assim, para Fratucci (2008, p. 104),

> As categorias espaciais propostas por Boullón permitem a visualização e a consequente compreensão dos espaços apropriados pelo turismo. A partir delas, é possível a realização de um diagnóstico da situação atual e o estabelecimento de propostas de intervenção que permitiriam a concentração e

> otimização dos recursos destinados ao incremento do desenvolvimento turístico.

Além disso, o conhecimento de que o espaço turístico é fragmentado e concentrado, e que não necessariamente engloba uma grande porção, indica as especificidades predominantes no território e as desigualdades presentes no espaço urbano e no turismo. A partir das metodologias empregadas para compreensão do turismo, Fonseca (2005, p. 32) aponta alguns elementos básicos predominantes nos espaços turísticos, são eles:

> Os recursos de atração turística, que podem ser naturais, culturais ou criados; a oferta de serviços que propiciam o consumo do espaço turístico e referem-se aos alojamentos, restaurantes [...]; a infraestrutura e equipamentos que possibilitam a acessibilidade; a sociedade local, definidora das linhas gerais da atividade turística local, segundo seu grau de envolvimento e autonomia.

Assim, o estudo da organização do espaço turístico requer atenção, a reflexão existente para todos os elementos que o constituem e que, em um dado espaço de tempo coexistem de modo distinto. Em virtude da relação que esse cria com processo de globalização e influências que recai sobre esse espaço. (TELES, 2009).

Assim, o turismo deve abarcar a discussão das relações que existem entre os elementos que compõem o espaço, "exige discussão que envolva a noção a sociedade e a natureza, entre política, cultura e economia, entre o binômio materialista-idealista e espaço-tempo". Assim, a compreensão do turismo requer interpretar a junção desses elementos em um dado território, que apresenta sua articulação entre as atividades lá desenvolvidas e uma conexão global, através das atividades turísticas, no qual para esse estudo se desenvolve no território de Tibau do Sul/RN. Mas, é relevante salientar a necessidade de uma análise holística para compreensão do fenômeno, que estabelece "a relação território-natureza-sociedade é inseparável e que a dinâmica representada pela intervenção realizada pelo homem é capaz de criar e recriar significados no dia a dia de uma dada localidade." (TELES, 2009, p. 11).

Portanto, nota-se a importância dessa interação do homem-meio, que pode ser observada na discussão sobre a sustentabilidade. Falar sobre esse tema também envolve complexidade, visto a mutação conceitual e o desenvolvimento recente das práticas a ela atribuídas, muitas vezes política e ideológica, lhe faltando rigor metodológico para aplicabilidade quanto essa interação. Segundo Souza (2009) a sustentabilidade deve ser questionada a partir da segunda-natureza, ou seja, analisada, tomando como base a ideia de mundo, os objetos naturais vistos como objetos técnicos. Sendo assim, o conceito de sustentabilidade deve ser compreendido pelos processos geográficos, biológicos e de

desenvolvimento, assim como observado no ESG, na qual se desenvolve nos subtópicos a seguir a trama entre essas duas temáticas.

3.2 A atividade turística e a discussão sobre sustentabilidade

O processo de produção e consumo do espaço desencadeia vários impactos ambientais negativos, expressos por meio das mudanças climáticas, desastres ambientais e crises sem precedentes históricos, no âmbito da escala global. O desequilíbrio ambiental refletiu na sociedade uma necessidade de mudança no paradigma comportamental e econômico e os riscos propiciaram uma percepção mais lúcida para elaboração de metodologias, planejamentos, diálogos e ações que buscassem mitigar os problemas pautados no desenvolvimento consciente. Precisava-se de uma garantia do prolongamento da vida no planeta, precisava-se de mudança. (VIEIRA, 2003).

Os debates sobre os impactos das ações antrópicas começaram a surgir no campo acadêmico, por volta da década de 1960. Alertas advindos do campo científico reforçaram processos produtivos que ameaçavam a vida humana, como é o caso do estudo de Rachel Carson (na sua obra Primavera Silenciosa) nas áreas de ciências agrárias e Garret Hardin (na tragédia dos comuns) na área de biologia. Já por volta dos anos de 1970, a economia também toma notas sobre a temática do meio ambiente, a partir da publicação do relatório - Os limites do crescimento - de Denis Meadows ao Clube de Roma.

As versões iniciais da discussão sobre o desenvolvimento sustentável, ou um desenvolvimento verde emergem na Conferência de Estocolmo, em 1972, como componente do programa da ONU para o Meio Ambiente. O Relatório da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio ambiente Humano, realizado em Estocolmo (também conhecido como relatório de Estocolmo) inicia ressaltando o dever do governo em garantir a "proteção e aperfeiçoamento do ambiente humano" para tratar questões de bem-estar social e desenvolvimento. No entanto, para atingir o objetivo ambiental a ação governamental não deveria ser a única, mas a basilar.

A partir do momento que a discussão sobre a educação ambiental propicia maior compreensão da responsabilidade social de cada cidadão ou agente social (trabalhadores, empresários, movimentos sociais), verifica-se maior aceitação da sociedade para tomada de ações conjuntas e responsáveis, bem como a adoção de algumas práticas para o enfrentamento da crise ambiental global.

Assim, o relatório consiste num apelo inicial para "exercer esforços comuns para a preservação e melhoria do meio ambiente humano, em benefício de todos os povos e para sua posteridade." Percebe-se aqui um aflorar da consciência, com uma pitada de

urgência para as condutas necessárias sobre a relação existente entre o homem e a natureza. (UNITED NATIONS, 1973, p. 3, tradução nossa).

Dentre as recomendações adotadas na agenda da Conferência encontrasse no capítulo II, os planos de ação com bases em diversas recomendações, abrangendo três áreas temáticas: (a) O programa global de avaliação ambiental (Relógio Terrestre); (b) Atividades de gestão ambiental; (c) Medidas internacionais para apoiar o desenvolvimento nacional e ações internacionais de avaliação e gestão. O termo turismo aparece nas recomendações 24, 37 e 96, porém de forma bem superficial. (UNITED NATIONS, 1973).

Para a discussão sobre a sustentabilidade, se faz essencial compreender que, essa só existe com base no homem, pois ao analisar apenas o meio ambiente limita-se a discussão, pautando-se meramente no discurso ambiental, o que a difere da real intenção do conceito. Deste modo, para Souza (2009) o homem deverá ser observado como elemento central, pois a partir da compreensão dos impactos de suas ações, nota-se a necessidade de políticas públicas e projetos voltados para o planejamento que estimulem e garantam uma relação que não consista num paradoxo, nem metáfora da segregação socioespacial vivenciada na contemporaneidade.

Como observado, o crescimento sustentável foi despertando uma nova consciência ecológica, essa se expressou a partir da política internacional e das relações estabelecidas entre os países do Norte e Sul. O desenvolvimento desse conceito tomou diversos caminhos, devido ao advento da tecnologia com base nos modelos e demanda dos usos energéticos. Logo, propuseram que os problemas ligados à sustentabilidade estavam relacionados não somente ao aumento da sociedade e a demanda por recursos naturais, mas sim ao termo que Claval (1997) utilizou, "reciclagem" dos meios que concentram a sociedade. Nessa perspectiva Vieira (2003, p. 294) aponta que,

> O conceito de meio ambiente, tal como ele emerge já por ocasião das reuniões preparatórias da Conferência de Estocolmo, denota um conjunto de componentes físico-químicos e biológicos, associados a um conjunto de fatores socioculturais, suscetíveis de afetar - direta ou indiretamente, a curto, médio ou longos prazos - os seres vivos e a capacidade de adaptação humana numa escala global ou biosférica.

Logo, os padrões e os hábitos de vida social foram modificados para atender a demanda do turismo, que por conseguinte reflete-se na acentuamento do consumo. Para Guimarães (1997, p. 30) “Os problemas ecológicos e ambientais revelam, disfunções que são próprias de um determinado estilo de desenvolvimento; problemas de um desenvolvimento desigual, para as sociedades humanas, e nocivo, para os sistemas

naturais." Assim, ao se identificar os desafios que precisava-se enfrentar, com base nos discursos sobre o desenvolvimento sustentável, observa-se a necessidade da criação de políticas públicas que permitam a orientação do desenvolvimento humano, pautado no sustentável. Mas, diante disso, o que seria sustentabilidade?

A fim de ilustrar alguns modelos de sustentabilidade Guimarães (1997) identifica alguns segundo os papéis relevantes que esses assumem, são exemplos: sustentabilidade planetária, sustentabilidade cultural, sustentabilidade demográfica e sustentabilidade política. O autor, ainda destaca outras tipologias de sustentabilidade, conforme organizadas nos tópicos abaixo por Guimarães (1997, p. 32), observou-se que:

- *A sustentabilidade ecológica*, faz referência ao uso inteligente dos recursos naturais sejam esses renováveis ou não, sendo atribuído um intervalo proporcional ao modelo de utilização e tempo de renovação do recurso.
- *A sustentabilidade ambiental,* está relacionada à reação da natureza, no seu processo de regeneração, ou seja, sua reação diante das ações antrópicas. Um exemplo apontado pelo autor é o do despejo de efluentes domésticos que impacta os ecossistemas aquáticos, quando em contato com os recursos hídricos.
- *A sustentabilidade social,* apresenta o enfoque voltado para qualidade de vida em países subdesenvolvidos. Esse é um dos mais complexos, se comparada a alguns dos anteriores, pois trabalha problemas de desigualdade, exclusão social, políticas econômicas, objetivos de equidade e superação da pobreza, além da justiça social.
- *A sustentabilidade institucional,* está pautada no papel das instituições como reguladoras da sociedade, economia e demais dimensões a partir de uma abordagem mais macro.

De acordo com Guimarães (1997, p. 33, grifo do autor), esse modelo requer que "o sistema impositivo modifique sua base sobre o trabalho e sobre o capital e passe a nortear-se pela 'carga ambiental'." Torna-se necessário, portanto, uma redefinição do modelo nacional e empresarial e dos seus sistemas, sejam eles nacionais ou internacionais, para atender ao modelo ambiental.

No entanto, falar sobre o turismo sustentável ainda revela muitas dúvidas, no que tange a sua forma conceitual. Pode-se dizer que para alguns estudiosos, o conceito foi mais bem difundido e estruturado a partir de 1987, por meio do Relatório da Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento – Nosso Futuro em Comum (também conhecido como Relatório de Brundtland), que estimulou e expandiu o surgimento de movimentos ambientalistas e estudos voltados para o desenvolvimento do conceito.

Segundo o Relatório do Nosso Futuro em Comum (1987, p. 24, tradução própria), a humanidade é capaz de realizar um desenvolvimento sustentável, mas para que seja alcançado é indispensável,

> garantir às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades. O conceito de desenvolvimento sustentável não implica limites - não absolutos, mas limitações impostas pelo presente estado da tecnologia e organização social sobre os recursos naturais e pela capacidade da biosfera de absorver os efeitos das atividades humanas.

Diferente do Relatório de Estocolmo, o de Brundtland consegue abranger diversos temas, que vão desde a fome, às indústrias. O documento foi dividido em três partes: 1- as preocupações comuns -; 2- os desafios comuns; 3- os esforços comuns. O relatório possui uma visão mais holística e aborda desde o cerne do problema, até as medidas para sua mitigação, sendo considerados por alguns autores, como Guimarães (1997), Bruseke (2003), Neto (2015) entre outros, como um marco da discussão sobre a sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável. No que diz respeito ao turismo não há uma discussão aprofundada no material, apenas alguns apontamentos também superficiais.

Na mesma década dessa produção foi criada a Constituição Brasileira (1988), que apresenta uma seção sobre o meio ambiente. Nota-se na Carta uma inspiração pautada nas ações globais em prol da problemática do meio ambiente, como apresentado nos relatórios de 1972 e 1987, construindo assim o seu plano normativo.

O Capítulo VI, da constituição que fala sobre o Meio Ambiente, expõem o Art. 25° (grifo nosso) que diz: "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e **preservá-lo para as presentes e futuras gerações**". Percebe-se no grifo a semelhança com as ideias defendidas e orientadas no Relatório de Brundtland, e a perspectiva de proteção do meio ambiente para as gerações futuras. O capítulo contém leis, decretos e cláusulas que se referem à proteção e condutas quanto às ações antrópicas sobre o meio ambiente. (Constituição Federal, 1988).

Para Neto (2015) e Bruseke (2003), alguns acontecimentos foram importantes e auxiliaram no desenvolvimento do conceito de sustentabilidade, esses são expostos no Quadro 1.

Quadro 1. Série histórica das Iniciativas que fomentaram o desenvolvimento do conceito da Sustentabilidade

1972	A publicação do relatório - Limites do crescimento - do Clube de Roma, que apontava que a solução seria parar a produção e consumo de produtos
1972	Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, Suécia
1974	Declaração de Cocoyok[12]
1975	O Relatório Dag-Hammarskjold[13]
1987	Publicação do relatório - Nosso Futuro em Comum - da comissão de Brundtland, divulgando o conceito de desenvolvimento sustentável
1989	O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), propõe o conceito de produção limpa
1992	Realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida como a Rio-92 ou Eco-92
2012	Realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), que foi marcada pela propagação da ideia de economia verde, e maior participação de empresas

Fonte: NETO, J. A, 2015 e BRUSEKE, F. J, 2003. Elaboração e adaptação própria, 2022.

Seguindo o caminhar das discussões sobre a sustentabilidade, no período que se segue após a Rio-92, foram organizados mais reflexões e documentos que trabalharam a construção do debate sobre o turismo sustentável. Irving; Coelho e Arruda[14] (2020) apontam que a definição da proposta da sustentabilidade foi organizada conforme um objetivo a ser alcançado, estabelecendo adoção de medidas mitigadoras e de condutas para as indústrias e estabelecimentos, com intuito de se firmarem no novo modelo de desenvolvimento. Os mesmos autores mencionam os documentos criados pós Rio-92, referentes à sustentabilidade e que envolvem a atividade turística, tais documentos são expostos no Quadro 2, abaixo.

---

[12] A declaração de Cocoyok resultou de uma reunião realizada em 1974, pela UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio-Desenvolvimento) e do UNEP (Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas. A discussão se pautou na relação entre o desenvolvimento e o meio ambiente, sendo estabelecidas algumas hipóteses.

[13] O relatório de Dag-Hammarskjold se baseia no documento anterior, sendo lançado um ano após pela Fundação Dag-Hammarskjold. O documento trabalha de forma mais aprofundada as questões apontadas pelo Cocoyok. Para Bruseke (2003), ambos documentos são um pouco radicais devido às exigências para mudança de algumas realidades, o que difere do Relatório de Brundtland que apresentou uma maior aceitação e uma discussão mais diplomática.

[14] Segundo Irving; Coelho e Arruda (2020, p. 91) "no âmbito das Nações Unidas, 2017 foi declarado como o Ano Internacional do Turismo Sustentável." Essa ação reflete a importância que a atividade vem ganhando no espaço econômico, social e científico.

Quadro 2. Documentos que foram desenvolvidos após conferência de 1992, sobre sustentabilidade e turismo

Documento	Síntese/Objetivos
Agenda 21 para a Indústria de Viagem e Turismo para o Desenvolvimento Sustentável (WTO, 1995 a)	O documento explicita diretrizes par ao desenvolvimento sustentável com vase na Agenda 21 para os governos e organizações comerciais representativas e para as empresas sendo identificadas áreas prioritárias para orientar as ações do setor.
Códigos Ambientais de Conduta para o Turismo (UNEP, 1995)	O documento busca apresentar, sistematizar e divulgar os códigos existentes e fornece algumas diretrizes para outros que possam ser elaborados no futuro.
Carta do Turismo Sustentável (WTO, 1995 b)	Este foi o primeiro pacto para o turismo sustentável construído no âmbito da OMT após a Rio 92, inspirado nos princípios da Agenda 21. Nele são definidas as bases de um plano de ação para o turismo sustentável, a ser desenvolvido por todos os países-membros da ONU.
Carta Internacional do Turismo Cultural (UNESCO, 1999)	Nesse documento é enfatizado o desenvolvimento turístico, em harmonia com o respeito e a valorização tanto do patrimônio cultural quanto das culturas vivas das comunidades autóctones. Este código reafirma o direto ao turismo e à liberdade dos deslocamentos turísticos, além do compromisso de promoção do ordenamento turístico equitativo, responsável e sustentável, em benefício de toda à sociedade.
Carta do Turismo Sustentável +20 (UNWTO, 2015)	Neste documento são considerados os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) adotados pelas Nações Unidas em 2015, como oportunidade para o desenvolvimento turístico de forma inclusiva e sustentável. São também reconhecidos os impactos negativos do turismo com relação aos recursos naturais e culturais, os desequilíbrios e desigualdades sociais e o risco de terrorismo em muitos destinos turísticos. Nesse documento o turismo é considerado uma via potencial para a paz e a tolerância planetárias.
Turismo e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: caminho para 2030 (UNWTO, 2017)	A agenda 2030 estabelece os novos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e implica por pressuposto, em um novo paradigma de desenvolvimento, segundo uma nova ética, orientada pelo combate a fome e redução das desigualdades sociais, considerando a compreensão da dinâmica de códigos e valores culturais e o compromisso com a proteção da natureza e sua manutenção para as gerações atuais e futuras. Nesse documento é enfatizado o potencial do turismo para contribuir direta e/ou indiretamente para todos os 17 ODS e, em especial para o crescimento, produção e consumo sustentáveis e o uso sustentável de oceanos e recursos marinhos.

Fonte: Irving; Coelho e Arruda (2020, p. 88)

No Quadro 2 a última linha aponta a criação da Agenda 2030, essa é considera um dos documentos mais importantes. Nesse documento são criados os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), abrangendo diversas que tem como base um plano de ações voltadas para um desenvolvimento sustentável e igualitário, considerando pressupostos que constituem as dimensões apresentadas nos 17 objetivos. A respeito do

desenvolvimento sustentável Bursztyn e Junior (2001, p. 167, grifo do autor) o compreende como sendo,

> Uma proposta que tem em seu horizonte uma modernidade ética, não apenas uma modernidade técnica. Pois o princípio "sustentabilidade" implica incorporar ao horizonte da intervenção transformadora do "mundo da necessidade" o compromisso com a perenização da vida. Isso requer um acervo de conhecimentos e habilidade de ação para a implementação de processos tecnicamente viáveis e eticamente desejáveis.

Assim, a criação de uma agenda que engloba uma perspectiva sustentável com base em metas comuns, torna de certo modo, os objetivos mais práticos e possíveis de serem alcançados. Para o turismo, segundo a OMT (UNWTO, 2017 *apud* Irving, Coelho e Arruda, 2020, p. 97, grifo nosso) aponta-se que:

> **O turismo** tem papel essencial para a implementação da Agenda 2030, porque **representa** aproximadamente **um décimo do PIB mundial e dos empregos diretos e indiretos gerados no plano global**. Mas, para a OMT, **três ODS são mencionados com maior destaque para o turismo: os ODS 8, 12 e 14.** O ODS 8 porque busca promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além do emprego pleno e produtivo e do trabalho decente para todos. Nesse caso, o turismo é reconhecido como uma das forças motrizes para o crescimento econômico global.

A respeito dos ODS, voltados para o município de Tibau do Sul, esse terá uma discussão melhor desenvolvida apresentados nos próximos capítulos, fundamentando-a com a discussão da sustentabilidade nas empresas e o termo ESG. Sobre a sustentabilidade, para Beni (2003, p. 7), essa consiste em, "…refletir uma política e estratégia de desenvolvimento econômico e social contínuo, sem prejuízo do ambiente e dos recursos naturais, de cuja qualidade depende a continuidade da atividade humana e do desenvolvimento."

O conceito da sustentabilidade quando aplicado ao turismo não apresenta um significado unitário, muito menos um conceito fechado, mas sim como uma forma de fazer o turismo. O conceito influencia a criação do termo turismo sustentável, para substituição do termo turismo verde, que ganha interpretações diversas, dentre elas tem-se o da OMT (2003, *apud* Körössy, 2008, p. 63), na qual o turismo sustentável é compreendido como sendo:

> [...] aquele que atende às necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro. É visto como um condutor ao gerenciamento de todos os recursos, de tal forma que as necessidades econômicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas sem desprezar a manutenção da integridade cultural, dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos sistemas que garantem a vida.

Para que o turismo se torne sustentável, se faz necessário uma análise conjunta dos problemas ambientais, sociais e culturais, da qual mediante do modelo de economia

vigente, se sujeita a atender as dinâmicas impostas pelo mercado que, com frequência, ignora as particularidades e singularidades encontradas em alguns destinos turísticos. Assim, o turismo por ser uma atividade globalizada e de grande competitividade, requer planejamento e proteção dos recursos que permitam a existência da atividade, visto que muitos estão associados a presença das paisagens naturais. (KÖRÖSSY, 2008). Além disso, cabe ressalta a diferença existente entre o termo turismo sustentável e a sustentabilidade no turismo trabalha pela mesma autora (2008, p. 64), na qual aponta que,

> Turismo sustentável [...] é um modelo de se desenvolver a atividade turística que utiliza o tripé da sustentabilidade como pressuposto. Mantido o equilíbrio entre estes três pilares, estão, ao menos em tese, assegurados os meios para a perpetuação da atividade e o contínuo recebimento de benefícios daí decorrentes. A sustentabilidade do turismo, por sua vez, relaciona-se com a garantia da prática da atividade no longo prazo, o que não necessariamente implica que seja de forma sustentável, nos termos do Relatório Brundtland. Em determinadas realidades como Las Vegas, por exemplo, a sustentabilidade do turismo está relacionada não com a proteção do meio ambiente ou com a justiça social, mas com a capacidade de manter uma boa estratégia de marketing e de imagem de um destino de luxo e prazer.

Logo, deve-se atentar ao conceito da sustentabilidade aplicado no turismo e o turismo sustentável, esse que apresenta sua complexidade como uma atividade capaz de integrar variadas perspectivas de planejamento que podem resultar na capacidade de geração de empregos e renda. Mas, a sustentabilidade na atividade turística requer pensar o desenvolvimento de debates e estudos voltados para minimização de impactos negativos, pois o fator sustentável apresenta a interação com múltiplos agentes que compõem o espaço turístico, no qual para Irving et al (2005, p. 2),

> Promover e praticar turismo, de base sustentável, requer assim, um novo olhar sobre os problemas sociais, a diversidade cultural, e a dinâmica ambiental dos destinos, diante de uma economia globalizada e sujeita a nuances de imprevisibilidade, ditadas por um mercado que transcende as peculiaridades locais e/ou as especificidades de um destino turístico.

Os autores reforçam o papel do bom planejamento para o desenvolvimento das atividades turísticas de forma mais responsável, devido a sua importância significativa na economia global e local, que visa assumir o turismo sustentável na forma central de desenvolvimento no setor. Diante disso, as políticas de planejamento turístico devem visar a promoção dos impactos positivos no sentido mais abrangente de sua terminologia, para auxiliar a construção no modo de se fazer o turismo. (IRVING et al*,* 2005).

A respeito desse planejamento, Ruschmann (1997) o ressalta como ação primordial para o desenvolvimento do turismo sustentável. A prática envolve os sujeitos sociais (população local, turistas, agentes de mercado, poderes públicos), que precisam estar em equilíbrio com os demais objetos que compõem o espaço geográfico, para que,

de forma harmoniosa se apresente sem gerar impactos negativos a outros pontos. Para isso, se faz necessário um comprometimento das empresas, em estimular políticas internas e coletivas, para promoção do desenvolvimento sustentável nas regiões em que estão postas.

Visto isto, observa-se que o turismo sustentável envolve vários parâmetros e esses foram sendo acrescidos conforme o desenvolvimento do conceito. Além disso, por ser um conceito mutável, que visa uma análise geral e específica, simultaneamente a sua complexibilidade só é clarificada com eficiência quando atendida a todos os pontos em questão. Desde modo, se faz necessário um planejamento turístico inteligente, que atenda aos parâmetros e trabalhe as necessidades em conjunto dos diversos atores que compõem o espaço geográfico. Logo, a incorporação do conceito pelos diversos campos da sociedade foi sendo posto em forma de discurso para cativar, estimular e desenvolver práticas mais conscientes de se fazer o turismo e os negócios, emergindo, nesse contexto, o termo ESG.

3.3 O *Environmental, Social and Governance*: a sustentabilidade no âmbito das empresas

No Brasil foi a partir de 1991 que as empresas passaram a se atentar para as responsabilidades ambientais. Parte desse despertar se deve por influências do governo do ex-presidente Fernando Collor, difusor das práticas do liberalismo econômico, e, pela união de empresários em fóruns, durante a realização da Conferência da Eco-92 no Rio de Janeiro. Assim, em 1992 foi fundada a Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável - FBDS[15], uma entidade sem fins lucrativos voltada para a temática do desenvolvimento sustentável. (MAIMON, 2003).

Associada a discussão sobre a sustentabilidade o ESG foi ganhando espaço nas redes sociais e na mídia jornalística, com crescente interesse de estudos e desenvolvimento voltados para a aplicação em diversas áreas. Segundo o Pacto Global e STILINGUE (2021, p. 11), “no último ano, discussões acerca do assunto em redes sociais cresceram mais de 7 vezes. Enquanto isso, 84% dos representantes do setor empresarial afirmaram que o interesse por entender mais sobre a agenda e os critérios ESG

[15] A Fundação é composta pela associação de 24 empresas líderes em suas áreas de atuação, preocupada com o conceito e desenvolvida na busca para implementação do modelo eficiente de desenvolvimento sustentável. Dentre seus objetivos encontra-se: Fomentar o conhecimento científico nas áreas de Ativos Ambientais, Agricultura Sustentável e Sustentabilidade Urbana; Ampliar a formação de recursos humanos (Capacity Building), com foco nas áreas de atuação da FBDS entre outros.

aumentaram em 2020." Logo, o debate se faz relevante para se compreender a difusão e discussão do termo, para o campo das ciências sociais e humanas.

Para os brasileiros a sigla ESG ocorre uma alteração, por meio da substituição do E pelo A, sendo apresentado como ASG (Ambiental, Social e Governança). O termo criado em 2004, no documento *Who Care Wins*[16] *(*Quem se Importa Vence), nasce por meio da ação do então secretário geral da ONU, Kofi Annan, que convidou as principais empresas do mundo para aderir uma iniciativa sustentável. A proposta consistiu como estímulo para as grandes corporações financeiras, no mercado de valores, a atenderem práticas mais sustentáveis e de governança, o que acabou direcionando e articulando as empresas que atendiam aos parâmetros, e, aquelas que não atendiam.

O documento tem parceria com 20 instituições financeiras e 9 países. O termo ficou voltado para área corporativa e instituições financeiras, anexando em 2005 a PRI - *Principles for Responsible Investments* (Princípios para o Investimento Responsável), resultando posteriormente nos SRI - *Socially Responsible Investment* (Investimentos Socialmente Responsáveis), responsável por nortear métricas para os negócios que desejam ingressar na temática do sustentável. Atualmente o conceito ESG tem ganhado cada vez mais espaço no mercado, atraindo mais corporações que desejam aderir ao conceito de sustentabilidade, até mesmo como uma forma estratégica de ganhar mais notoriedade no mercado de ações. (BARCHET et al, 2021).

Segundo Coutinho (2021), no Brasil o movimento começa em grande composição na Bolsa de Valores, como B3 com a *S&P Dow Jones*, banco BTG Pactual, e a gestora *BlackRock*, todas incluíram as métricas do ESG em suas práticas e análise de risco. No setor público o BNDES, ainda em 1989, já apresentava estudos voltados para as temáticas do meio ambiente e que hoje são consolidados e pautados no ESG, além das iniciativas por parte do Tesouro Nacional.

O BNDES apresentou um papel importante na disseminação dos critérios do ESG e no mapeamento de empresas que atendem aos termos, em conjunto com órgãos públicos. Um exemplo de suas ações é a criação de um subcomitê apenas para tratar do tema do ESG, levando em consideração as práticas de governança. Além disso, são oferecidas condições diferenciadas para os investimentos que contribuem na economia de baixo carbono e que são consideradas sustentáveis. (AMBROZIO et al, 2020).

---

[16] Publicação desenvolvida pela parceria entre o Pacto Global e o Banco Mundial.

O ESG reflete uma série de práticas ambientais, sociais e de governança adotadas por empresas. Com base na tendência global, o Brasil apresentou um aumento na difusão da temática. (Esri[17], 2021). O relacionamento das empresas com as práticas sustentáveis pode auxiliar na competitividade e consequentemente no seu valor de mercado. Para isso se faz necessário um relacionamento com os seus principais *stakeholders*[18]. Algumas pesquisas revelam que há uma relação positiva quanto ao meio ambiente, indicadores sociais e de governança, que por conseguinte gera atração e incentivos de funcionários, clientes, produtos e serviços.

Visto frequentemente como um movimento, o ESG dá luz a externalidades das três temáticas inclusas no seu significado (Ambiental, Social, Governança), pois aborda um olhar mais criterioso e humano para as práticas sustentáveis e para as demandas das sociedades, sobretudo da nova geração, denominada pelo Pacto Global como a Geração Z, cada vez mais interessada em investimentos sustentáveis. Mas, a sociedade como um todo vem despertando para essas práticas, logo "Consumidores, e não só mais jovens, também revelam uma forte tendência em investir, consumir ou até mesmo trabalhar em empresas sustentáveis." (Pacto Global; STILINGUE, 2021, p. 4).

Assim, pode-se compreender que o ESG consiste em medidas de sustentabilidade empresarial, na busca de mitigar os impactos negativos causados pelas empresas e na ampliação das suas ações positivas. Logo, para saber se a empresa está em conformidade com os princípios, as mesmas devem ser norteadas pelos Dez Princípios do Pacto Global. Dentro das temáticas estão os Direitos Humanos, Trabalho, Meio Ambiente e Anticorrupção. Como pode ser observado na Figura 1 a seguir.

---

[17] ESRI Brasil. **Agenda ESG e Inteligência Geográfica em Governos**: Agenda ESG e Inteligência Geográfica em Governos. 2021 Disponível em: https://storymaps.arcgis.com/stories/47406648aebb42dc9fe506297ada6464. Acesso em: 08 de maio de 2022.

[18] Segundo Byrd, Cardenas e Dregalla (2009 *apud* Ionescu et al, 2019, p. 825, tradução nossa) há para o turismo, "quatro grupos de stakeholders básicos no turismo: governo, empresários, turistas e a população local. Além disso, podemos adicionar a essas categorias a influência de alguns grupos (educação, instituições religiosas), bem como o setor civil (associações e ONGs)."

Figura 1. Os Dez Princípios que norteiam o Pacto Global

Fonte: Iniciativas do Pacto Global

Dentre as iniciativas de sustentabilidade voltadas para as áreas corporativas a nível global, tem-se o papel desempenhado pelo Pacto Global das Nações Unidas em parceria com o setor privado. Essa interação consiste na busca para se estabelecer práticas responsáveis que trabalhem o desenvolvimento sustentável junto com as empresas. Segundo Coutinho (2021, p. 503),

> o Pacto Global apoia as empresas a: (i) fazer negócios com responsabilidade, alinhando suas estratégias e operações aos dez princípios [...] que abarcam temas como direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção; e (ii) realizar ações estratégicas para promover objetivos sociais mais amplos, em linha com os objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) preconizados pela própria ONU.

Os princípios que norteiam as ações do Pacto Global estão baseados nas ações das declarações da ONU, essa compreende que a sustentabilidade tem início através da forma de se fazer os negócios, ou seja, as condutas que se empregam em determinada atividade. As empresas devem aderir um estilo responsável executando suas ações em respeito com os princípios do Pacto Global, a fim de se tornarem sustentáveis. (COUTINHO, 2021).

Para Blasi (2022, p. 212), esse momento atual é definido como o "Novo Capitalismo ou Capitalismo Consciente", em que as empresas buscam estabelecer um modelo de negócios que manifeste ética, proteção ao meio ambiente e ações positivas que envolvem a sociedade como um todo.

Atualmente os parâmetros do ESG apresentam um papel significativo para o valor de mercado de uma empresa, assim as que apresentam maior pontuação são tidas como mais seguras por apresentarem práticas de gerenciamento mais eficiente, se comparada àquelas que não possuem, essas são vistas como um maior potencial de risco na área dos investimentos. Logo, a partir do momento que uma empresa adota ações pautadas na

proteção dos recursos naturais, redução de gases e resíduos poluentes, política de inclusão social, apoio de gênero, administração e mecanismo capazes de impedir casos de corrupção, assédio e aplicação da ética corporativa, essa consegue estabelecer uma linguagem ESG para o seu segmento de negócio. Assim, a tendência é que esses parâmetros busquem nortear a reputação das empresas e consequentemente, o seu público. (BLASI, 2022).

O tema, como observado, ganha um grande destaque atraindo diversas empresas a medirem e buscarem soluções estratégicas para lidar com os impactos ambientais, "atrelando o discurso ambiental à própria estratégia de negócio." (BITTENCOURT, 2022, p. 195). Dentre os motivos da questão ambiental, que norteia o propósito das empresas, se encontra a "criação de valor compartilhado com a sociedade, pressão dos consumidores ou investidores, etc." Ao adotar práticas conscientes sobre o meio ambiente, o empreendimento acaba atraindo mais investidores, novos mercados e alinha-se à nova tendência de consumidores conscientes. (BITTENCOURT, 2022, p. 198).

O setor do turismo é considerado como um dos mais importantes, pois apresenta muitos agentes interessados. Segundo a WTTC (2018 *apud* IONESCU et al, 2019, p. 821, tradução nossa), estudos recentes mostram que a indústria do turismo apresentou um ritmo bastante acelerado, crescendo mais rápido do que indústrias de áreas mais amplas e consolidadas, como as da área de finanças, automotiva e serviços de saúde. No ano de 2017, o setor de viagens e turismo "gerou US$ 8,27 trilhões de dólares (o que corresponde a 10,4% do PIB) e gerou mais de 313,22 milhões de empregos (correspondendo a 9,9% dos empregos em todo o mundo)."

O artigo - *The impact of ESG factors on market value of companies from travel and tourism industry* – de Ionescu et al (2019), aponta as relações entre o setor do turismo e o ESG. Sabe-se que o setor apresenta impactos diretos e indiretos para a economia, dentre os diretos estão as atividades exercidas pelos hotéis, agências de viagens. restaurantes e outros serviços que lidam diretamente com turistas. Já os impactos indiretos estão relacionados nas contribuições governamentais para apoio e estruturação da atividade turística, agindo como propulsor da economia. O artigo aborda variáveis estatísticas para avaliação das empresas globais de viagens e turismo segundo os parâmetros do ESG, e, os obstáculos e desafios para implantação de alguns desses, a depender da localização.

No entanto, estudos voltados para essa relação, entre turismo e o ESG, ainda são difíceis de se encontrar, a temática inclui mais estudos voltados para o mercado de

valores. Porém, nota-se que o ESG além de incorporar os setores financeiros e empresariais, também vem ganhando espaço em empresas que prestam gestão inteligente para os negócios, com consultorias pautadas nos parâmetros do ESG, como é o caso de algumas plataformas on-line (exemplo a CODEX[19]). Além disso, o tema vem crescendo nas áreas jurídicas voltadas para as empresas e o meio ambiente, podendo essa ser incorporado a outros campos.

No turismo, já se observa a adaptação das empresas locais e das associações, como a Associação dos Hoteleiros de Tibau do Sul e Pipa - ASHTEP, que adaptaram os parâmetros para as hospedagens associadas, como poderá ser observado nos capítulos, adiante. Neste sentido, observasse que mesmo surgindo por um viés econômico, a sigla pode ser aplicada tanto no setor privado, quanto no público num nível que abranja não só o global, ou nacional, mas sim o local. Segundo a Esri[20] (2021), "para o setor público, os temas ESG estão presentes em muitas de suas ações e a tendência é que os Governos passem também a ser incentivados a praticar as pautas ESG não somente no sentido regulatório, mas também na forma de gerir o Estado."

Logo, o ESG apresenta valor no discurso sobre a sustentabilidade empresarial, também numa escala local, visto que as condutas das empresas influem na formação do espaço geográfico. Foi observado que as ações dos agentes privados impactam direta ou indiretamente na comunidade local, por isso a necessidade da adoção de medidas sociais, pelos agentes se faz tão relevante, para que assim as empresas possam atender aos parâmetros e se enquadrarem ao padrão sustentável. O capítulo seguinte dispõe dos resultados que dão fundamento a discussão teórica já dissertada.

---

[19] Link do site: https://codex.com.br/esg/

[20] ESRI Brasil. **Agenda ESG e Inteligência Geográfica em Governos**: Agenda ESG e Inteligência Geográfica em Governos. 2021 Disponível em: https://storymaps.arcgis.com/stories/47406648aebb42dc9fe506297ada6464. Acesso em: 08 de maio de 2022.

4. O TURISMO EM TIBAU DO SUL: UMA DISCUSSÃO SOBRE A VALORIZAÇÃO DO LOCAL

O presente capítulo expõe os resultados da pesquisa, com base em dados primários e secundários, colhidos em plataformas oficiais do governo e in loco, como explicitado na metodologia. Tais dados levantados são de suma importância, pois revelam informações que dão embasamento à pesquisa, em conformidade aos objetivos propostos. Já as informações colhidas através das entrevistas permitiram observar e compreender de forma mais clara o funcionamento do turismo no município em Tibau do Sul, bem como sua contribuição para a transformação dos territórios turísticos no contexto local.

4.1 A singularidade turística da destinação Tibau do Sul/Pipa

O desenvolvimento do turismo a partir do pós-guerra, teve como base os moldes de produção capitalistas, resultando no turismo massivo, com características fordistas. (FONSECA, 2005). O turismo de massa era visto como o grande vilão do meio ambiente, pois incitava práticas de degradação da paisagem cultural e natural que já vinha sendo sentida, desde os primórdios da atividade turística como atividade de lazer. (MTur, 2010).

Por conseguinte, esse modelo foi bastante difundido nos segmentos de turismo de sol e praia, sobretudo no Brasil por apresentar uma vasta costa litorânea e praias de águas mornas. (TAVEIRA, 2016). A respeito da abordagem do turismo na faixa litorânea brasileira, Fonseca et al (2022), revela que a região Nordeste engloba 55,9% do total dos municípios, sendo que muitos assumem uma importância significativa para o turismo. Mesmo esse percentual estando acima da média, as regiões Sudeste e Sul são relativamente mais desenvolvidas no que se refere à estruturação dos serviços turísticos.

É a partir da década de 1990, que há uma difusão do turismo por meio da implementação de políticas públicas. Cruz (2005, p. 29) observa que “os anos 90 foram marcados pelo que se poderia denominar de a redescoberta do turismo como atividade econômica pelo Estado brasileiro.” Assim, dentre as políticas voltadas para o turismo, tem-se o Programa Nacional de Municipalização do Turismo, que tinha o objetivo estabelecer um planejamento participativo. O programa atribuía aos municípios a responsabilidade da tomada de decisões no âmbito da criação de políticas públicas para gestão do turismo, o que de certo modo, refletiu na não padronização da estruturação e planejamento do setor, no município.

No MTur há uma categorização dos municípios conforme sua importância turística; no que diz respeito aos municípios nordestinos, apenas 28,2% se enquadram na

A e B, o que revela um baixo percentual total para a região, que de modo geral apresenta poucos municípios com uma atividade turística mais consolidada. (FONSECA et al, 2022, p. 12). O Estado do Rio Grande do Norte não foge a essa realidade, pois apenas a capital (Natal) e o município de Tibau do Sul se enquadram na categoria A, o que revela a importância do turismo no município e para a economia local, se enquadrando na região turística do Polo Costa das Dunas, como pode ser observado no Mapa 2[21].

O Mapa 2, revela uma das estratégias de gestão e divisão do território turístico, contida na política do PRODETUR/NE, lançada em 2002, na qual beneficia alguns dos municípios que foram organizados em polos turísticos, sendo esse um fator condicionante para as políticas de financiamento públicos. (ALMADA, 2020). Segundo o decreto nº 26.661[22], de 20 de fevereiro de 2017, dentre seus artigos, o Art. 1º define que o objetivo da criação dos Polos consiste em fomentar o desenvolvimento econômico e social dos municípios que os compõem. Esses, são apresentados no Art. 2º, segundo as suas divisões encontrasse o Polo Costa das Dunas[23], que é formado pelos municípios de Pedra Grande; São Miguel do Gostoso; Touros; Rio do Fogo; Maxaranguape; Ceará-Mirim; Extremoz; Natal; Senador Georgino Avelino; Tibau do Sul; Baía Formosa; Canguaretama; Arês; Nísia Floresta; Parnamirim e São Gonçalo do Amarante. O decreto de 2017 retira o município de Arês e acrescenta o município de Macaíba e São José de Mipibu. Essa atualização do decreto estadual altera a composição dos municípios que fazem parte do Polo, e essa já se fez presente no mapa 2.

Ao todo são 17 municípios que fazem parte do Polo Costa das Dunas, mesmo o mapa do turismo constando informações de 2019, ele ainda não foi atualizado quanto ao decreto estadual[24] de 2017, que institui essa alteração dos municípios, o que acaba não constando informações para Macaíba e São José de Mipibu, sobre suas categorizações.

---

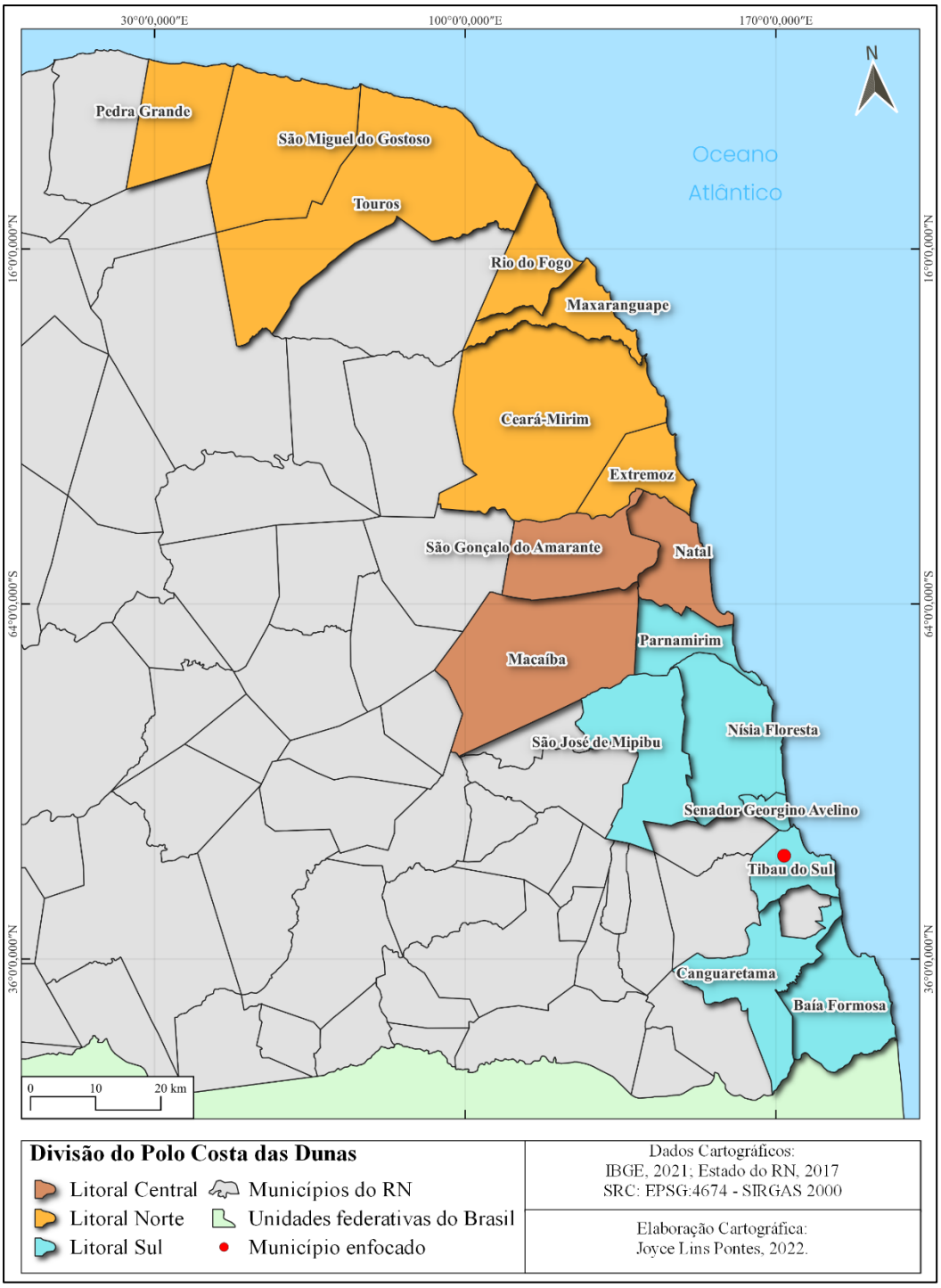
[21] A inspiração do mapa para georreferenciar a localização do município dentro do Polo Costa das Dunas, veio com base na leitura do artigo - Abordagem geográfica do Polo Costa das Dunas/RN - de ALMADA, J. A. B, 2022; que trabalha um mapa semelhante e uma rica discussão geográfica sobre o Polo.

[22] O decreto Nº 26.661, de 20 de fevereiro de 2017, dispõe sobre os Polos Turísticos do estado do Rio Grande do Norte e dá outras providências.

[23] O decreto Nº 18.186, de 14 de abril de 2005, institui o Polo Costa das Dunas e dá outras providências.

[24] O decreto mais recente é o de nº 30.357, de 21 de janeiro de 2021; que altera o Decreto Estadual nº 26.661 e dá outras providências.

Mapa 2. Municípios pertencentes ao Polo Costa das Dunas e sua divisão territorial



Fonte: IBGE, 2021; MTur, 2019. Elaboração Própria, 2022.

A respeito de outros indicadores como os números de visitantes e meios de hospedagem, também não constam dados para os municípios de Pedra Grande e Senador Georgino Avelino. Para complementar a discussão sobre o Polo Costa das Dunas, Almada (2020, p. 147) discute a respeito da sua composição revelando que esse:

> [...] enquanto região é resultado da aplicação da teoria do polo de crescimento econômico, porém, sua no contexto no litoral potiguar, pelo PRODETUR/NE, polarizou em Natal o centro dessa rede urbana, gerando disparidades internas, principalmente a nível de desenvolvimento, não conseguindo promover uma região homogênea, conforme pretendia o decreto de criação deste polo.

Dito isso, observa-se que a porção do Litoral Norte do PCD apresenta, em relação aos demais, uma maior extensão territorial e uma densidade demográfica "quatro vezes menor que a do Litoral Sul e dezessete vezes menor que a do Litoral Central", sendo a região com menor PIB per capita. Já no Litoral Central, nota-se a importância de Natal (capital do Estado), pela maior demanda turística, seguido de Tibau do Sul, no Litoral Sul. Diante do estudo sobre o PCD, Almada expõe a realidade quantitativa dos dados de estabelecimentos turísticos e dos seus vínculos empregatícios catalogados de acordo com os três litorais do PCD. Os dados e seus resultados apontam uma ênfase de estabelecimentos e empregos localizados na porção do litoral Sul e Central. (ALMADA, 2020, p. 151).

Essa discussão se faz interessante, pois do ponto de vista metodológico e de análise, observa-se que os municípios que incorporam a porção do Litoral Norte acabam sendo menos privilegiados quanto a ofertas de serviços e, consequentemente, de demanda turística. Logo, nota-se as divergências dos objetivos principais, estabelecidos no decreto de 2005, da qual busca compor de forma homogênea um espaço de economias competitivas geradas pela atividade turística. Assim, os dados relevam as contraposições e as desigualdades municipais predominantes entre os municípios, sobretudo, quando se trata de turismo.

Segundo dados do MTur (2022) e do SIDTUR (2022), a respeito da participação do município de Tibau do Sul, observa-se uma forte demanda de visitantes internacionais se comparado aos demais município do PCD, como pode-se verificar na Tabela 1.

Tabela 1. Participação dos municípios do PCD - MTur, 2019

Municípios	**Visitantes**		**Arrecadação de Impostos**	**Categoria**
	Domésticos	Internacionais		
Natal	3.163.130	138.309	R$ 60.338.313,00	A
Tibau do Sul	46.105	72.601	R$ 9.638.275,00	A
São Miguel do Gostoso	5.385	1.828	R$ 1.056.218,00	B
Extremoz	25.072	753	-	D
Baía Formosa	74.326	533	R$ 276.508,00	C
Maxaranguape	9.564	327	-	D
Parnamirim	84.314	303	R$ 534.516,00	C
Touros	31.930	136	-	C
Ceará-Mirim	35.618	120	-	D

Canguaretama	34.083	64	R$ 262.354,00	C
Nísia Floresta	4.647	60	-	D
Rio do Fogo	4.816	-	-	D
São Gonçalo do Amarante	10.165	-	-	D
Pedra Grande	-	-	-	E
Senador Georgino Avelino	-	-	-	E
Macaíba	-	-	-	
São José de Mipibu	-	-	-	

Fonte: Relatório de categorização do Ministério do Turismo, 2019. Elaboração própria, 2022

A Tabela 1 segue a ordem decrescente segundo o quantitativo de visitantes internacionais. Observasse que Natal e Tibau do Sul, lideram o ranking do PCD com um maior número de turistas internacionais, melhor categoria atribuída pelo MTur e uma arrecadação de impostos bastante significativa, se comparada aos demais participantes; para aqueles que não constam dados foi simbolizado com um traço. Assim, as informações relevam detalhes importantes sobre a situação do turismo em cada município.

A respeito dos atrativos turísticos no município de Tibau do Sul, o SIDTUR (2022) aponta que os principais são: Praia do Amor, Praia de Pipa, Praia do Madeiro, Chapadão e Baía dos Golfinhos. Uma ressalva que pode ser feita, é que além das praias apontadas, a porção terrestre apresenta reservas naturais como o Santuário Ecológico[25], que possui trilhas abertas para visitação pública, com objetivo de ressaltar a educação e a preservação ambiental. A sua existência acaba fomentando o Ecoturismo[26] e o turismo de natureza, atraindo turistas nacionais e internacionais. Mas, apesar dos conflitos e contradições, percebe-se que os agentes promotores do turismo no destino Tibau do Sul tem procurado enquadrar o turismo local nas orientações que vem sendo proposta nas conferências e eventos de sustentabilidade, ocorridas nas últimas décadas. Assim como ações voltadas para ascensão de um turismo capaz de atender aos anseios e valores da demanda atual.

[25] Está localizado na Av. Baía dos Golfinhos, essa avenida é uma das maiores do município e concentra diversos empreendimentos hoteleiros. O Santuário é referência e foi um dos responsáveis por ganhar o selo verde no destino de Pipa, pelo Green Destination.

[26] Os estudos sobre Ecoturismo no Brasil, iniciaram por volta da década de 1980, também foram criadas políticas federais, como em 1985 quando o Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) iniciou o Projeto Turismo Ecológico, criando a Comissão Técnica Nacional, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Essa atitude esteve voltada para organizar e desenvolver o segmento no país, assim como outras políticas criadas para o meio ambiente. (MTur, 2010).

A respeito do Ecoturismo no Brasil, o segmento ganha maior visibilidade durante a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente – ECO 92, realizada em 1992 no Rio de Janeiro/RJ. O evento que gerou a famosa Agenda 21, apontada como "um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica." (MTur, 2010, p. 14).

Um ponto comumente confundido a respeito do segmento do ecoturismo é a sua comparação com o turismo sustentável, essa se dá de forma muito equivocada, pois há uma diferença entre esses. O MTur reconhece que mesmo ambos apresentando uma perspectiva ambiental semelhante, seus significados não devem ser confundidos. A conceituação desses é sintetizada no quadro abaixo.

Quadro 3. Diferença conceitual entre Ecoturismo e Turismo sustentável, segundo o MTur 2010

Ecoturismo	*Um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações.*
Turismo Sustentável	*Relaciona as necessidades dos turistas e das regiões receptoras, protegendo e fortalecendo oportunidades para o futuro. Contempla a gestão dos recursos econômicos, sociais e necessidades estéticas, mantendo a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais, a diversidade biológica e os sistemas de suporte à vida.*

Fonte: MTur (2010, p. 17 e 20). Elaboração e adaptação própria, em 2022.

Enquanto o Ecoturismo pode ser interpretado como um segmento do turismo, o turismo sustentável corresponde ao modo de fazer o turismo, podendo esse ser aplicado para outros segmentos e nas atividades turísticas.

Retomando a discussão sobre os pontos turísticos que podem ser incluídos ao SIDTUR observa-se o Mirante de Cacimbinhas, localizado na Praia das Cacimbinhas, entre Tibau e Praia do Madeiro. O Mirante apresenta uma das visões mais belas da costa litorânea do município, sendo parada quase que obrigatória, para os turistas que estão a caminho do distrito de Pipa.

Figura 2. Placas na entrada do Santuário Ecológico de Pipa, 2022

Fonte: Própria, 2022.

Figura 3. Croqui turístico de Tibau do Sul

Fonte: Própria, 2022

As belezas predominantemente naturais no município de Tibau do Sul, como se pode observar na Figura 4 e 5, torna-o turisticamente vantajoso, no que diz respeito aos demais municípios. Os diversos agentes que compõem o espaço geográfico e ações humanas responsáveis por modelar a paisagem, dão ao destino uma característica única que leva encanto aos que por ali passam.

Figura 4. Ponto turístico Mirante das Cacimbinhas

Fonte: Própria, 2022.

Figura 5. Vista contemplativa do Mirante

Fonte: Própria, 2022.

Assim, sobre a paisagem observada no destino turístico, compreende-se que essa constitui formas mais ou menos duráveis, das quais a combinação de objetos fabricados,

objetos sociais e objetos naturais revelam o resultado da acumulação temporal das sociedades que empregaram suas atividades na modelagem da paisagem. Para Santos, a paisagem é composta por dois elementos: os objetos naturais e os objetos sociais que compõem o trabalho humano. De qualquer modo, a paisagem, assim como o espaço é um elemento que está em constante adaptação, sofrendo mudanças a partir das necessidades que a sociedade demanda para atender a sua evolução e desenvolvimento, demonstrado como resultado da "acumulação dos tempos". (SANTOS, 1991, p. 37).

Segundo Cruz (2000, p. 17), todas as paisagens podem se tornar turísticas desde que sejam empregados valores as essas. Geralmente, derivam de uma valorização cultural, por não se enquadrarem com objetos, "a uma fixidez espacial que é resultado da fixidez espacial das formas-objetos que definem sua existência". Ou seja, é um elemento posto que agrega formas e objetos espaciais, que por vezes auxiliam no valor a essas atribuídas, devida a necessidade de consumo do território pela atividade turística.

A compreensão da paisagem, se dá através da análise conjunta dos elementos que compõem a dinâmica do todo o meio. Através do campo de visão da paisagem direta ou indiretamente, acaba-se negligenciando alguns elementos que compõem o espaço em sua totalidade. Quando se aborda o segmento do turismo e as atividades do turismo, por vezes paira uma dúvida quanto à diferença entre ambos. O Ministério do Turismo explica a diferença existente entre os dois termos, conforme apontados abaixo:

Quadro 4. Diferença entre segmento do turismo e atividade turística

A segmentação do turismo	*Pode ser definido por diferentes elementos e fatores, e pelas características da oferta, em função da motivação do turista, e em relação à atitude do prestador de serviços, da comunidade receptora e do turista.*
As atividades turísticas	*Compreendem os serviços que o turista utiliza e as atividades turísticas que realiza durante sua viagem e sua estadia no destino, tais como: hospedagem, alimentação, transporte, recepção e condução de turistas, recreação e entretenimento, operação e agenciamento, bem como outras atividades complementares que existem em função do turismo.*

Fonte: MTur (2010, p. 17). Elaboração e adaptação própria, em 2022

Esses termos serão utilizados no decorrer da discussão. Tal comparação duvidosa também existe entre o conceito do ecoturismo e a discussão sobre turismo sustentável, como supracitada. A semelhança consiste na ideia do verde, predominante em ambas as discussões, por essas se fundamentarem pelas definições conceituais a partir dos

princípios da sustentabilidade, o que acaba confundindo alguns leitores. Para o MTur (2010, p. 19, grifo nosso),

> O elemento de diferenciação do **Ecoturismo** reside no enfoque da sustentabilidade evidenciado na conservação, interpretação e vivência com a natureza como fator de atratividade. Confirma-se, desse modo, como um segmento da oferta turística que, aflora o social, institui-se e se caracteriza fundamentalmente em dois pilares da sustentabilidade – o ambiental e o econômico, carregando como premissas o cultural e o político no sentido da complementaridade. Já o **Turismo Sustentável** confere a cada um desses aspectos a mesma intensidade, impregnando-os na atividade turística como um todo, e empresta à segmentação da oferta requisitos que podem determinar alguns tipos de turismo, como é o caso do Ecoturismo.

A citação aborda o turismo sustentável de forma mais ampla, esse pode ser adaptado às atividades turísticas como um todo, para isso se faz necessário uma análise conjunta dos problemas ambientais, sociais, culturais, nos quais, diante do modelo de economia vigente está sujeito a atender as dinâmicas impostas pelo mercado, que no geral ignoram as particularidades e singularidades encontradas em alguns territórios turísticos.

A respeito dos territórios turísticos, segundo Cruz (2000, p. 25) "Cidades podem ser incorporadas, espontaneamente, ao circuito das localidades turísticas, devido à valorização (cultural) pela atividade ou, então, induzir o desenvolvimento do turismo, por meio de políticas e do planejamento da atividade." Logo, o planejamento direcionado para a dispersão da concentração das atividades, encontradas no distrito de Pipa, pode ser visto como uma forma de espaçar e incluir outras porções territoriais, apontando funcionalidades e incrementando novos segmentos para o turismo no município. A autora, ao falar sobre o turismo e a urbanização, aponta que há três situações metodológicas nas quais o turismo se desenvolve: 1 - quando a urbanização antecede o turismo; 2- quando a urbanização se dá de modo simultâneo ao turismo; 3 - a urbanização só aparece posterior a atividade turística, ou seja, como consequência desta.

Por essa perspectiva, observa-se a partir das Figuras 6 e 7 que o município de Tibau do Sul, concentra no distrito de Pipa um espaço urbano maior e mais desenvolvido, do que a porção territorial do centro de Tibau do Sul, onde se encontram as sedes da gestão municipal. Para esse distrito, o processo de urbanização e turismo, supracitada na análise de Cruz, corresponde a terceira situação, pois o distrito de Pipa inicialmente foi povoado pela comunidade de pescadores, posteriormente e até simultaneamente, foi sendo usada como segunda residência, logo descoberta por turistas, e, desenvolvida através do turismo que abraçou as paisagens naturais lá postas. Assim, há alguns problemas de mobilidade urbana, que surgiram devido ao processo de desenvolvimento

do próprio distrito, que sem um planejamento adequado foi concentrando as construções, agregando valor de mercado e desenvolvendo sua reputação enquanto destino turístico.

Figura 6. Imagem de Satélite do centro de Tibau do Sul

Fonte: Google Earth, 2022

Figura 7. Imagem de Satélite do distrito de Pipa

Fonte: Google Earth, 2022

Mas falar sobre turismo, automaticamente remete-se a figura do turista em mente. Alguns estudiosos apontam críticas quanto à interação dos turistas com os lugares que visitam, relatando a inexistência da conexão entre os destinos turísticos oficiais e a porção mais primitiva dos espaços originais do território, ocupados pelos nativos. Assim, há um

certo isolamento dos residentes em relação aos turistas, decorrentes das desigualdades socioeconômicas e do modelo de turismo dos territórios brasileiros, que incubem no seu contexto de formação enclaves turísticos criados, sobretudo, a partir do aproveitamento das praias e do turismo de massa. (CRUZ, 2000). Sobre essa relação Cruz (2000, p. 24) aponta que, "...a apropriação do espaço pelo turismo é restrita ao *trade* turístico, [...] a forma como se dá essa apropriação, principalmente no turismo de hotelaria, acaba por se configurar como um impeditivo à apropriação desses territórios pelos turistas." Assim, diferentes territorialidades se formam, com base na segregação espacial, elevação do custo de vida e presença de empreendimentos turísticos concentrados que produzem uma gentrificação nos espaços urbanos, e esses podem ser observados no espaço turístico de Tibau do Sul

4.2 A promoção do turismo e a valorização dos produtores locais

A respeito do valor da atividade turística para o município de Tibau do Sul, essa se apresenta muito considerável, visto que há um ciclo de atividades que estão inter-relacionadas e movimentadas pelo setor do turismo. Segundo o Secretário de Desenvolvimento Econômico do município, estima-se que a colaboração da atividade turística para economia municipal é cerca de 80 % a 90%. Essa informação revela um destino turístico com uma atividade mais consolidada, mas também a necessidade da atenção duplicada quanto a gestão e políticas públicas, para gerenciamento e organização, no sentido de suprir as demandas do turismo, inclusive no que se refere ao uso e ocupação do território turístico de forma planejada.

Assim, um olhar holístico para essa integração é muito importante para que o turismo sustentável seja aplicado acertadamente. A respeito dessa integração procurou-se identificar a relação entre as comunidades locais e as atividades turísticas, a partir das entrevistas realizadas.

Segundo a entrevista com o Assessor técnico de Turismo de Tibau do Sul, foi apontado que o município possui mais de seis associações e que as secretarias estabelecem conexões com os membros através das reuniões do conselho municipal de turismo, na qual aponta-se a participação de diversas associações e produtores locais, foram citadas como exemplo, a ONG Educapipa, as associações das barracas de praias e o Convention Bureau. A parceria se estende na promoção de eventos realizados no município, através da prestação de apoio e divulgação das atividades participantes.

Quando questionado sobre às políticas públicas relativas às atividades da pesca, o gestor público respondeu que:

> Temos um grupo muito forte de pescadores, atualmente existe uma associação que faz a colheita da ostra na lagoa de Guaraíras, que tem como principal associação a Aproostras, e a gente trabalha com eles principalmente em eventos a gente vai trabalhar fomentando a atividade local, através da participação desses produtores e também divulgação [...] temos uma secretaria de agricultura e pesca, na qual em eventos há uma parceria entre essas duas secretarias. (Assessor técnico de Turismo de Tibau do Sul, 2022).

Segundo esse gestor, houve um estímulo e organização entre as articulações dos produtores locais e sua atuação tanto no que diz respeito a gestão participativa, quanto na atuação na área do turismo, a partir da contratação da empresa de consultoria DEL. Essas afirmações podem ser observadas no seguinte trecho:

> a gente contrata o DEL que é referência no nosso Estado e eles trabalham com as Câmaras Técnicas (CT), então a gente tem CT específicas como a de formalização, a gente trabalha nessa questão do Cadastur e outros selos de qualidade, como o ISO X para um hotel, então existe uma seguinte certificação para o destino, que busca selos de padrões de qualidades, ISO etc. Por exemplo a CT do turismo cultural, na qual participam alguns representantes das comunidades de vários segmentos, ao todo são cinco CTs e nelas existem vários autores das comunidades, inclusive produtores, não só da comunidade, mas também do poder público e do setor privado. [...]. O DEL ele dá suporte especialmente com as CTs para alinhar as demandas, já os conselhos discutem e até aprovam se destina recurso. (Assessor técnico de Turismo de Tibau do Sul, 2022).

Observa-se que os questionamentos sobre a relação existente entre o turismo e a comunidade local deve ser levada em consideração, visto que antes do município ser consolidado e visto como referência, quanto às suas práticas; existia-se uma dinâmica de relação do homem com o meio, que foi alterada conforme as inserções das atividades. Logo, o espaço que ali existiu, dá lugar a uma outra realidade, da qual Santos resume muito bem, observando que "também um espaço sofre os efeitos do processo: a cidade torna-se estranha a região, a própria região fica alienada, já que não produz mais para servir as necessidades reais daqueles que a habitam." (SANTOS, 1991, p. 19). Sobre essa perspectiva, julga-se importante analisar como se encontra essa relação entre a atividade turística e a sociedade local, que pode ser parcialmente compreendida através da seguinte fala:

> ...quando o produtor é que a gente chama aqui, produtor de camarão, ostras, de artesanatos, todos esses estão envolvidos na nossa cadeia produtiva do turismo. De uma maneira ou de outra, não só com a agricultura ou pecuária, mas quando nós temos isso com uma determinada qualificação, nós atraímos um público que vem visitar os programas que são referência. (Secretário de Desen. Econômico de Tibau do Sul, 2022).

Na fala do agente público, percebe-se uma outra perspectiva do produtor local, esse que através do turismo consegue comercializar seus produtos, artesanato, culinária entre outras atividades turísticas que podem, e, são desencadeadas pelo turismo de Sol e Praia, até pelo que está posto, na paisagem do município. Observasse que, através do turismo de Sol e Praia, outros segmentos são desenvolvidos, como é o caso dos segmentos de Ecoturismo, Turismo Gastronômico, Cultural e de Esportes.

Na perspectiva de valorização dos produtores locais/regionais, um dos agentes privados entrevistado mencionou a preocupação em trabalhar nesse sentido, priorizando fornecedores que se localizam entre 0 e 100 km de distância do seu estabelecimento, tendo em vista a questão ambiental, por meio da redução da emissão de gás carbono.

Observa-se que as parcerias existentes entre as iniciativas privadas abarcam os municípios e serviços próximos, o que aponta uma conexão promovida pela atividade turística, por parte dos empresários do ramo de hospedagem com outros segmentos econômicos, fomentando a economia no contexto geral.

A essência pesqueira, até o presente momento, ainda é forte na região, pois o elemento do pescador local prevalece comercializando sua produção diretamente com os empreendimentos locais (restaurantes, hospedagens e turistas). Além disso, nota-se que há uma evolução quanto às práticas da pesca, através da presença de Maricultura e Carcinicultura na região. A respeito dessas atividades de caráter mais técnico, pode-se exemplificar no município, a empresa PRIMAR[27], que possui cerca de 40 hectares de área de viveiros e uma produção que atende não somente o mercado interno, mas também ao exterior, a partir da exportação de seus produtos. Observa-se juntamente, que o turismo local gera uma movimentação econômica para o município de Goianinha, pois alguns produtos são comprados nesse município, sobretudo no que tange aos serviços de alimentação, como observado na fala do agente privado, "Para você ter ideia tem coisas que a gente tem que comprar em Goianinha porque em Pipa não tem, mas quem faz a gente ir atrás disso é o turista que vem." (Presidente da Ass. das Barracas da Praia do Amor).

Deste modo, se faz indispensável uma cooperação entre os agentes que compõem o espaço geográfico, para se estabelecer uma relação mais integral e menos desigual, ao

---

[27] A PRIMAR AQUACULTURA é a primeira fazenda de aquacultura orgânica certificada do Brasil é considerada referência nacional e internacional quanto à produção orgânica de camarões e ostras. Além disso, tem o instituto PRIMAR que possui parceria com instituições e contém diversos artigos acadêmicos de estudo voltados para as temáticas que envolvem aquicultura e temas semelhantes, disponíveis neste link: https://www.primarorganica.com.br/_files/ugd/c42f12_e3901059b86e4a8c9ea8a932f7f161de.pdf.

ponto de se instituir uma interação entre o local e global, mas sem perder a simbologia e o significado da essência do local. Para isso, é válido ressaltar o papel do governo na promoção das iniciativas responsáveis e sustentáveis para as práticas de planejamento e de gestão. Logo para se exercer um turismo sustentável, a OMT (1995, *apud* Irving et al, 2005, p. 3, grifo nosso), aponta que esse dever ser,

> ...aquele ecologicamente sustentável, de longo prazo, economicamente viável, assim como ética e socialmente eqüitativo para as comunidades locais. **Exige integração ao meio ambiente natural, cultural e humano, respeitando o frágil balanço que caracteriza muitas destinações turísticas**.

Através das falas dos entrevistados, compreende-se como se dá a funcionalidade da dinâmica existente entre a atividade turística e os moradores locais. Nesse âmbito, revela-se a importância do agente social, que muitas vezes não são considerados, mas que Segundo Fratucci (2008, p. 96), esses apresentam uma importância relevante para o desenvolvimento do destino, visto que:

> Apesar de não manter contato mais direto com os turistas, a população residente dos destinos turísticos pode, a partir do seu comportamento e das suas ações, estimular ou dificultar o funcionamento do sistema turístico local, tornando o destino turístico mais ou menos atraente para o turista. [...] Além disso, tais agentes têm em suas mãos dois elementos vitais para a atividade turística sem, infelizmente, ter consciência do valor e da importância deles: a posse da terra e da força de trabalho. Esses dois elementos são fundamentais para o desenvolvimento dos destinos turísticos e, se forem utilizados conscientemente pelos habitantes locais, podem funcionar como uma ferramenta de equilíbrio na relação com o capital externo, que chega sempre que um lugar é "descoberto" pelo mercado turístico.

Deste modo, compreende-se a importância dos agentes sociais que compõem o espaço turístico, cedendo seus lugares, constantemente, à estruturação de empreendimentos que foram surgindo conforme o desenvolvimento das atividades turísticas. Mas, esses ainda se revelam, e, alguns foram beneficiados com a ascensão desse mercado, como é o caso da oferta de empregos, que será mais satisfatoriamente desenvolvida nos subcapítulos adiante. (FRATUCCI, 2008).

4.3 As Atividades Características do Turismo mais relevantes

O turismo e produtos turísticos[28], revela que a ótica da economia deve estar atenta às necessidades do mercado interno como prioridade para atender a produção e demanda de sua população, devendo essa ser vista como prioridade. Situação essa, geralmente

[28] Segundo Fonseca (2005, p. 39), o produto turístico consiste nos elementos que proporcionam qualidade do destino, a depender do grau de desenvolvimento do produto turístico, este que atua como elemento de competitividade dos destinos. O termo engloba os meios de hospedagens, infraestrutura urbana e viária, meios de transporte, qualidade do meio ambiente entre outros.

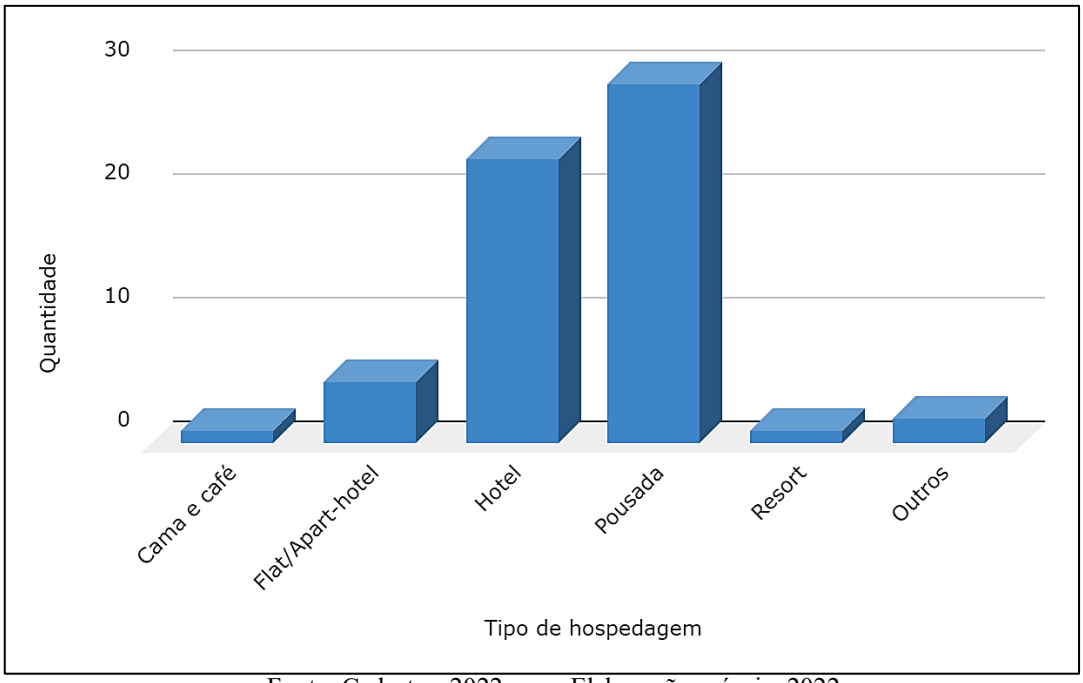
invertida, a partir do momento em que o espaço vai crescendo conforme uma perspectiva capitalista e de competição, elevando a concentração urbana e dos serviços, que para SANTOS (1991, p. 53),

> As condições atuais do crescimento capitalistas criaram uma forma particular de organização do espaço, indispensável à reprodução das relações econômicas, sociais e políticas. A forma como atualmente se distribui as infraestruturas, os instrumentos de produção, os homens -enfim, as forças produtivas - possui até um certo ponto um caráter de permanência, isto é, de reprodução ampliada, amparadas, exatamente, na longevidade de um grande número de investimentos fixos.

A respeito dos investimentos fixos, foi observado que a atividade turística de Tibau do Sul aponta os serviços de alojamento como sendo um dos mais expressivos do setor. Através da coleta de informações quantitativas e qualitativas sobre as atividades que compõem o setor do turismo, conforme cadastradas na plataforma do Ministério do Turismo/Cadastur (os dados correspondem até o 2 trimestre de 2022), e, Ministério da Fazenda (esse utilizado somente para os serviços de hospedagens levantados). As Atividades Características do Turismo (ACTs), devidamente cadastradas no Cadastur, das quais foram levantadas para se análise, são: Meios de hospedagem; Restaurantes, cafeteria, bar e similares; Agências de Turismo; Transportadora turística; Prestadores especializado em segmento turísticos e os guias de turismo.

Os Meios de Hospedagem, apresentam uma quantidade significativa para Tibau do Sul, sendo tipificados como serviço de Cama e café, Hotel, Flat/Apart-hotel, Resort, Pousada e outros. Para esse quantitativo em Tibau do Sul, os detalhes podem ser observados no Gráfico 1. Dentre os idiomas falados em boa parcela dos empreendimentos, encontra-se: Inglês, espanhol, francês e italiano. Dentre os 61 meios de hospedagem cadastrados, há um total de 1.323 unidades habitacionais das quais 9,15% são consideradas acessíveis e 2.967 leitos, com 7,85% desses acessíveis. A respeito do porte das empresas cerca de 65,6% são de microempresas, seguido de 19,7% de empresas de pequeno porte e 14,8% as demais.

Gráfico 1. Os meios de hospedagem cadastrados no Cadastur



Fonte: Cadastur, 2022. Elaboração própria, 2022.

Observa-se que dentre os tipos de hospedagem se faz mais expressivo as pousadas, seguido dos hotéis. Já a respeito da data de abertura, o empreendimento mais antigo, cadastrado corresponde ao ano de 1989 e o mais recente a 2021. O quadro abaixo revela os tipos de hospedagens cadastradas no intervalo de quatro anos, entre os anos de 1989 até 2021.

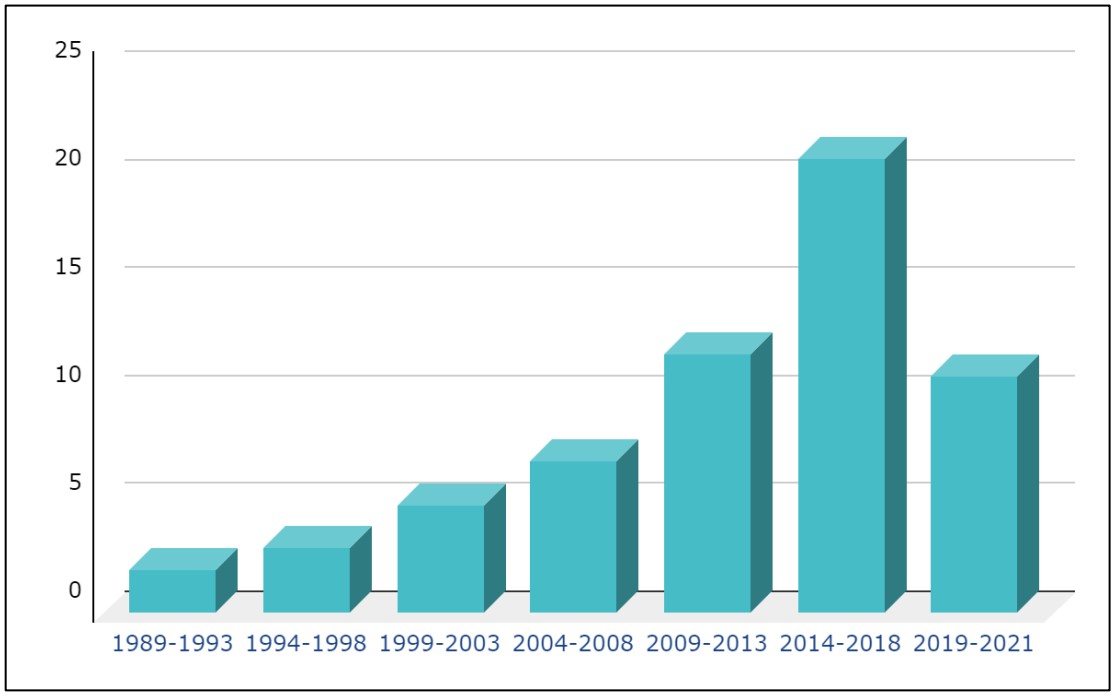
Quadro 5. Intervalo de cadastramento dos empreendimentos de hospedagem

Ano de abertura	Quantidade	Tipo de hospedagem
1989-1993	2	Pousada, Resort
1994-1998	3	Somente hotéis
1999-2003	5	2 hotéis e 3 pousadas
2004-2008	7	5 hotéis 1 pousada 1 flat/apart-hotel
2009-2013	12	7 hotéis e 5 pousadas
2014-2018	21	16 pousadas, 1 cama e café, 2 flat/apart-hotel, 1 hotel e 1 outros
2019-2021	11	5 hotéis, 3 pousadas, 2 flat/apart-hotel, 1 outros

Fonte: Cadastur, 2022. Elaboração própria, 2022.

Segundo esses cadastramentos há um intervalo de tempo que apresenta um movimento discrepante dentre os demais, que é o intervalo entre 2014 e 2018, conforme observado no Quadro 5 e no Gráfico 2.

Gráfico 2. Série histórica do cadastramento de empreendimentos das hospedagens



Fonte: Cadastur, 2022. Elaboração própria, 2022.

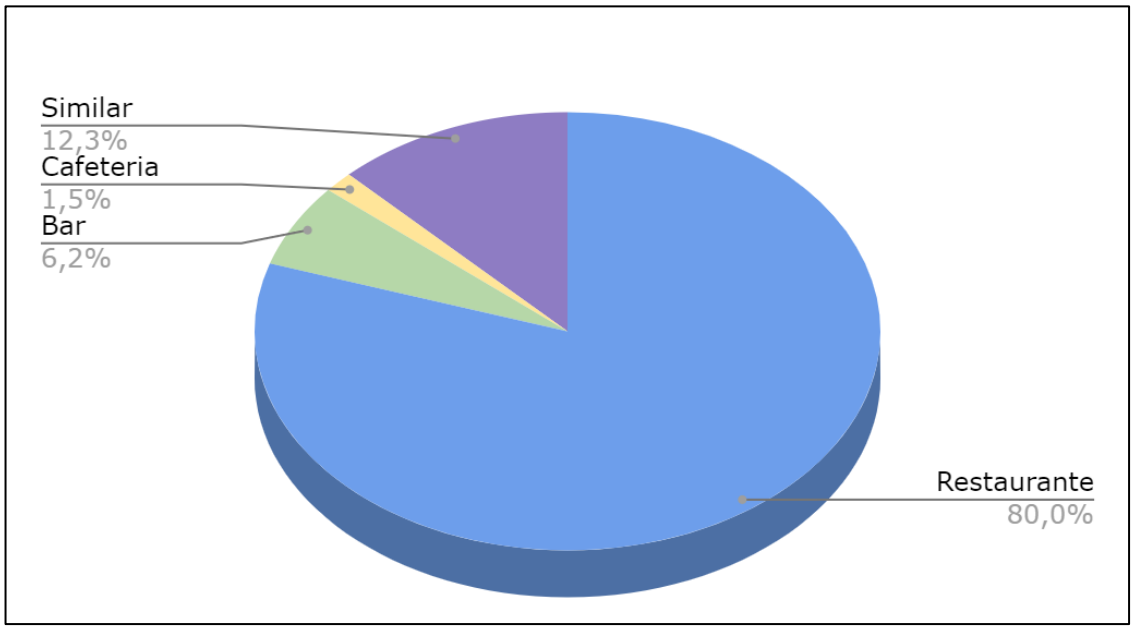
Durante as entrevistas, quando perguntado ao agente público se houve alguma política de incentivo para o cadastramento entre esses anos (2014-2018), foi respondido que:

> Essa questão é uma questão de legislação federal [...] Existe as regiões turísticas que tem seus municípios, então cada município submete é com sua própria vontade a sua inscrição para fazer parte desse mapa do turismo, por que o município tem essa motivação? porque se ele está nesse meio ele tem 90% dos recursos federais para atividade turística disponíveis para ele submeter projetos, quando ele está fora desse mapa ele fica com 10% de todo o valor disponível no ministério, só que esse 10% também fica para quem está dentro, tendo que concorrer também com quem está dentro [...] então muito provavelmente esse período o Ministério do Turismo exigiu que tivesse x empreendimentos no Cadastur [...] então muito provavelmente a secretaria de turismo na época quis se formalizar primeiro para fazer parte desse mapa, segundo para conseguir a categoria. Para esse ano ainda, a parceria entre o Del Turismo, Sebrae e prefeitura pretende-se realizar uma campanha para cadastramento. (Assessor técnico da Sec. Turismo de Tibau do Sul, 2022).

Dentre os serviços analisados[29], os serviços de Restaurantes, cafetaria, bar e similares, conta com diversos tipos de especialidades culinárias como as cozinhas: brasileira, regional, americana, italiana, francesa, argentina, espanhola, portuguesa e asiática. Foram-se constatados até a data da coleta 65 estabelecimentos devidamente cadastrados, dentre esses 52 correspondem a restaurantes, como pode-se observar no Gráfico 3.

[29] Foram considerados apenas os empreendimentos ativos, sendo importante ressaltar que constam na plataforma apenas os empreendimentos devidamente cadastrados, diferindo do quantitativo real.

Gráfico 3. Categoria dos serviços de Alimentação em Tibau do Sul



Fonte: Cadastur, 2022. Elaboração própria, 2022.

Dentre esses restaurantes, há dois com cadastro mais antigo, que se referem ao ano de 2003. No entanto, como essa atividade é mais densa no município, acredita-se que existam restaurantes com data de abertura anteriores, visto que foram contabilizados apenas os cadastrados.

Sobre as Agências de Turismo, o município apresenta 13 agências de viagem e 19 agências de viagens e turismo. Dentre os segmentos atendidos pelas empresas cadastradas, tem-se: o Ecoturismo, Turismo de Aventura, Turismo de Esporte, Turismo de Sol e Praia, Turismo Náutico, Turismo Cultura e Turismo Social. Somente 3 empresas cadastradas não prestam atendimento para nenhum dos segmentos citados, apenas voltam suas atividades para as viagens. A seguir é apresentado um quadro do período de abertura das agências e suas modalidades de atuação.

Quadro 6. Série histórica dos cadastramentos das agências de turismo

Ano de abertura	Quantidade	Modalidades de atuação
2005-2010	2	2 Agências de viagens e turismo
2011-2016	10	4 Agências de viagens e 6 Agências de viagens e turismo
2017-2022	20	9 agências de viagens e 11 Agências de viagens e turismo

Fonte: Cadastur, 2022. Elaboração própria, 2022.

O Quadro 6, revela que muitas agências foram cadastradas mais recentemente, entre os anos de 2017 e 2022, o que está associada a um aumento da demanda de viagens para o destino de Tibau do Sul. Outra atividade apontada pelo Cadastur, são os

Transportes Turísticos, esses atuam com modalidade de passeio local, quando não praticada por veículos terrestres, essa se dá por meio veículos aquáticos, com embarcações. A data de abertura mais antiga, entre os empreendimentos cadastrados, corresponde ao ano 2006 e a mais recente ao ano de 2020. Há um total de 22 empresas que revelam um maior quantitativo de veículos aquáticos (21), do que terrestres (5).

O Prestador especializado em segmento turístico, geralmente é composto por um empresário individual ou uma sociedade de empresas que atendem os seguintes segmentos turísticos: Turismo de Aventura, Turismo de Esporte, Turismo Sol e Praia, Ecoturismo, Turismo Social, Turismo de Negócios e Eventos, Turismo Náutico e Turismo Rural. No total são 18 empresas que atendem a mais de uma modalidade de turismo, sendo apenas 2 que atendem a somente uma modalidade, a de turismo Sol e Praia. A data de abertura mais antiga é de 2003 e a mais recente de 2021.

A respeito dos Guia de Turismo, no município só constam 3 cadastrados como pessoa física no MEI, esses atendem a uma categoria regional, exceto um que atende a excursão nacional. Todos falam apenas português e dentre os segmentos trabalhados encontram-se, Ecoturismo, Turismo de Aventura e Turismo de Sol e Praia.

De modo geral, pode-se analisar que diante desse quantitativo de dados, sobre as ACTs, os de alojamento e alimentação são os que ganham maior destaque. Por meio da pesquisa de campo, os agentes públicos notificaram que não há um levantamento atualizado para as ACTs, os dados mais recentes constam apenas para os serviços de hospedagens e os serviços de alimentação. O quantitativo de empreendimentos contabilizados pelo órgão municipal é utilizado dentro da discussão das políticas públicas, para fomento de planejamento urbano e para os setores empresariais que desejam abrir novos negócios no município.

Assim, a discussão das ACTs se fez mais predominante para os serviços de hospedagem que, de modo geral, apresentam um valor significativo para o turismo e economia da região, além da possibilidade de uma discussão mais elaborada, proporcionada pela entrevista com o representante da associação ASHTEP. A elaboração do material cartográfico foi direcionada para o percentual da distribuição geográfica dos empreendimentos de hospedagem e de modo secundário para os serviços de alimentação. Essa metodologia permite a parcial compreensão do turismo no município, partindo da compreensão do território usado para o turismo na contemporaneidade.

Segundo Tulik (1993, p. 30) a perspectiva do turismo contemporâneo parte da presença dos recursos naturais, conforme observado,

> As tendências contemporâneas observadas no Brasil parecem, num primeiro momento, convergir para a mentalidade ambientalista (assumida por modismo ou convicção) que pode explicar o crescimento de certas modalidades turísticas e de atividades de recreação fundamentadas em recursos naturais básicos.

Deste modo, os recursos naturais quando aproveitados corretamente, auxiliam na construção e organização do espaço, pautadas na atividade turística, sobretudo quando esta oferece serviços e equipamentos adequados. (TULIK, 1993, p. 35). Assim, constata-se que o desenvolvimento do turismo no município de Tibau do Sul, organizou espacialmente a distribuição dos seus serviços conforme a utilização dos recursos naturais, que para esse caso corresponde a presença das praias, sobretudo a de Pipa.

Logo, convém compreender que o fenômeno socioespacial do turismo, traz em sua formação o apoderamento do tempo como mercadoria voltada para o lazer, transformando a atividade econômica e gerando produtos turísticos, em que no ócio se difunde como iniciativa para fomento das atividades. Falar sobre o turismo, automaticamente remete a lembrança de viagens[30], essas se enquadram nas regras de produção do espaço, que obedece às necessidades dos visitantes cada vez mais acentuadas e que requerem hospedagens, transportes, alimentação entres outros serviços e infraestrutura. (FRATUCCI, 2008).

Os julgamentos a respeito da infraestrutura turísticas, muitas vezes, concentradas na atividade hoteleira, não consideram que até o mesmo o turista que viaja com a intenção de consumir um destino mais verde, esse compra não somente a ideia, mas também vai levar em consideração a estrutura do meio de hospedagem e a infraestrutura de suporte (saneamento básico, aeroportos, rodovias asfaltadas, vias de acesso etc.). Assim, há um conjunto de pontos que o turismo influencia, direta ou indiretamente, seja no processo econômico e localização dos empreendimentos, ou no desenvolvimento urbano no geral, voltado para atender a demanda turística.

Como supracitado os meios de hospedagens constituem uma forma estrutural de representação dos produtos turísticos. Deste modo, mesmo o Cadastur apresentando um total de 61 empreendimentos de hospedagens, suspeitava-se que essa não revelaria a realidade dos aglomerados de empreendimentos espacializados e concentrados, em Tibau do Sul, sobretudo no distrito[31] de Pipa.

---

[30] Segundo Fratucci (2008, p. 52), os deslocamentos temporários geralmente estavam associados às necessidades religiosas, à saúde e que a partir do século XIX, a implantação do sistema de produção do espaço passou a receber mais atenção e ser controlado.

[31] Em Tibau do Sul são considerado distritos: Umari, Piau, Bela Vista, Manimbu, Munim, Cabeceiras, Pernambuquinho, Boca da Mata, Pipa e Sibaúma. São localidades: o centro de Tibau do Sul, Madeiro, Cacimbinhas, e, Pirambú é considerado um empreendimento.

Assim, durante as entrevistas e trabalho de campo, constatou-se que a Secretaria de Tributação realizou um levantamento recente dos meios de hospedagens e dos serviços de alimentação. Todos que foram contabilizados possuem alvará de funcionamento e estão ativos, apresentando um cadastrado regularizado, com pagamento dos seus tributos municipais, mas esses não necessariamente estão cadastrados no Cadastur.

Nos Quadros 7 e 8 são apresentados os totais dos serviços de hospedagens e alimentação para o município de Tibau do Sul, expondo a classificação dos empreendimentos conforme o seu código CNAE[32] e a sua devida distribuição geográfica no município, conforme o documento oficial cedido pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Além disso, foram elaborados mapas para georreferenciar esses serviços no município como um todo, proporcionando uma visualização da distribuição geográfica dos empreendimentos.

Quadro 7. Distribuição dos meios de hospedagem contabilizados em 2022

Meios de hospedagem em Tibau do Sul - RN			
Atividade	Distribuição geográfica	Quantidade	Códigos CNAE
Hotel e Pousadas	Pipa	134	I5510-8/01
	Centro	20	Esta subclasse compreende as atividades dos hotéis e pousadas combinadas ou não com o serviço de alimentação. São exemplos, Hotel, Pousada, Hotel Fazenda, Spa com serviço de alojamento.
	Cacimbinha	5	
	Pirambú	2	
	Sibaúma	2	
Total		163	
Apart-hotéis	Pipa	12	I5510-8/002
	Cacimbinha	1	Esta subclasse compreende as atividades dos apart-hotéis usados como hotéis.
	Sibaúma	1	
Total		14	
Albergues, exceto assistenciais	Pipa	11	I5590-6/001
Total		11	Esta subclasse compreende as atividades dos albergues não assistenciais e Hostel.
Outros alojamentos não especificados anteriormente	Pipa	23	I5590-6/099
	Centro	3	Esta subclasse compreende a atividade de alojamento em dormitórios, o aluguel de imóveis residenciais por curta temporada, os alojamentos coletivos não turísticos tipos casas de estudante, pensionato e similares, a exploração de vagões-leitos por terceiros, as atividades de outros locais de alojamento de curta duração, não especificados anteriormente.
	Cabeceiras	1	
Total		27	

Fonte: Prefeitura de Turismo e Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Tibau do Sul, 2022.
Elaboração e adaptação própria, 2022.

[32] A Classificação Nacional de Atividades Econômicas, utilizada para determinar quais atividades são exercidas por uma determinada empresa. Sendo de cunho obrigatório a todas as pessoas jurídicas, autônomos e organizações sem fins lucrativos, segundo IBGE (2022).

Quadro 8. Distribuição dos serviços de alimentação contabilizados em 2022

Bares e restaurantes em Tibau do Sul - RN			
Atividade	Distribuição geográfica	Quantidade	Códigos CNAE
Restaurantes e similares	Pipa	218	I5611-2/001
	Centro	39	Esta subclasse compreende as atividades de vender e servir comida preparada, com ou sem bebidas alcoólicas ao público em geral, com serviço completo, como os restaurantes self-service ou de comida a quilo. Além das atividades de restaurante e bares em embarcações explorados por terceiros. São exemplos: pizzarias, restaurantes com serviço completo, churrascaria etc.
	Cabeceiras	5	
	Umari	1	
	Sibaúma	4	
	Cacimbinhas	3	
	Madeiro	1	
	Bela Vista	2	
	Bairro desconhecido	1	
	Pirambu	1	
	Pernambuquinho	1	
	Munim	1	
Total		277	I5611-2/004
Bares e outros estabelecimentos especializado em bebida	Pipa	42	Esta subclasse compreende as atividades de servir bebidas alcoólicas, sem entretenimento, ao público em geral, com serviço completo, são exemplos: Adega, bares, petiscaria (bar), serviço ambulante de bebidas, snack-bar, truck beer, whiskeria com serviços completo.
	Cacimbinha	1	
	Bela Vista	3	
	Manimbu	1	
	Sibaúma	1	
Total		48	

Fonte: Prefeitura de Turismo e Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Tibau do Sul, 2022.
Elaboração e adaptação própria, 2022.

Conforme observado no Quadro 7, o quantitativo de hotéis e pousadas se faz mais expressiva do que as outras atividades de hospedagem. Os dados dos empreendimentos cadastrados no Cadastur, conforme exposto, anteriormente, no Gráfico 1, revelam uma elevada discrepância existente quanto ao número de ACTs cadastradas e àquelas que não foram. Esta também se observa por meio do Quadro 8, para os serviços de alimentação. Nota-se que o total dos serviços de alimentação é superior aos de alojamento, no entanto, esses são mais voláteis, se comparado aos de hospedagem.

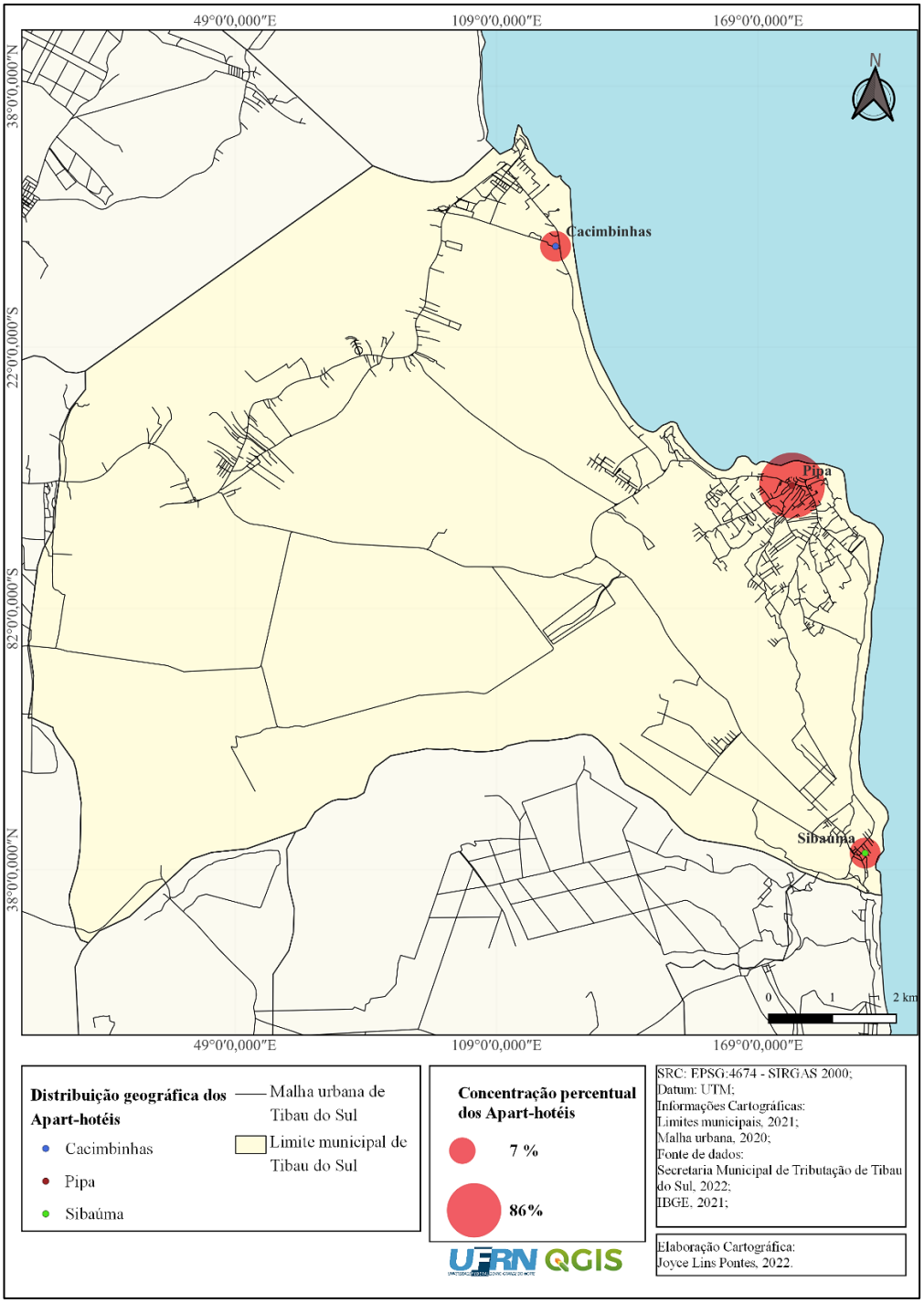
Os mapas a seguir, foram elaborados a partir dos dados percentuais da concentração geográfica, com base nos Quadros 7 e 8, expondo conforme o tamanho da área circular, a sua grandiosidade e concentração, essa irá variar conforme observado nos mapas.

Mapa 3. Distribuição dos hotéis e pousadas em Tibau do Sul

Fonte: Prefeitura de Turismo e Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Tibau do Sul, 2022. Elaboração e adaptação própria, 2022.

O Mapa 3, revela a distribuição dos hotéis e pousadas para o município de Tibau do Sul, observasse que esses são localizados no centro, nos distritos de Pipa, Sibaúma, e nas localidades de Pirambú e de Cacimbinhas. Ao todo foram contabilizados 163 empreendimentos, dos quais cerca de 82 % se concentram no distrito de Pipa, se revelando pelo círculo mais expressivo; seguido de 13% no centro; 3% em cacimbinhas e 1% (o que equivale a dois empreendimentos) em Pirambú e Sibaúma.

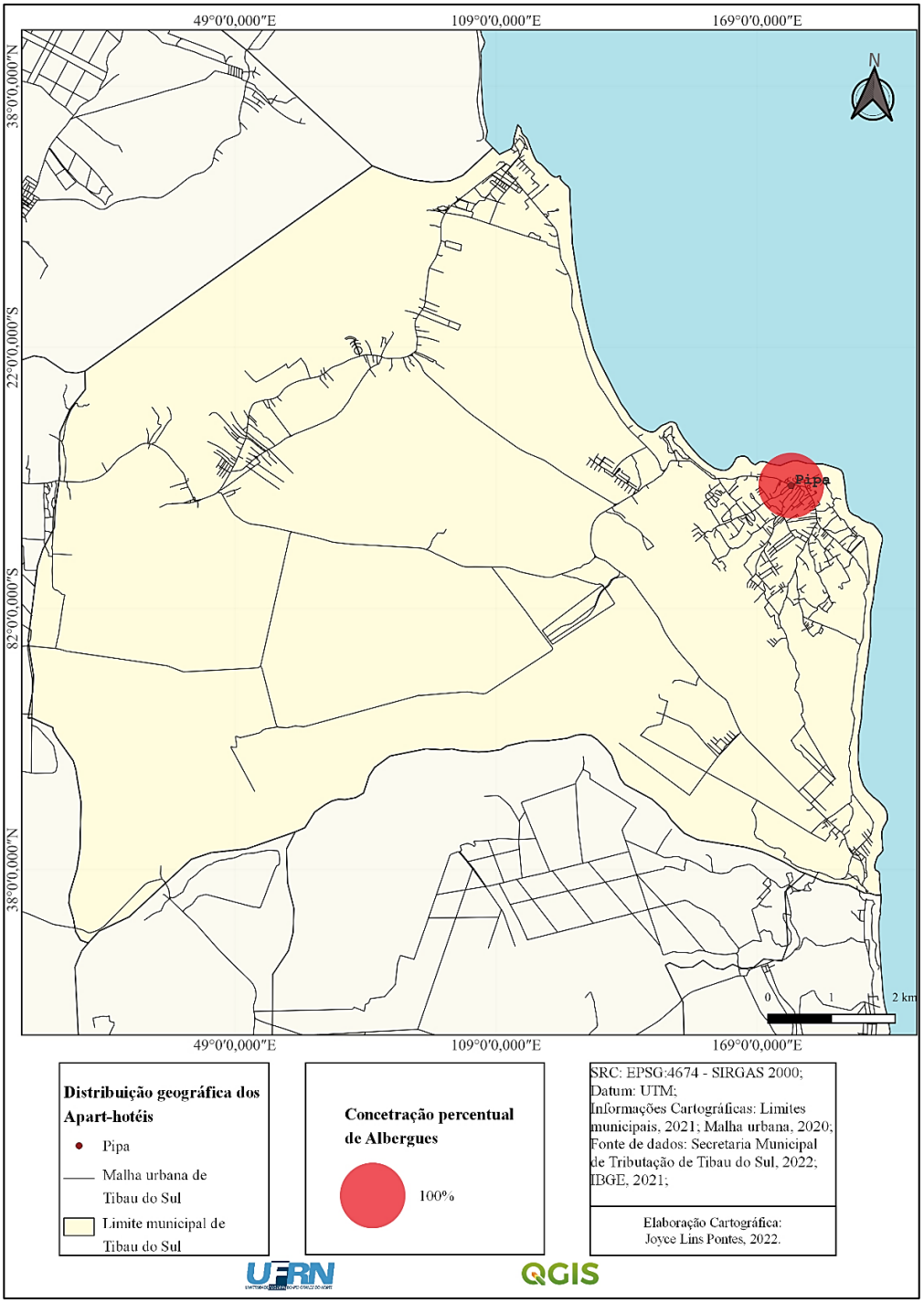
Mapa 4. Distribuição dos Apart-hotéis em Tibau do Sul



Fonte: Prefeitura de Turismo e Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Tibau do Sul, 2022.
Elaboração e adaptação própria, 2022.

No Mapa 4, os Apart-hotéis estão menos distribuídos, observasse que esses se localizam em dois distritos: Pipa e Sibaúma, e na localidade de Cacimbinhas. Foram contabilizados 14 empreendimentos, dos quais se distribuem 86% em Pipa e 7% nas outras duas porções. Além de ter um número mais reduzido, a concentração da atividade se faz muito predominantemente em Pipa.

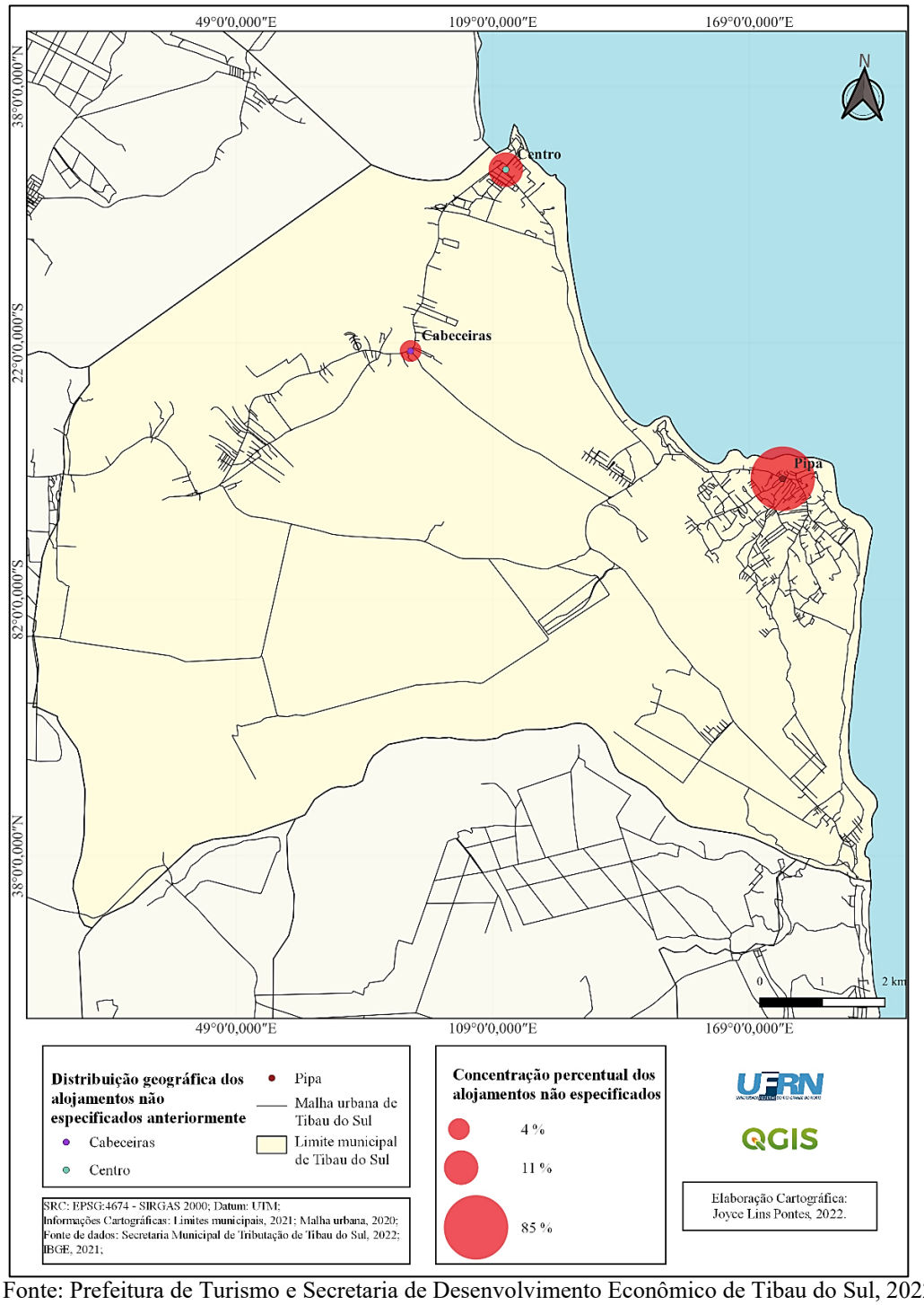
Mapa 5. Distribuição dos Albergues em Tibau do Sul



Fonte: Prefeitura de Turismo e Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Tibau do Sul, 2022.
Elaboração e adaptação própria, 2022.

O Mapa 5, revela a distribuição espacial dos albergues, essa na verdade pode ser considerada como uma concentração, o município conta com 11 albergues e todos se localizam no distrito de Pipa.

Mapa 6. Distribuição dos alojamentos não especificados em Tibau do Sul

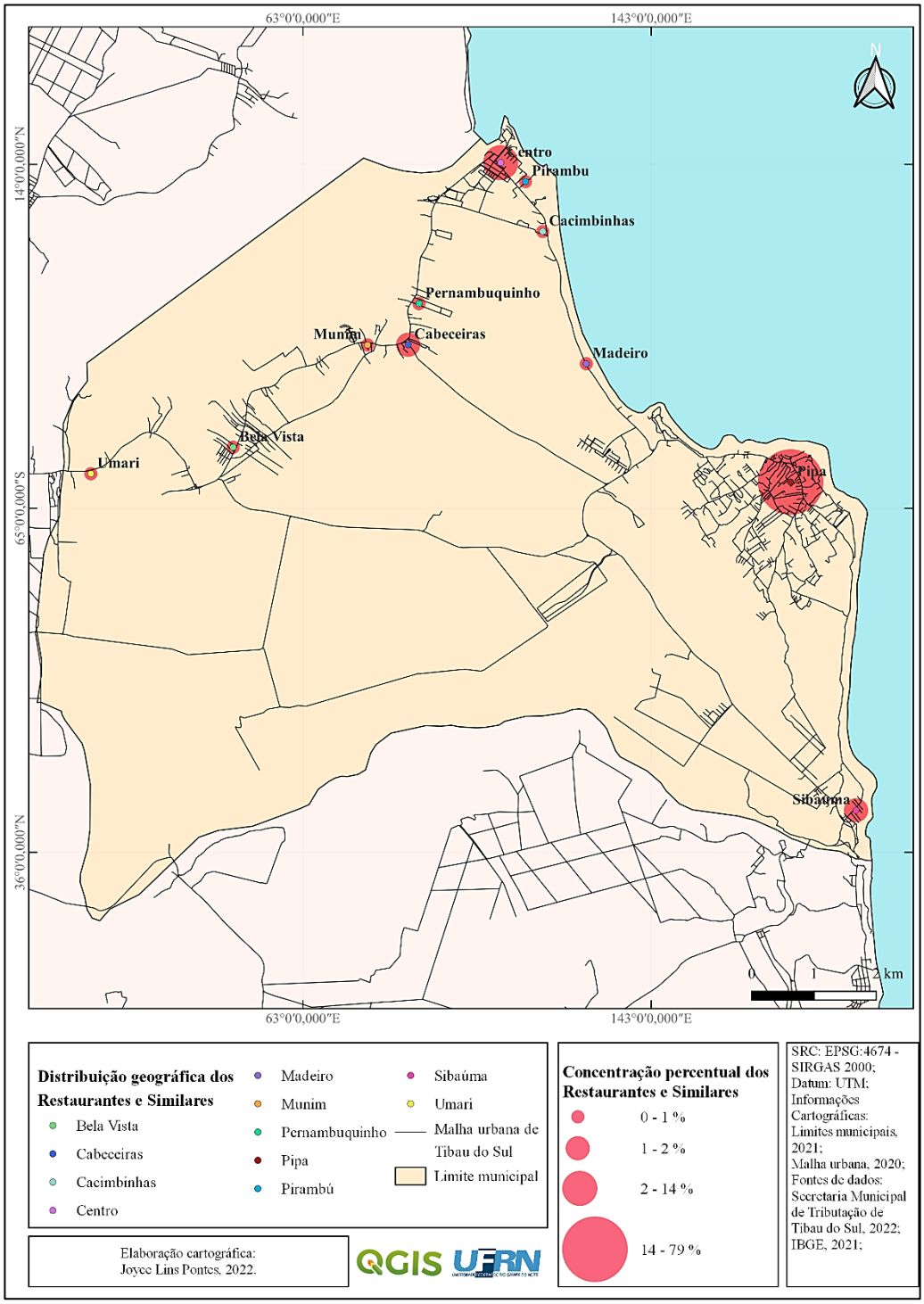


Fonte: Prefeitura de Turismo e Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Tibau do Sul, 2022. Elaboração e adaptação própria, 2022.

O Mapa 6 aponta os alojamentos não especificados anteriormente, sua classificação CNAE pode ser consultada no Quadro 7, que revela um maior quantitativo se comparado ao dos albergues. No total são 27 empreendimentos, dos quais estão distribuídos nos distritos de Pipa, que concentra 85%; seguido do centro de Tibau do Sul, com 11% e Cabeceiras, com 4%. Já no que diz respeito aos serviços de alimentação,

foram elaborados dois mapas com as duas classificações apontadas no Quadro 8, como pode-se observar a seguir.

Mapa 7. Distribuição espacial dos Restaurantes e similares em Tibau do Sul

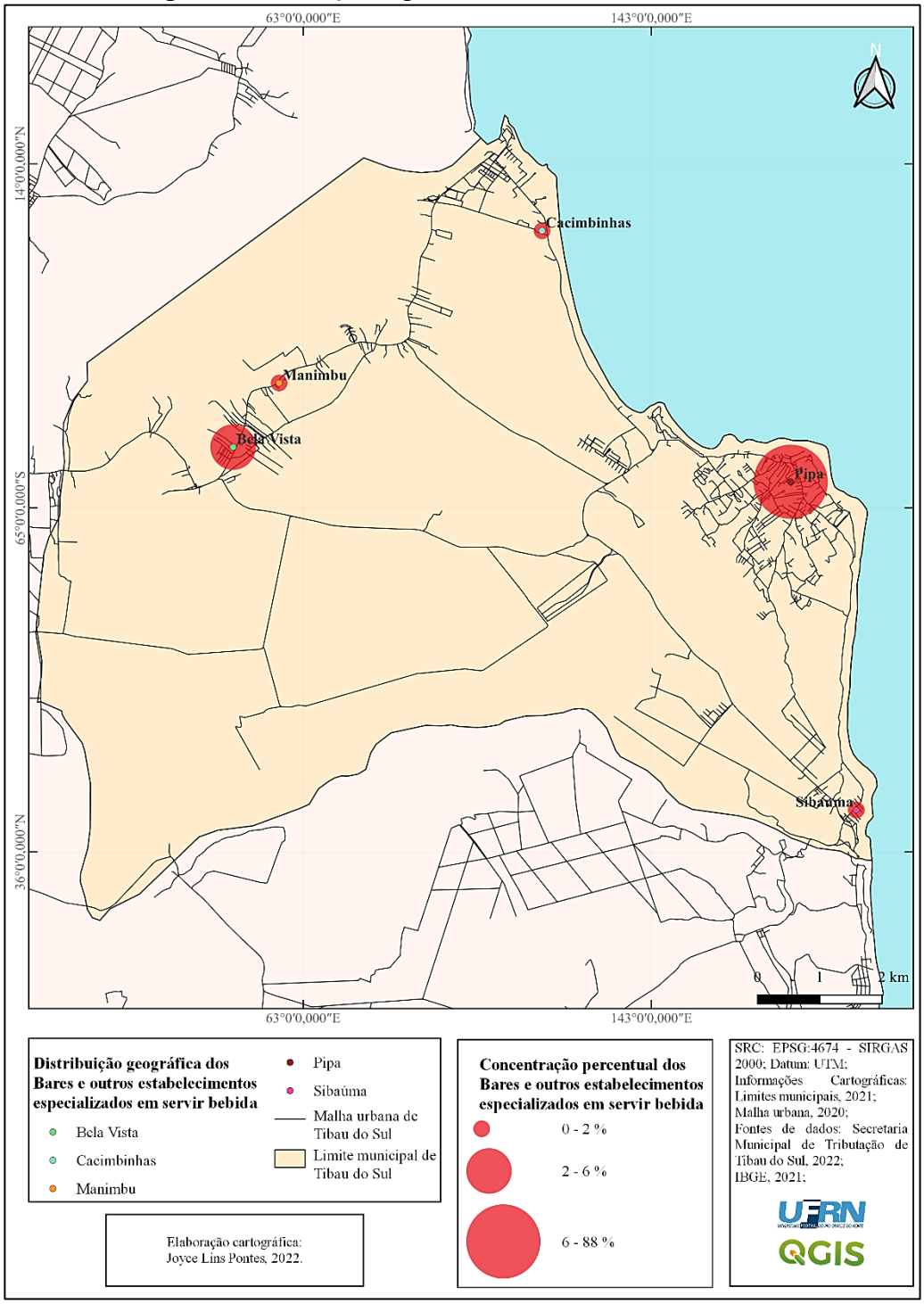


Fonte: Prefeitura de Turismo e Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Tibau do Sul, 2022. Elaboração e adaptação própria, 2022.

O Mapa 7, apresenta a espacialização dos restaurantes e similares, em Tibau do Sul. Nota-se que, se comparado aos serviços de alojamento, esses são mais bem distribuídos, englobando várias porções do município. Mas, mesmo apresentando-se mais

fragmentado, o mapa revela uma concentração de 79% dos empreendimentos no distrito de Pipa, o que equivale a 219 restaurantes e similares, seguido de 14% no centro de Tibau do Sul, correspondendo a 39 empreendimentos.

Mapa 8. Distribuição espacial dos Bares em Tibau do Sul



Fonte: Prefeitura de Turismo e Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Tibau do Sul, 2022. Elaboração e adaptação própria, 2022.

O Mapa 8, dos Bares e outros estabelecimentos especializados em bebidas, revela que há uma maior concentração de bares no distrito de Pipa, o que equivale a 88% do

total de 48 bares e estabelecimentos catalogados. Seguido do distrito de Bela Vista com 6%.

Os Mapas 3, 4, 5 e 6 correspondem à distribuição espacial dos empreendimentos de hospedagem em Tibau do Sul. Observou-se que todos concentram um percentual acima dos 80% dos alojamentos no distrito de Pipa, alcançando até 100%, no caso dos Albergues. O centro do município apresenta cerca de 13% da concentração, a depender da classificação da hospedagem, não aparecendo esse para os Albergues e os Apart-hotéis. Nos demais distritos e localidades os empreendimentos se revelam de forma esparsa e pouco significativa.

Essa realidade também é predominante para os serviços de bebida e alimentação, que concentra 88% dos Bares e outros estabelecimentos especializados em bebida, e, 79% dos estabelecimentos dos Restaurantes e Similares apenas no distrito de Pipa. A sede municipal, por sua vez, abarca apenas 14% dos Restaurantes e Similares, não constando para a classificação dos Bares. Realidade semelhante com a dos meios de hospedagens.

Vale ressaltar que os Quadros 7 e 8 e o material cartográfico, auxiliam na sistematização da distribuição dos empreendimentos, revelando as desigualdades de espaços turísticos mais consolidados, que ofertam mais serviços, do que as demais porções dentro do mesmo território. Essa análise pode ser compreendida por meio da organização espacial, que segundo Corrêa (1995, p. 57) é composta "pelo conjunto das inúmeras cristalizações criadas pelo trabalho social. A sociedade concreta cria seu espaço geográfico para nele se realizar e reproduzir, para ela própria se repetir."

Além de compreender a organização espacial como consequência das ações da sociedade, essa também pode ser entendida como o processo cíclico do movimento do espaço. O capitalismo contemporâneo e a globalização incitam o processo de urbanização e acumulação, logo a concentração das atividades em determinado espaço, concebe vantagens, por meio do aglomerado, essas provocam "à reprodução do padrão espacial preexistente". (CORRÊA, 1995, p. 72). Essa reprodução pode ser observada no espaço turístico de Pipa, em que há uma alta concentração de empreendimentos turísticos, como os meios de hospedagens, que movimentam a economia do município e produzem a acumulação do capital, traduzindo vantagens locacionais, devido a sua posição geográfica, próxima as praias e a concentração dos serviços dependentes da atividade turística, como os bares e restaurantes.

4.4 Empregos turísticos gerados na perspectiva da sustentabilidade

No tocante aos empregos desenvolvidos pelos serviços do turismo, ao ser trabalhado os dados socioeconômicos foram organizados os dados sobre os empregos, coletados através do Observatório do Turismo. Além disso, foi organizado um banco de dados associado aos dados do RAIS e Novo Caged, para se apresentar características sobre os empregos gerados pelo turismo.

A plataforma RAIS, os dados mais recentes fazem alusão ao ano de 2020 e os grupos selecionados conforme a classificação CNAE foram os, Hotéis e similares, Agências de viagens e operadores turísticos, Restaurantes e outros serviços de alimentação e bebidas, Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente, Transporte terrestre e aquaviário, Atividades ligadas ao patrimônio cultural e ambiental e as Atividades de recreação e lazer. Os dados mais uma vez dão luz aos meios de hospedagens que empregam o maior percentual de pessoas, seguido dos serviços de alimentação, como pode-se observar na Tabela 2.

Tabela 2. Empregos para o setor do turismo em Tibau do Sul, 2020

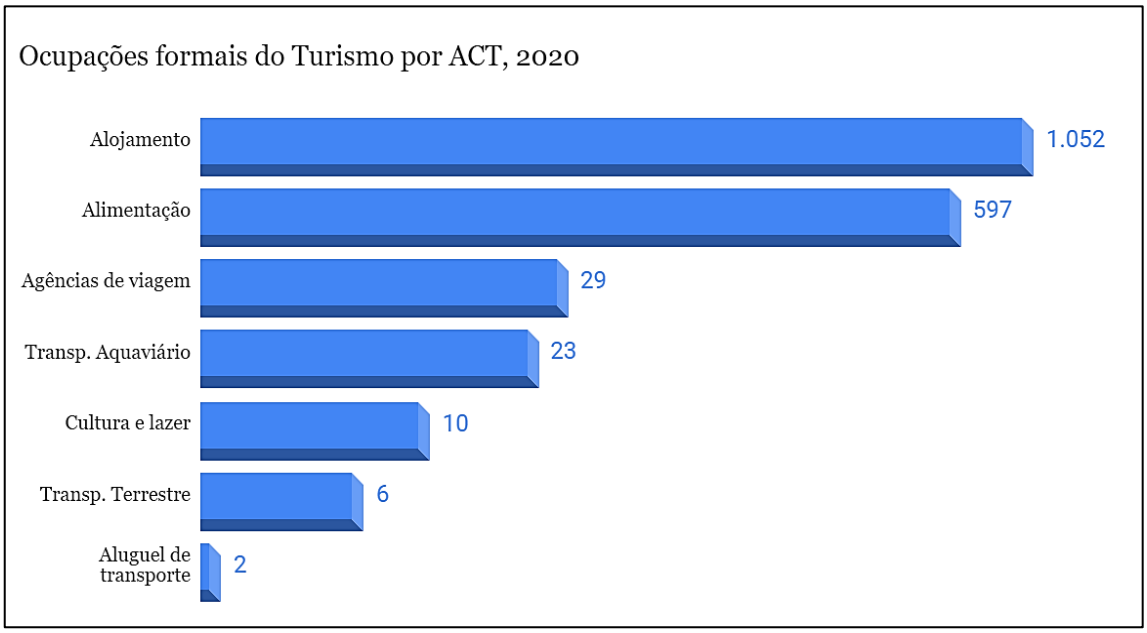
Indicadores	Total	% de empregos no turismo sobre a população ocupada
População de Tibau do Sul		-
População ocupada em Tibau do Sul para o ano de 2020	4.731	100%
Segmento da atividade	Total de empregos	%
Hotéis e similares	1.041	22,00%
Restaurantes e outros serviços de alimentação e bebidas	600	12,68%
Agências de viagens e operadores turísticos	20	0,42%
Transporte terrestre e aquaviário	19	0,40%
Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente	9	0,19%
Atividades ligadas ao patrimônio cultural e ambiental	8	0,17%
Atividades de recreação e lazer	2	0,04%

Fonte: RAIS, 2020; IBGE, 2020. Elaboração própria, 2022.

Segundo o IBGE (2020), o município de Tibau de Sul contabilizava um total de 4.731 pessoas ocupadas, o que correspondia a 32,8% da população estimada de 2020, ou

seja, um baixo percentual de empregos formais. Referente ao mesmo ano, o observatório do turismo aponta alguns dados relativos às ocupações formais para o setor do turismo, em Tibau do Sul. Segundo o Observatório do Turismo (2020), o número de empregos formais no setor correspondia a um total de 1.719, com uma remuneração média de R$ 1.209,43 reais e com tempo médio de emprego[33] sendo de 33 meses. Abaixo, encontra-se alguns dados gerados pela plataforma e que foram adaptados graficamente para expor a realidade dos empregos para o setor do turismo, observando também quanto a ocupação formal por sexo e nível de instrução, o que revela em partes, as características sociais dos agentes que compõem esse setor.

Gráfico 4. Quantitativo de empregos com carteira assinada no setor de turismo de Tibau do Sul

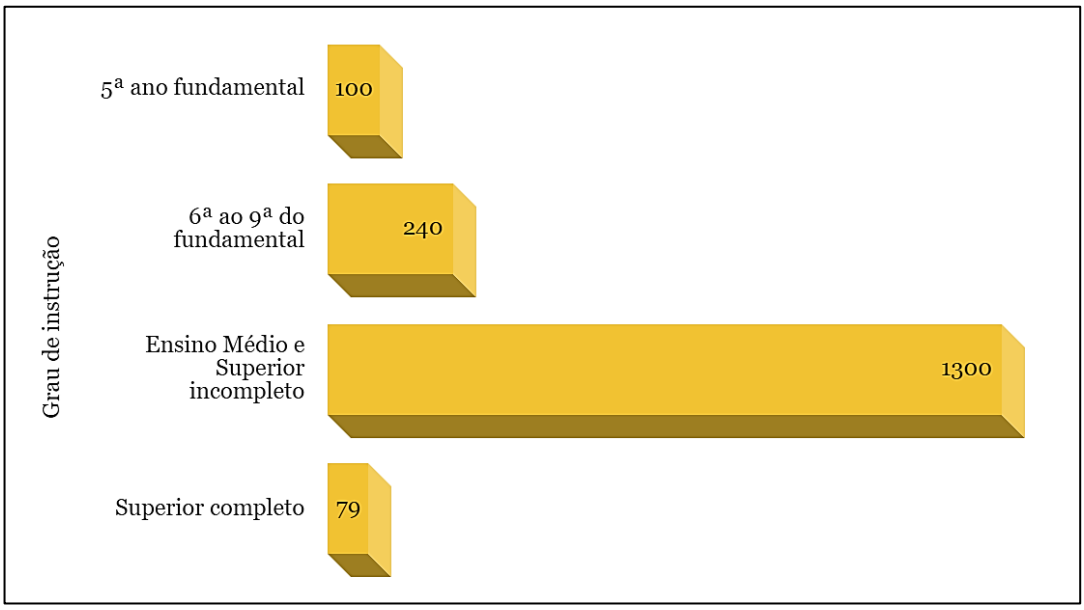


Fonte: Observatório do Turismo, 2020. Elaboração própria, 2022.

De acordo com o Gráfico 4, dentre os setores do turismo no município, o de alojamentos é o que lidera as ocupações formais e apresenta a maior média do tempo de emprego, de 36,10 meses; seguido do setor de alimentação, com o tempo médio de 32,33 meses. Para o turismo municipal cerca de 59% dos empregados correspondem ao sexo masculino e o restante, 41% são compostos pelo sexo feminino. Esse percentual se altera conforme os setores, como é o caso dos alojamentos, que apresentam 55,1% de homens e 44,9% por mulheres, e, os serviços de alimentação o percentual do público masculino aumenta para 58,2% e o feminino diminui para 41,8%. Já quanto ao grau de instrução dos empregados no setor do turismo, esse pode ser observado no gráfico a seguir.

[33] Segundo o Observatório de turismo (2020), o tempo médio irá variar conforme a atividade turística que está sendo analisada, período, nível geográfico e região.

Gráfico 5. Grau de instrução dos empregados com carteira assinada para o setor do turismo em Tibau do Sul



Fonte: Observatório do Turismo, 2020. Elaboração própria, 2022.

O Gráfico 5 revela que dentre o grau instrução das 1.719 pessoas com carteira assinada, contam-se que 75,6% apresentam Ensino médio e superior incompleto, seguido de 14% que apresentam apenas do 6 ° ao 9° ano do fundamental, 5,8% o 5° ano do fundamental e apenas 4,6% obtêm o grau de ensino superior completo. O emprego do ensino voltado para o desenvolvimento do turismo sustentável se faz primordial. Bursztyn e Junior (2001) salienta a importância do ensino aplicado com intuito de elevar a consciência pública, com base no papel da cidadania e promoção da sustentabilidade no discurso, apontando o papel da educação como meio de incorporação do indivíduo na sociedade.

A educação permite, cada vez mais, a participação pública das comunidades nas tomadas de decisões, assumindo assim uma dimensão ética do discurso de forma aplicada. Diante disso, "é importante enfatizar o princípio da delegação de poderes, responsabilidade e recursos em nível mais apropriado e dar preferência para a responsabilidade e controle locais sobre as atividades de conscientização." (BURSZTYN; JUNIOR, 2001, p. 181).

Retornando a discussão dos empregos, com intuito de se elaborar um panorama da dinâmica dos empregos com dados mais recentes, foi realizado um levantamento dos dados do Novo Caged, que dispõe dos empregos para o setor do turismo, até o terceiro trimestre de 2022, como pode-se observar na Tabela 3.

Tabela 3. Número de admissões e demissões nas atividades turísticas selecionadas em Tibau do Sul - 2020, 2021 e 2022

Novo Caged 2020 Completo			
Indicadores analisados	Dados	Resultado	Saldo total
Hotéis, Albergues, Pensões, similares e outros não especificados	Admissões	470	-30
	desligamentos	-500	
Restaurantes e outros serviços de alimentação e bebidas	Admissões	337	-12
	desligamentos	-349	
Agências de viagens, operadores turísticos, serviços de reservas e outros não especificado anteriormente	Admissões	12	3
	desligamentos	-9	
Novo Caged 2021 completo			
Indicadores analisados	Dados	Resultado	Saldo total
Hotéis, Albergues, Pensões, similares e outros não especificados	Admissões	642	122
	desligamentos	520	
Restaurantes e outros serviços de alimentação e bebidas	Admissões	637	239
	desligamentos	398	
Agências de viagens, operadores turísticos, serviços de reservas e outros não especificado anteriormente	Admissões	16	6
	desligamentos	10	
Novo Caged até o 3 trimestre de 2022			
Indicadores analisados	Dados	Resultado	Saldo total
Hotéis, Albergues, Pensões, similares e outros não especificados	Admissões	266	-45
	desligamentos	311	
Restaurantes e outros serviços de alimentação e bebidas	Admissões	299	1
	desligamentos	298	
Agências de viagens, operadores turísticos, serviços de reservas e outros não especificado anteriormente	Admissões	26	5
	desligamentos	21	

Fonte: Plataforma do Novo Caged. Acesso em: 13 de set. 2022. Elaboração própria, 2022.

A Tabela 3 expõe os dados das três classificações que mais empregam para o setor, conforme revelado no Gráfico 4 e pela plataforma RAIS. Observa-se que, o ano de 2020 é um ano de perdas significativas para os indicadores de modo geral, apresentando um saldo negativo para todos, com exceção do indicador de Agências de viagens que apresenta um saldo positivo, mas esse não é tão significativo, visto o baixo número de admissões e demissões. Boa parte, dessa performance decorre da pandemia da Covid-19[34], que impactou o planeta e as destinações turísticas de maneira particular.

O ano de 2021 expõe outra realidade, há uma recuperação muito rápida da atividade turística e o saldo de empregos se faz positivo para o município. Já para o ano

[34] A respeito da temática da Covid-19 e as atividades turística no Rio Grande do Norte, discuta-se no artigo - A difusão da Covid - 19 e os empregos no segmento turístico no Rio Grande do Norte -, de Pontes, J. L. Disponível em: https://www.labormovens.com/post/covid19-rn-turismo. ISBN: 978-65-87246-22-2-; na qual aprofunda-se mais satisfatoriamente sobre a temática.

vigente, os dados até o terceiro trimestre de 2022, se revelam bem tímidos, podendo esses sofrer alterações, conforme for atualizado para o ano completo. Mas, de modo geral, os dados não revelam um cenário tão positivo para o saldo total de empregos ofertados em 2022.

Durante as entrevistas e aplicação dos questionários a discussão sobre os empregos também foi explorada. Os remetentes da ASHTEP, responderam que 100% os funcionários possuem contrato formal e quando perguntado se as hospedagens buscavam promover a igualdade de gênero nos empregos oferecidos, dez dos respondentes responderam positivamente, enquanto apenas uma empresa vai além, ao confirmar adoção de paridade salarial/ou/auxílio creche/ou/programa de liderança feminina/ou/política contra assédio/ etc. A respeito da participação percentual da população local na equipe de trabalho, as respostas apontam que a composição varia entre 0% e 100%.

A respeito dos empregos ofertados aos moradores locais para os serviços de hospedagem foi verificado que a associação ASHTEP possui aproximadamente 2 mil funcionários, dos quais boa parte são provenientes de municípios próximos, como observado na fala do entrevistado,

> Nós da associação contratamos muitos funcionários, mas nem todos são locais. Muita gente de fora que mora em Pipa, ou que até nem mora em Pipa, ou que a gente traz de fora, a mão de obra qualificada. Tem muita gente que mora em Goianinha, Várzea, Arês. [...] O morador de outra região, o nativo quase não trabalha no Preserve Pipa[35], porque geralmente ele trabalha no negócio dele, já está mais resolvido na vida. Já o camarada que veio de Pipa trabalhar aqui, ou de municípios próximos são pessoas que precisam mais e tem mais oportunidades para elas na hotelaria. (Presidente da ASHTEP[36], 2022).

Já as associações das Barracas de Praia do Amor[37] e do Madeiro[38], esclarecem que geralmente os empregos são temporários, a depender da baixa ou alta estação. Durante o verão o número de contratos aumenta, gerando mais empregos, e esses possuem um tempo médio de 3 meses. Geralmente, os funcionários são provenientes de outros municípios, como Goianinha, como apontada na fala do representante das barracas da praia do Amor,

> Bom são locais, mas também temos funcionários de outros municípios, de Goianinha para cá vem gente trabalhar no nosso município, porque o turismo

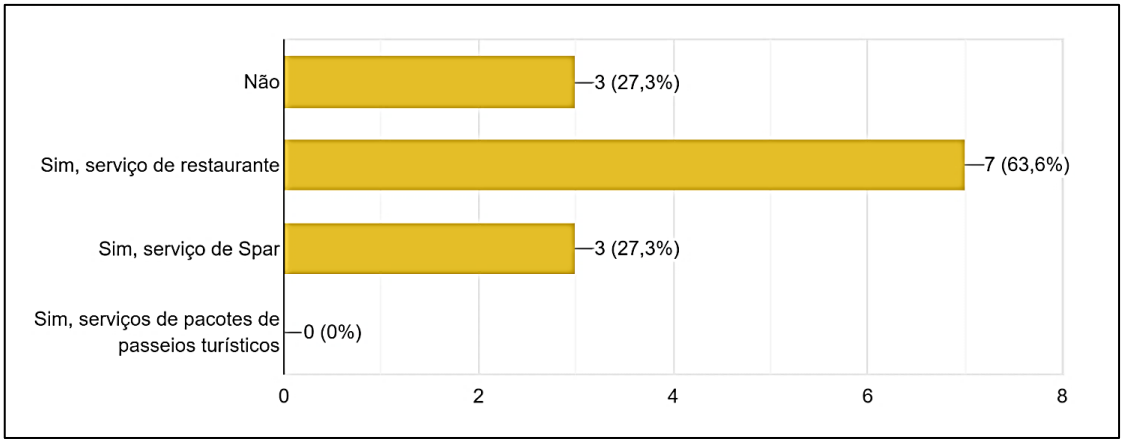
[35] É o nome comercial da ASHTEP, se considerando como uma organização entre os empresários integrantes da Associação de Hoteleiros de Tibau do Sul e Pipa (ASHTEP) e do Pipa Convention & Visitors Bureau, em prol de práticas sustentáveis para garantia do bem-estar social e um relacionamento saudável entre as práticas do turismo e a natureza.
[36] A respeito da ASHTEP, atualmente, contém 42 membros associados.
[37] A respeito da Ass. Das Barracas da Praia do Amor, essa contém 13 associados.
[38] A associação da Praia do Madeiro conta com um total de 14 associados.

> movimenta a economia não só para o nosso município, mas para os vizinhos também. Pronto, no exemplo dos pescadores, a gente vende peixe, quem compra o peixe é o turista que vem, que chega na praia ou nos hotéis e consome o peixe, esse peixe que é o pescador local que pega, então já fomenta a economia toda, pois acaba ajudando não só o pescador mas o pessoal da reciclagem, uma pessoa que tem uma empresa que faz a coleta da gente de óleo vegetal, então são mais pessoas trabalhando e acho que funciona assim em todo lugar, mas eu vejo aqui no nosso município, que além de ter aquela pessoa que tem o ganho direto do turista, aquele que está à frente, e também há uma gama de pessoas por trás que são favorecidas com a economia do turismo. (Presidente da Assoc. das Barracas da Praia do Amor, 2022).

Dentre as iniciativas por parte dos agentes privados, percebe-se que essa também se dá por meio da oferta de empregos, sobretudo durante a alta estação, no que diz respeito às barracas de praia. Durante a entrevista com o representante das barracas da praia do Madeiro, evidenciou que há parcerias estabelecida entre a associação, o município e o Sebrae para oferta de cursos aos seus funcionários, esses voltados para formações nas áreas turísticas de garçom, barman, recepcionista, atendimento ao cliente, entre outros que abrangem o setor produtivo e permitem estabelecer um auxílio ao aperfeiçoamento das atividades turísticas locais.

Já para os empreendimentos de hospedagem a contratação, geralmente é fixa. É válido ressalta, que as atividades de hospedagem, cada empreendimento possui uma característica diferente, alguns oferecem serviços que vão além do dormitório. Um dado relevante, visto que se um hotel ou pousada possui serviço de restaurante, Spa ou passeio turístico, esse vai garantir uma maior oferta de empregos e alimentar o sistema de troca entre os fornecedores e o consumidor, garantindo uma dinâmica econômica necessária para sustentação da atividade. Essas informações são abordadas no gráfico a seguir.

Gráfico 6. Percentual de outros serviços fora o dormitório nos meios de hospedagens

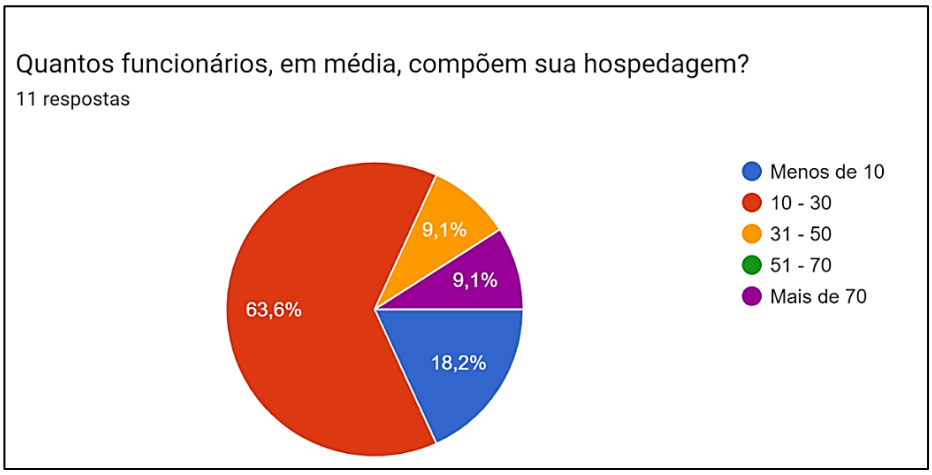


Fonte: Questionários aos membros da ASHTEP, 2022

O Gráfico 6, expõe que dentre os remetentes mais da metade possui serviço de restaurante. Esses também usufruem das parcerias com produtores locais, através da

comprar de produtos orgânicos e frutos do mar, para comercialização em seus negócios, como observado no Gráfico 7.

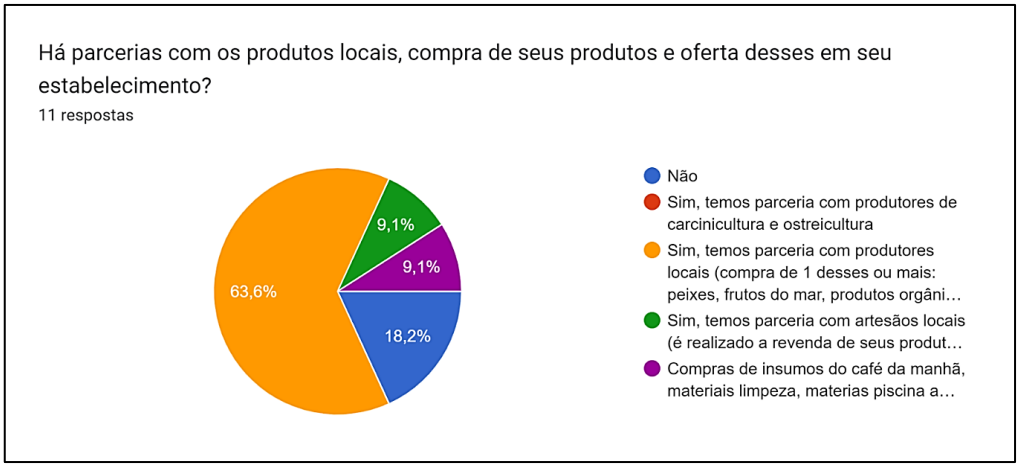
Gráfico 7. Produtos comprados das parcerias locais



Fonte:Questionários aos membros da ASHTEP, 2022.

Nota-se a conexão das respostas nos Gráficos 6 e 7, ao revelar que 3 não possuem outro serviço além do de dormitório, e dentre os que não possuem parceria com os produtores locais apenas dois não o fazem. Já o Gráfico 7 expõe que, mais da metade dos estabelecimentos possuem parcerias, por meio da compra de 1 ou mais desses produtos: peixes, frutos do mar, produtos orgânicos, doces, ostras. O percentual se revela muito semelhante ao dos estabelecimentos que possuem serviços de restaurantes, indicando a existência de parceria entre produtores locais, sobretudo quando se trata da comercialização de frutos do mar. Essa interação é muito considerável, pois diante da perspectiva da sustentabilidade, essa se faz necessária. A respeito da média de funcionários que compõem a hospedagem, observasse no Gráfico 8, a seguir.

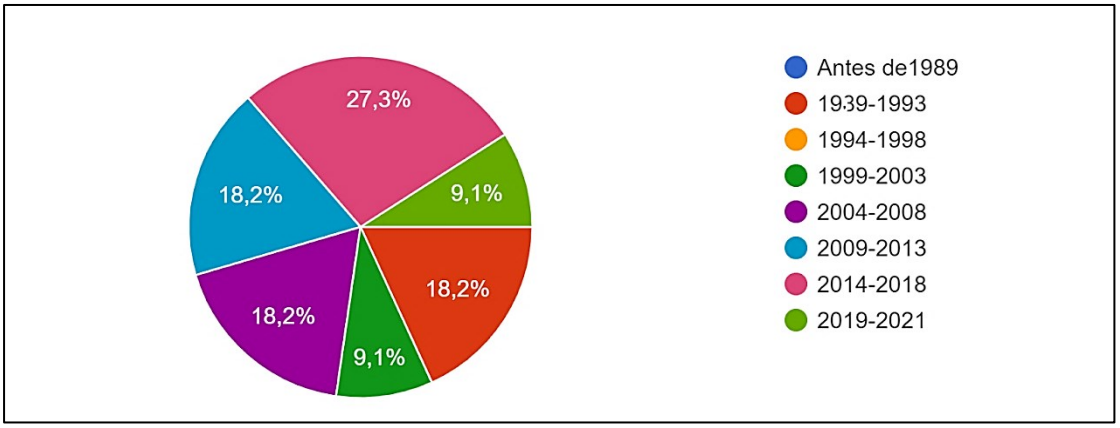
Gráfico 8. Média de funcionários presentes nos meios de hospedagem dos membros da ASHTEP



Fonte: Questionários aos membros da ASHTEP, 2022

Por meio do Gráfico 8, observasse que mais da metade dos remetentes possuem entre 10 a 30 funcionários e que, apenas um apresenta mais de 70 funcionários, o que indica ser um empreendimento de grande porte. Dentre as respostas, observa-se no Gráfico 9, que mais de 50% dos empreendimentos abriram sua hospedagem entre os anos de 2009 e 2021, o que revela um mercado dinâmico e que está sempre em constante mudança, seja pelo fechamento de antigos empreendimentos turísticos, ou pela inauguração de novos.

Gráfico 9. Período de abertura dos meios de hospedagem



Fonte: Questionários aos membros da ASHTEP, 2022.

Esses dados só afloram a importância do turismo para economia, pois o setor gera empregos de forma direta e indireta, esse último pode ser exemplificado por meio dos ambulantes que trabalham comercializando seus produtos nas praias; os motoristas de Uber que realizam mais viagens, sobretudo em épocas festivas no espaço turístico, os pescadores e produtores locais e comercializam seus produtos para os empreendimentos de bares, restaurantes e hotéis locais, dentre outras atividades que o turismo gera para a economia local. Os empreendimentos de hospedagens são um exemplo da geração empregos diretos, para fortalecimento da economia do município.

Nessa perspectiva Cruz (2000), define que o objeto de consumo do turismo consiste no espaço e dentre as demais atividades, o turismo é um dos que mais consomem, visto que esse só existe pelo espaço e pelo consumo e gestão dos territórios turísticos lá desenvolvidos. O turismo se constitui como uma atividade produtiva, que envolve as práticas sociais e o lazer. E, é a partir dessas práticas que o território vai se moldando e a economia vai se desenvolvendo, por meio da oferta e procura de empregos, sistema de gestão, governança e planejamento. Os empregos são considerados um dos indicadores de desenvolvimento municipal, como poderá ser compreendido no capítulo seguinte.

5. O PARADIGMA DA SUSTENTABILIDADE E O TURISMO EM TIBAU DO SUL

> Madrugadinha, vão saindo barra a fora os pescadores do alto, os botes deslizando no vento preguiçoso. Em verdade, convidam a despertar, estas madrugadas praieiras, serenas e luminosas. O sol não se ergueu ainda nos horizontes do mar, mas seus clarões matinais já se derramam nas areias da praia e brilham na lâmina ondulada das águas. (GALVÃO, p. 66).

5.1 Indicadores socioeconômicos, ambientais e instrumentos normativos

Um município que tem suas origens com os índios potiguaras e que carrega em sua toponímia (Tibau) a origem Tupi, se desenvolveu com base na agricultura e pesca. Na obra - Novas Cartas da Praia - de Hélio Galvão, traz uma abordagem das características culturais e sociais de uma comunidade incipiente, rica em ditos populares e costumes. Suas cartas (estilo de escrita e estruturação do livro) revelam não somente um caráter antropológico, mas também geográfico, a partir do momento em que o estudo da sociedade se faz predominante.

A partir da perspectiva social, Corrêa (1995, p. 52) ressalta que "o objeto da geografia é a sociedade, e não a paisagem, a região, o espaço ou outra coisa qualquer. A análise da sociedade, no entanto, é feita a partir de diversos ângulos." Deste modo, compreender as relações e o processo de organização e estruturação da sociedade, leva a compreensão do que é o espaço geográfico. A organização espacial concebe a materialidade das histórias de um povo, que se revela por meio do trabalho social. Para o autor, o espaço geográfico consiste na compreensão da sociedade vista a partir das suas ações de transformação e organização do espaço, em que o trabalho se expõe como objeto transformador, conforme o passar das décadas.

Assim, a partir do momento que se estabelece uma análise da sociedade e suas ações de transformações, levando-se em consideração todos os componentes predominantes no espaço geográfico e a sua interação na modelagem e dinâmica do território, há uma clareza quanto à real condição em que essa se expõe na atualidade.

Logo, de modo pragmático, observa-se a seguir na Tabela 4 alguns dados socioeconômicos para o município de Tibau do Sul.

Tabela 4. Dados socioeconômicos do Município de Tibau do Sul

Indicadores	Município de Tibau do Sul
Área km²	102,68
População Estim (2021)	14.694

Hierarquia Urbana[39]	Centro Local (5)
PIB (2019)	377.682,28 milhões
PIB Per Capita (2019)	26.634,86 mil
IDH (2010)	0,645
Saldo de emprego (2021)[40]	619
Saldo de emprego (2022)[41]	-9

Fonte: IBGE Cidades e Novo Caged, 2022. Elaboração própria, 2022

Com base na Tabela 4, pode-se observar que o município possui uma área de 102,68 km², segundo o IBGE (2010) a densidade demográfica é de 111,81 hab/km², enquanto o Estado tem-se 59,99 hab/km². Cerca de 47,8% do valor adicionado ao PIB advém dos serviços. Já a respeito do saldo de empregos, esse envolve todos os agrupamentos considerados pelo Novo Caged, são eles: serviços, agropecuária, comércio, construção, indústria e não identificados. Os dados de 2022 são apresentados até o mês de julho.

Segundo o IBGE (2017), Tibau do Sul apresenta cerca de 60,26% (8.702) da sua população em área urbana e 39,74% (5.738) na rural. O município ainda não possui política, plano e conselho municipal de saneamento, assim como um fundo municipal voltado para tais fins.

Outro ponto relevante é que o PIB per capita (número do PIB sobre o número total de habitantes), como apresentado na Tabela 4, é de R$ 26,6 mil. Esse dado, ao ser analisado em sua série histórica, revela uma evolução significativa, tanto no que diz respeito ao município, quanto à categoria de serviços[42], como pode-se observar nos gráficos adiante.

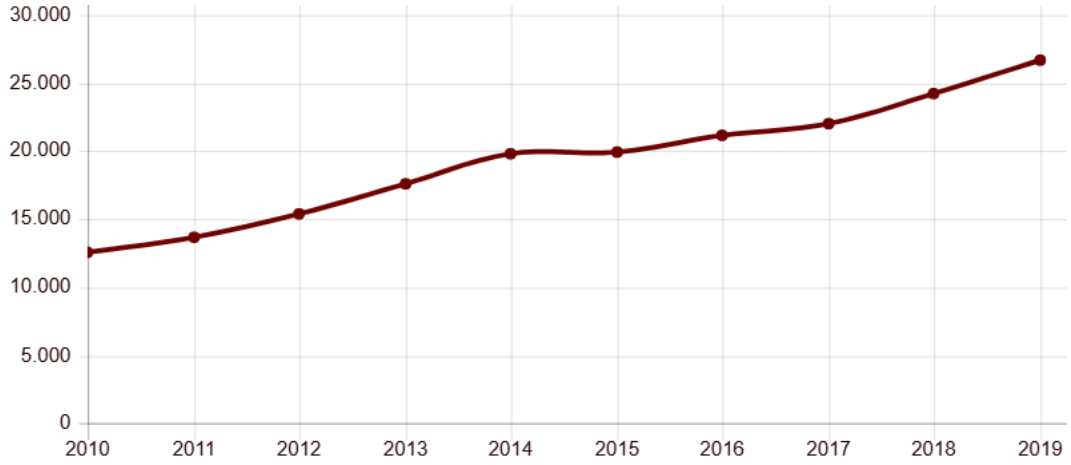
[39] A hierarquia urbana indica a centralidade da Cidade de acordo com a atração que exerce a população de outros centros urbanos para acesso a bens e serviços e o nível de articulação territorial que a Cidade possui por estar inserida em atividades de gestão pública e empresarial. São cinco níveis hierárquicos, com onze subdivisões: Metrópoles (1A, 1B e 1C), Capitais Regionais (2A, 2B e 2C), Centros Sub-regionais (3A e 3B), Centros de Zona (4A e 4B) e Centros Locais (5). Alguns Municípios são muito integrados entre si e constituem apenas uma Cidade para fim de hierarquia urbana, trata-se dos Arranjos Populacionais, os quais são indicados no complemento da hierarquia urbana quando ocorrem. (IBGE Cidades, 2022).

[40] Saldo total para o ano de 2021, segundo o Novo Caged.

[41] Esses dados correspondem ao 2° trimestre mais o mês de julho, com base no Novo Caged.

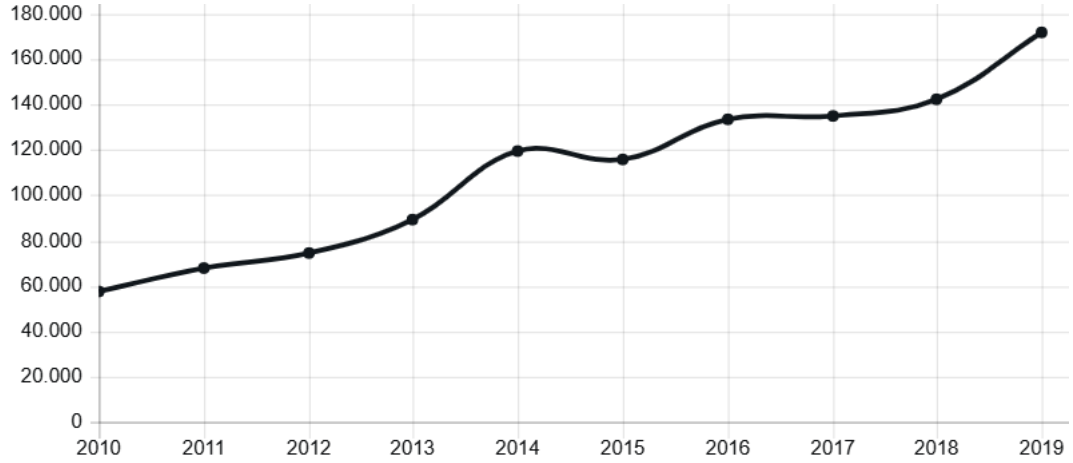
[42] Nessa categoria organizada pelo IBGE, também se incluem serviços de administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social.

Gráfico 10. Evolução do PIB per capita para o município de Tibau do Sul



Fonte: IBGE Cidades, 2022. Elaboração própria, 2022.

Gráfico 11. Evolução do PIB per capita para a categoria de Serviços



Fonte: IBGE Cidades, 2022. Elaboração própria, 2022.

Nota-se que ambos apresentam uma melhora conforme o passar dos anos (2010-2019), de acordo com os dados disponibilizados na plataforma do IBGE. Na presente análise, ambos (a partir de 2016) revelam um movimento de crescimento uniforme que para o município passou, em 2016, de R$ 21.099,82 mil para R$ 26.634,86 mil em 2019, o que equivale a um aumento de 26% do PIB per capita em quatro anos. O mesmo para categoria de serviços, que no ano de 2016 apresentava um valor de R$ 133.308,89 mil, passando para R$ 171.748,58 mil em 2019, isso equivale a um aumento de 29%. Esses percentuais indicam um desenvolvimento econômico positivo para o município, em um curto espaço de tempo. Mas, para que o município apresente um movimento positivo, quanto ao seu desenvolvimento sustentável, é preciso uma análise conjunta dos demais indicadores avaliados, para se estabelecer um índice de Desenvolvimento Municipal (IDM).

A respeito do IDM de Tibau do Sul, não foi utilizado o IBGE devido a desatualização do Censo, que consta os dados referente ao ano de 2010. Visto isso, foram utilizados os indicadores de desenvolvimento municipais da plataforma do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), que abarca as dimensões de Emprego & Renda, Educação e Saúde. No índice de 2018, com base em 2016, as três áreas apresentadas utilizam do uso de estatísticas públicas e oficiais, e, essas são melhores especificadas quanto à metodologia aplicada para definição do índice, na figura a seguir.

Figura 8. Variáveis por área de desenvolvimento, segundo o FIRJAN, 2018

IFDM		
Emprego&Renda	**Educação**	**Saúde**
• Geração de emprego formal • Taxa de formalização do mercado de trabalho • Geração de renda • Massa salarial real no mercado de trabalho formal • Índice de Gini de desigualdade de renda no trabalho formal	• Atendimento à educação infantil • Abandono no ensino fundamental • Distorção idade-série no ensino fundamental • Docentes com ensino superior no ensino fundamental • Média de horas-aula diárias no ensino fundamental • Resultado do IDEB no ensino fundamental	• Proporção de atendimento adequado de pré-natal • Óbitos por causas mal definidas • Óbitos infantis por causas evitáveis • Internação sensível à atenção básica (ISAB)
Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego	**Fonte:** Ministério da Educação	**Fonte:** Ministério da Saúde

Fonte: FIRJAN, 2018.

Segundo o FIRJAN (2018), o Brasil apresenta uma fragmentação ainda muito acentuada[43], visto que no ranking dos 500 municípios mais desenvolvidos do país, 50% se encontram na região Sudeste, 41% no Sul e 7% no Centro-oeste, o Nordeste aparece apenas em 8 posições. Já ao se tratar do inverso, a respeito dos 500 municípios menos desenvolvidos no ranking nacional, a região Nordeste lidera com 68% dos municípios, seguido da região Norte com 28%. Ou seja, essas duas regiões juntas representam 96% do total de municípios menos desenvolvidos do país.

[43] Dentre as justificativas para tanta discrepância, são apontadas as crises econômicas, sobretudo a ocorrida após 2013. Durante o ano de 2014, o país mergulhou em uma recessão impactando diretamente indicadores do mercado de trabalho, no ano seguinte o IFDM, no âmbito Brasil, conseguiu alcançar um nível menor do que apresentado para o ano de 2011, influenciando indicadores de emprego e renda e anulando o progresso dos indicadores de Educação e Saúde. Durante os anos de 2015 e 2016, cerca de 3 milhões de postos de trabalho formais foram fechados. No ano seguinte, somente 2.254 municípios registraram empregos. Diante desses dados, aponta-se que 60% das cidades brasileiras, incluindo capitais e grandes centros, fecharam postos de trabalho. (FIRJAN, 2018, p. 15).

Ao analisar o IFDM[44], foram colhidos dados para as três áreas e para todos os municípios que compõem o PCD, com intuito de expor a colocação de Tibau do Sul, quanto ao seu desenvolvimento sobre os demais municípios pertencentes ao seu mesmo polo turístico. Mas, é apresentado de modo mais específico a discussão para a área de estudo, com o aprofundamento dos dados para a análise.

Quadro 9. Municípios pertencentes ao PCD e seus respectivos Índices de Desenvolvimento

Indicadores				
Municípios	**Educação**	**Saúde**	**Emprego e renda**	**IFDM**
Senador G. Avelino	0,6757	0,8696	-	-
Pedra Grande	0,7069	0,8600	0,7639	0,7770
Parnamirim	0,7350	0,8721	0,6853	0,7641
Natal	0,7234	0,8421	0,7033	0,7563
Baía Formosa	0,7153	0,8384	0,5344	0,6960
Tibau do Sul	0,6901	0,8082	0,5648	0,6877
Macaíba	0,6939	0,8522	0,4521	0,6661
São G. do Amarante	0,6664	0,8349	0,4960	0,6658
São J. de Mipibu	0,6855	0,8311	0,4514	0,6560
São M. do Gostoso	0,724	0,8465	0,3479	0,6395
Touros	0,6318	0,8555	0,4243	0,6372
Canguaretama	0,6371	0,7848	0,4732	0,6317
Ceará-Mirim	0,6371	0,7969	0,4573	0,6304
Rio do Fogo	0,5994	0,8837	0,4061	0,6297
Nísia Floresta	0,6813	0,7983	0,3728	0,6175
Maxaranguape	0,6458	0,7656	0,3917	0,6010
Extremoz	0,7526	0,7616	0,2561	0,5901

Fonte: FIRJAN, 2022. Elaboração própria, 2022

A última coluna do Quadro 9, apresenta o Índice geral para o município, que foi organizado de forma decrescente, revelando Tibau do Sul na 5° posição no ranking do PCD, com um IFDM de 0,6877, se enquadrando na categoria de Desenvolvimento Moderado (esse varia entre 0,6 - 0,8). Tais indicadores deixam claro qual área a gestão municipal deve dar mais atenção, fazendo com que o desenvolvimento seja moldado de forma equilibrada e sustentável, proporcionando o equilíbrio entre os indicadores, de modo que um indicador negativo não venha anular o positivo.

[44] O IFDM possui índices que variam de 0 a 1, quanto mais próximo de 1, mais desenvolvida é a categoria.

No entanto, dentre os desafios que o modelo de desenvolvimento sustentável provoca, está a relação desenvolvida entre Estado e mercado, ambos voltados para um modelo de gestão e políticas inerentes aos interesses sociais, que por vezes não analisam as consequências que determinadas ações possam gerar, como a acentuação das desigualdades sociais e a degradação ambiental. É inviável apresentar o tema da sustentabilidade sem que se estabeleça soluções para os recursos econômicos, políticos e naturais existentes. (GUIMARÃES, 1997).

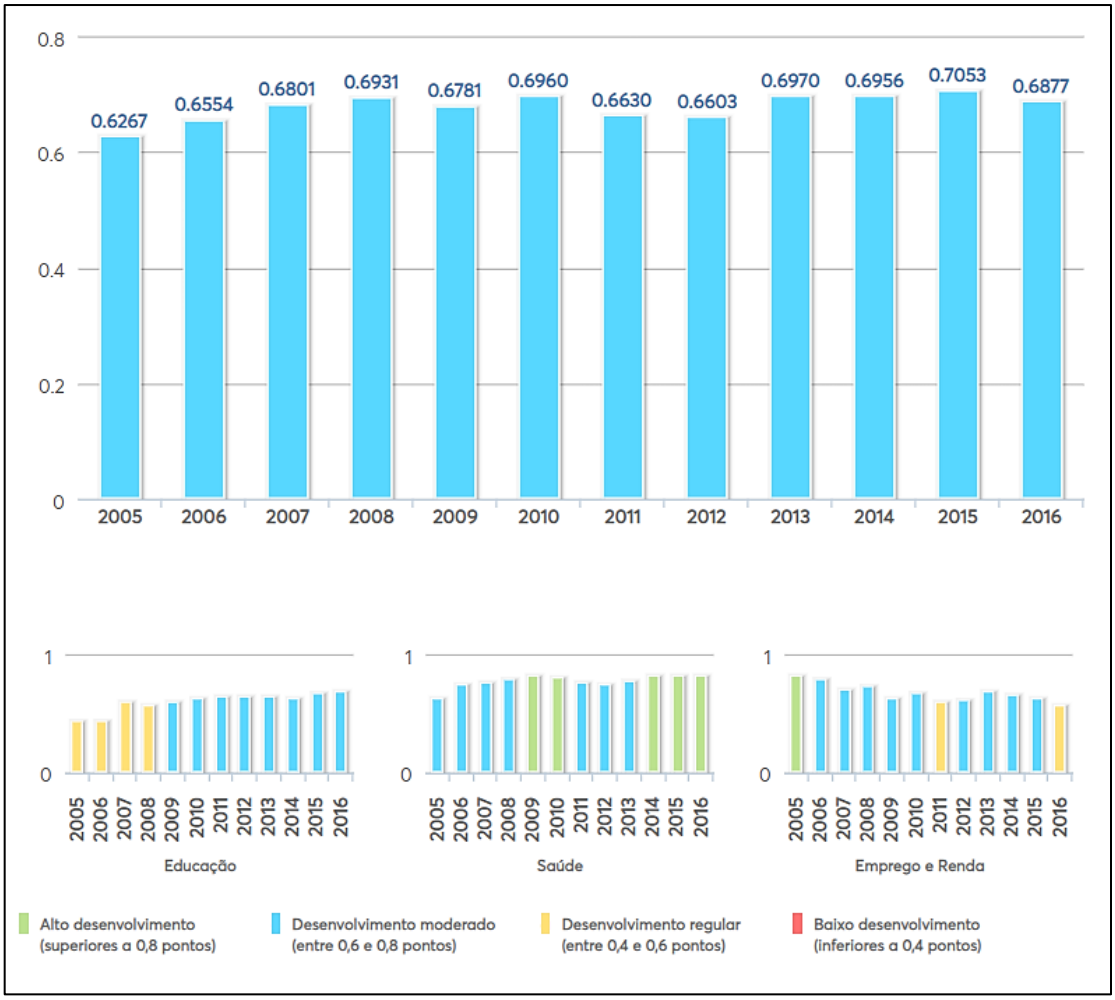
Sobre essa ótica, Bursztyn e Júnior (2001, p. 183) observam que,

> Tem grande importância estratégica para o desenvolvimento sustentável a melhoria da comunicação e cooperação entre a comunidade científica e tecnológica, os tomadores de decisões políticas e público, Decisões em consonância com o princípio "sustentabilidade" são decisões éticas, que contribuem para a manutenção e aperfeiçoamento de sistemas de sustentação da vida.

Logo, a partir da análise dos indicadores, poder-se-á elaborar um planejamento mais eficiente que esteja pautado nos princípios sustentáveis para um crescimento mais equitativo. No município, o indicador mais expressivo é da área da saúde 0,8082, que apresenta um movimento crescente e uniforme nos últimos três anos que antecedem os dados presentes no Quadro 9. A figura abaixo, expõe o movimento para os 4 indicadores do IFDM com o passar dos anos, até o último levantamento.

Observa-se na Figura 9 que, dentre as três áreas que o IFDM engloba, o município se apresenta na categoria de desenvolvimento moderado (indicado pela cor azul), não constando baixo desenvolvimento para nenhuma área. Os seus indicadores, para as três áreas na série histórica, variam entre o desenvolvimento regular, moderado e alto, esse último apenas na área da saúde. Se estabelecida uma comparação a nível estadual o município se coloca na 29° posição dentre os 167 municípios do estado. Já numa escala nacional, o município assume a posição 2409° e se encontra no Desenvolvimento Regular, do qual apenas 37,598% dos municípios brasileiros se enquadram.

Figura 9. Série histórica dos IFDM para o município de Tibau do Sul



Fonte: FIRJAN, 2018.

No que concerne as questões ambientais presentes no município, esse que apresenta composições geomorfológicas de dunas e falésias; e, uma vasta extensão litorânea, com a presença de belas praias entre as suas praias mais famosas, a de Pipa que se classifica como cosmopolita, devido à forte presença dos turistas, que são facilmente identificados em praticamente todas as ruas do distrito. Porção essa, que concentra o maior quantitativo de serviços de Alojamentos e Alimentação, como especificados no capítulo anterior.

A Praia de Pipa, além de ser uma das melhores para banho, também é palco de atividades de aventura e esportes, como: passeios de barco, buggy, cavalo, kayak e competições de surf, este último mais praticado na Praia do Amor, que apresenta formações ondulatórias mais fortes e de maior comprimento. Na extensão do Santuário Ecológico, há trilhas que levam seus usuários aos mirantes, que revelam as belezas naturais do destino. Além disso, os visitantes também podem fazer atividades de trekking na reserva natural. (SIDTUR, 2022)

Outras praias comumente visitadas são: a Praia dos Golfinhos, onde é possível praticar atividades de nado, em contato com as espécies marinhas, e a Praia do Madeiro, que também é bastante procurada pelos turistas. A Lagoa de Guaraíras, antes berço dos índios que originaram a ocupação no município, hoje também é considerada pelo SIDTUR, como um destino turístico, manifestando atividades como: passeios de barco, pesca esportiva e banana-boat. (SIDTUR, 2022).

A respeito da presença de recursos naturais, Tulik observa que às características específicas de determinadas áreas, são consideradas como fundamentais e potencializadoras para o desenvolvimento do turismo e dos atrativos. Deste modo, as condições geoecológicas presentes em determinadas porções contribuem para a formação e compreensão da distribuição dos recursos turísticos, que buscam, por meio da geografia, compreender os padrões de ocupação e de remodelação do espaço. Devendo-se atentar que, "embora a localização de recursos naturais capazes de se constituírem em atrativos possa ser acidental, a sua exploração, e consequente transformação em recursos turísticos, é sempre intencional." (TULIK, 1993, p. 28).

Visto isso, observou-se a necessidade da implantação de regulamentos e código de ética, que regem a gestão municipal para construção de um desenvolvimento sustentável. Logo, a pesquisa levantou algumas informações dos regulamentos e normas que disciplinam o município, conforme exposto no quadro a seguir.

Quadro 10. Regulamentos e normas que regem a gestão municipal de Tibau do Sul

Registros técnicos de Tibau do Sul		
Documentos	Existe	Observações
Códigos do meio ambiente	SIM	Fundamentada pela lei 383/2008
Conselhos de meio ambiente	SIM	Fundamentada pela lei 383/2008
Fundos de Meio Ambiente	SIM	LC 006/2008 e Decreto 035/2011
Municípios licenciadores	NÃO	-
Órgãos de Meio Ambiente	SIM	Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Mobilidade Urbana
Plano diretor	SIM	Presente pela lei complementar 06/2008
Plano municipal de turismo	NÃO	-
Estatística sobre demanda turística	NÃO	-
Legislação relacionada ao Turismo	SIM	Lei do Conselho Municipal de Turismo; Fundo Municipal de Turismo;
Contempla programada do MTur	SIM	Programa de Regionalização do Turismo

Há programas/cursos e ações voltadas para o turismo?	SIM	Curso de qualificação de Turismo Sustentável
Existe transporte turísticos que ligue os principais atrativos turísticos	SIM	RN 003 e Av. Baía dos Golfinhos.

Fonte: IDEMA, 2022 e MTur, 2019. Elaboração própria, 2022.

O IDEMA e o MTur indicam a existências de documentos que podem ser vistos, como indicadores de gestão municipal, basilares para criação de políticas públicas, gerenciamento e condutas das áreas que envolvem interação entre as atividades sociais, de turismo e o meio ambiente. Dentre os documentos citados, há dois muito importantes, o Plano Diretor e o Código do Meio Ambiente de Tibau do Sul, esses revelam condutas e direcionamentos das atividades que envolvem gestão e construção do turismo para o município. Nos documentos constam artigos e cláusulas que incorporam a sociedade e o meio ambiente na construção do espaço, de modo mais participativo. Abaixo, segue a tabela de análise de ambos os documentos citados, conforme a leitura dos mesmos.

Tabela 5. Leis fundamentadas para o turismo, sociedade e meio ambiente

Lei	Documento	Capítulo e Seção	Artigos
Lei complementar de n° 06, de 30 de dezembro de 2008	Plano Diretor participativo	Capítulo I - Do desenvolvimento Econômico: Seção II - Do turismo, esporte e lazer; Seção IV - Da exploração dos recursos naturais. Capítulo III - Do Meio Ambiente	Art. 41; Art. 44; Art. 49; Art. 50; Art. 51;
Lei n° 383 de 31 de dezembro de 2008	Código de Meio Ambiente	Título I - Capítulo IV - dos instrumentos: Seção I - Da Avaliação Ambiental Estratégica; Subseção I - Da compensação ambiental; Seção III - Da Agenda 21 local; Título II, Capítulo I - das zonas ambientais: Seção II - Das áreas especiais de interesse ambiental de uso direto; Capítulo VI- Da Paisagem e do Turismo: Seção II - do turismo	Art. 7; Art. 14; Art. 16; Art. 20; Art. 31; Art. 32; Art. 33; Art. 35; Art. 37; Art. 38; Art. 55; Art. 56; Art. 164; Art. 166; Art. 169;

Fonte: Portal da Transparência, Prefeitura Municipal de Tibau do Sul. Elaboração própria, 2022.

O documento do plano diretor municipal apresenta muitos capítulos e seções fundamentais para o planejamento e gestão do município. A tabela 5, destaca os capítulos e artigos que mais se aplicam à racionalidade do conceito da sustentabilidade pensada para este trabalho. Dentre os artigos destacados, evidenciam-se as seguintes observações: no Art. 41 é apresentado a promoção das atividades turísticas para o município. Dentre as diretrizes citadas, duas chamam mais atenção: III – promover o crescimento e melhoria da rede hoteleira e IV – incentivar a participação e patrocínio da iniciativa privada. Já o Art. 44, revela condutas para a exploração racionalizada dos recursos naturais, esta que deve se dar de forma ecologicamente equilibrada, economicamente viável e socialmente justa. Dentre as diretrizes, pode-se destacar em especial a I - apoiar e promover a formação de infraestrutura de suporte à produção socioeconômica em bases sustentáveis, privilegiando energias limpas e tecnologias ambientalmente saudáveis com vistas a manutenção da vida; a II – preservar o direito das comunidades campesinas ao seu espaço vital e a sua atividade produtiva; e a III – apoiar a pesca artesanal como forma de garantir a continuidade da atividade na região, através da garantia da conservação dos recursos naturais necessários à manutenção da atividade em bases sustentáveis. (Prefeitura de Tibau do Sul, 2008, p. 25-30).

O segundo documento, o Código do Meio Ambiente, foi publicado um dia após o Plano Diretor e possui suas bases nesse. O documento se institui como um modo de política e sistema municipal voltado para o meio ambiente, visando à proteção dos recursos naturais e o desenvolvimento sustentável. Dentre os artigos, destacam-se o Art. 7, que expõe a importância de uma avaliação ambiental estratégica, seguido do Art. 14 com as diretrizes para se implantar uma avaliação do impacto ambiental, destacando o EIA/RIMA[45]. A Seção III, trata sobre a Agenda 21 local, essa é uma seção interessante, visto que há um olhar da gestão pública para o planejamento local, conforme a Agenda 21. (Prefeitura de Tibau do Sul, 2008, p. 11-77).

No capítulo VI, a seção II revela artigos primordiais para a estruturação do turismo no município. Dentre os artigos destacados, tem-se o Art. 164 no qual cabe ao Poder Público Municipal incentivar as práticas do turismo consciente que não ofereça riscos ao meio ambiente e aos padrões estéticos, paisagísticos, dentre outros elementos que

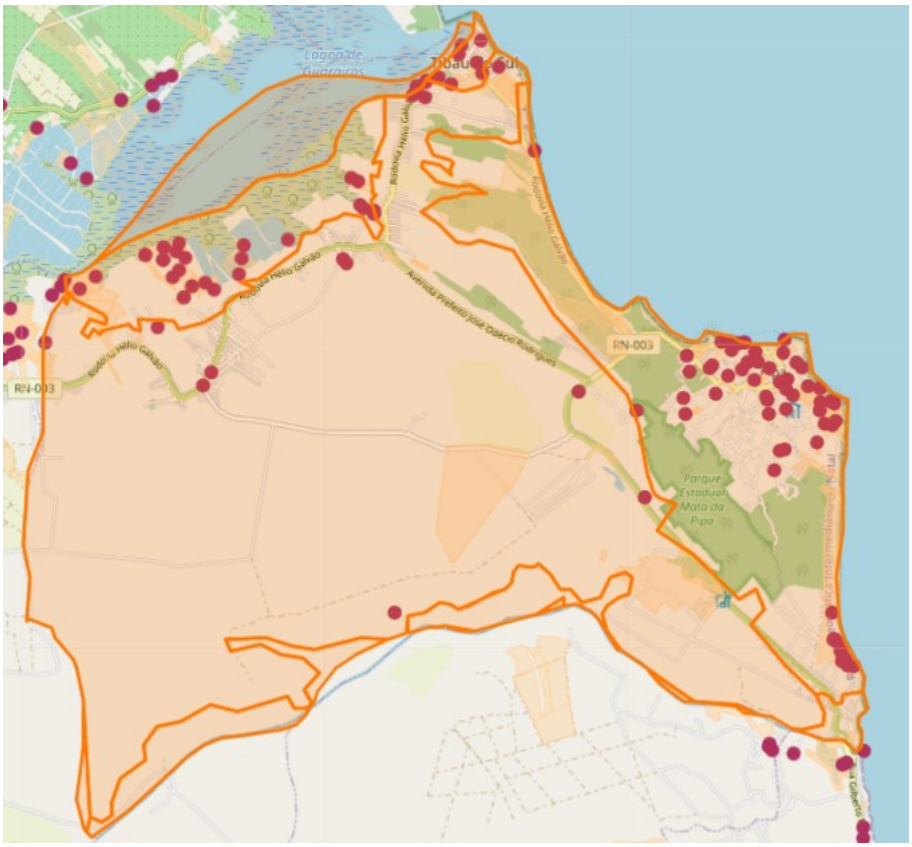
[45] Segundo é observado na cláusula 7 esse se faz obrigatório, §7° É obrigatória a exigência do Estudo de Impacto Ambiental – EIA previamente à instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente.

compõem a cidade. O que demonstra a importância do papel do Estado na promoção das práticas do turismo sustentável. (Prefeitura de Tibau do Sul, 2008, p. 11-77).

O Art. 166. direciona ao Conselho da Cidade o papel de avaliar o desenvolvimento do turismo sustentável e definir programas e propostas para o executivo, que venham a estimular a sua produção. No Art. 167. é definido as competências do município quanto a atividade do turismo apontando princípios norteadores. Nesse contexto, pode-se destacar os seguintes: I – desenvolvimento da consciência ecológica da população e do turista, dos segmentos empresariais e profissionais envolvidos com a atividade turística, mediante processo de Educação Ambiental; II – orientação ao turista a respeito da conduta que deve adotar para prevenir qualquer dano ao meio ambiente; III – manutenção da higidez e balneabilidade dos rios, lagoas e estuários; IV – incentivo ao turismo ecológico e a consciência ambiental em parques, bosques, praças e unidades de conservação no território municipal. (Prefeitura de Tibau do Sul, 2008, p. 11-77).

Outra plataforma, vinculada ao IDEMA é a SEIA, nela pode-se averiguar informações geoespaciais sobre os empreendimentos que apresentam a licença ambiental em Tibau do Sul. Esses georreferenciados e representados por pontos e polígonos, como pode ser observado na Figura 10.

Figura 10. Empreendimentos que possuem licença concedida pelo IDEMA



Fonte: SEIA, 2022. Elaboração própria, 2022.

Verifica-se através da Figura 10 uma concentração dos empreendimentos com licença no município, ligeiramente localizadas na porção costeira bem próximo as Praia de Pipa, do Madeiro, Sibaúma, no centro de Tibau do Sul e na rodovia RN 003, em direção ao centro do município. O mapa de background é o *Street Map*, o qual aponta áreas verdes que compreende porções com cobertura vegetal.

A respeito da licença ambiental, as respostas dos remetentes da ASHTEP, declararam que 81,8% das hospedagens possuem licença ambiental e 18,2% não. Dentre as ações e programas desenvolvidos pela associação, voltados para educação ambiental, apenas um remetente respondeu que oferta mais ações do que aqueles promovidos pela associação, dando o exemplo do projeto Pipa Limpa, voltado para coleta e reciclagem de plásticos e latinhas.

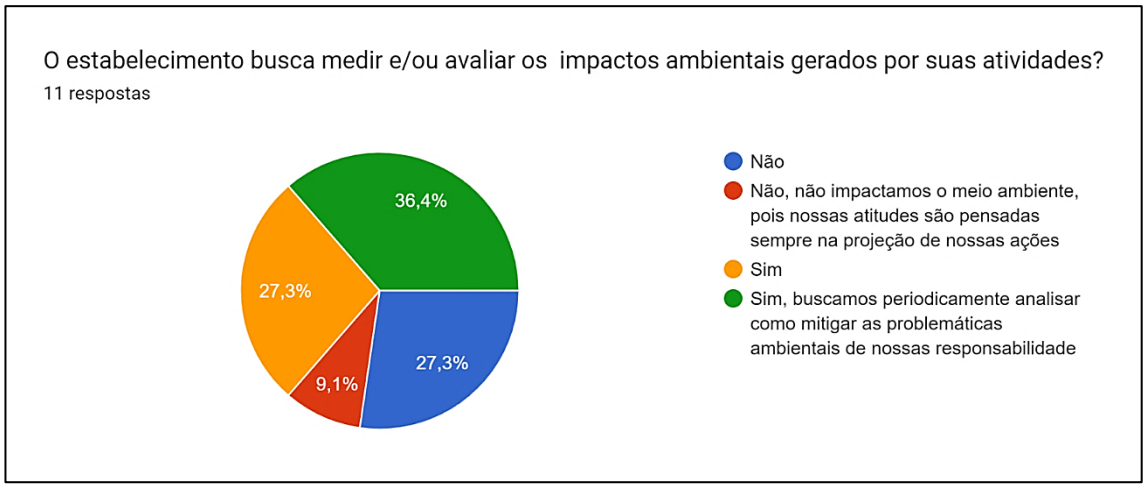
Segundo a entrevista com o representante da ASHTEP, dentre as ações e projetos realizados pela associação, os membros associados seguem normas e condutas voltadas para práticas sustentáveis em seus estabelecimentos, como observado na fala do representante,

> ... nós temos no Preserve Pipa um prêmio interno, prêmio da associação para associados que tem a ver com a sustentabilidade ambiental, econômica e social. Os hotéis que preencherem os formulários, que conseguem ser capazes, recebem um prêmio anual de sustentabilidade. Esse ano, a festa deve ser no início de dezembro ou no final de novembro. (Wanderson Borges, Presidente da ASHTEP, 2022).

Observa-se que, até o presente momento, as perguntas seguem os parâmetros dos 3 temas que norteiam o ESG - o meio ambiente, a sociedade e a governança, e que essas foram pensadas para a aplicação do questionário, com intuito de analisar de forma prática, como as ações vêm sendo executadas. Quanto a iniciativa de premiação aos estabelecimentos de hospedagem que mais atendem aos requisitos sustentáveis, se faz muito interessante e pode ser levada como exemplo de iniciativa positiva para estimular as práticas sustentáveis das empresas. O próximo subcapítulo trabalhará as práticas empresariais e o exemplo da premiação desenvolvida pela associação.

No que se refere ao uso de energia limpa, cerca de 54,5% dos participantes responderam que faz uso da fonte convencional e de painéis solares (energia solar), desse percentual, 18,2% utilizam apenas energia solar, e 27,3% utilizam apenas a energia convencional. Sobre os impactos ambientais, no gráfico a seguir, pôde-se observar as seguintes respostas por parte dos associados.

Gráfico 12. Avaliação dos impactos ambientais pela perspectiva dos associados



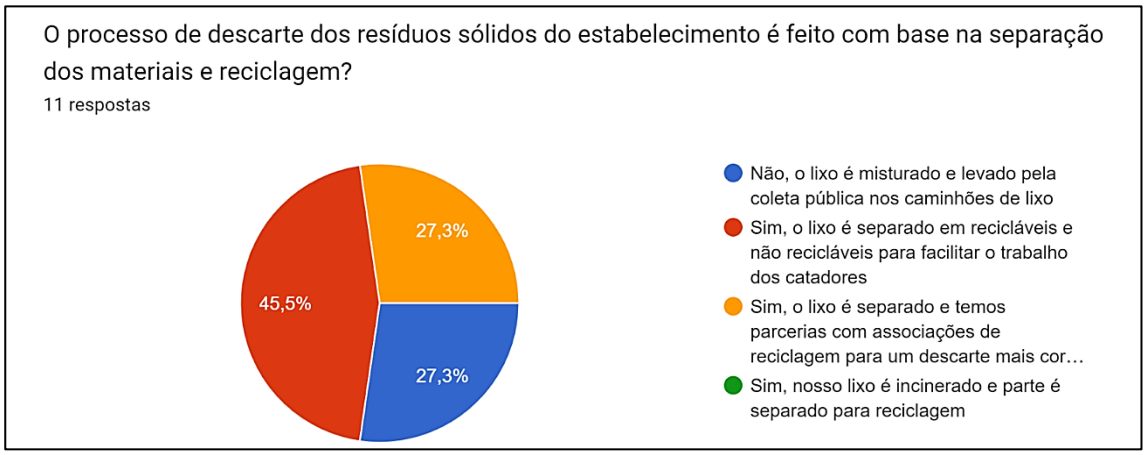
Fonte: Questionários aos membros da ASHTEP, 2022.

É válido ressaltar que, no que diz respeito ao abastecimento de água para o município, o Instituto Água e Saneamento, com base nos dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS (2020), aponta que cerca de 71,45% da população residente em Tibau do Sul possui acesso ao abastecimento de água, esse percentual se aproxima da realidade do Estado (85,54%) e do país (83,96%). No entanto, cerca de 28,55% dos habitantes, o que corresponde a 4.122 pessoas, não têm acesso à água. Esse percentual é maior que a realidade do estado (14,46%) e do país (16,04%). Toda a população residente em área urbana possui acesso a água tratada, o que difere da realidade da população rural, a qual apenas 28,16% (1.616 habitantes) tem acesso a água. Já o consumo médio per capita é de 126,8 l/hab/dia, o qual se apresenta abaixo da média do país (142,33 l/hab/dia), no entanto, se comparado ao preço pago por m³ de água, passa a ser 14,20% maior.

No que se refere ao manejo de resíduos sólidos urbanos, a prestação de serviços é realizada pela secretaria municipal de transporte e serviços urbanos, na qual indicou que 100% da população municipal é atendida por coleta de resíduos domiciliares, um percentual maior que a estimada para o Estado e país, que se revela entre 80% e 90% para área urbana e abaixo dos 40% para área rural. Mesmo apresentando um atendimento pleno, muito efetivo, o município ainda não possui coleta seletiva, ou seja, não há presença de postos de entrega voluntária, ecopontos, descarte inteligente dos resíduos de modo organizado ou sistematizado. (SNIS, 2020).

Mas, a respeito das ações dos agentes privados para o descarte dos resíduos sólidos, pode-se observar no Gráfico 13, a presença de ações independentes.

Gráfico 13. Descarte dos resíduos sólidos pelos membros da ASHTEP



Fonte: Questionários aos membros da ASHTEP, 2022.

Percebe-se que quase metade dos respondentes afirmam que o lixo é separado em recicláveis e não recicláveis, para facilitar o trabalho dos catadores, seguido da resposta do lixo separado e há presença de parcerias com associações de reciclagem para um descarte mais adequado do lixo. A problemática do descarte correto dos resíduos sólidos, mesmo não sendo a que norteia este trabalho, se faz relevante, visto que um descarte inadequado pode alterar toda a dinâmica do ecossistema das paisagens que constroem e dão vida ao destino.

Durante as entrevistas, uma das associações revelou que a coleta seletiva ainda é um problema para o município, pois não é realizada corretamente por parte da gestão pública. Em reuniões com o conselho, o tema é discutido, mas faltam políticas públicas voltadas para a coleta do lixo em todas as porções do município, e iniciativas como a distribuição de contêineres de reciclagem. O agente privado comenta que,

> ... várias vezes nós associados separamos o nosso lixo, e quando chega na hora da coleta o caminhão mistura tudo e todo o nosso trabalho vai por água abaixo, pois o lixo é misturado.
> - Então não há coleta seletiva, ainda?
> Posso dizer que não, pelo município não há coleta seletiva, quem faz são os empresários que selecionam e separam, mas quando chega na parte recolher o lixo pelo município, é misturado tudo. Não tem um carro para separar. O que se está fazendo são as iniciativas, mas as pessoas que estão fazendo, como por exemplo grupos que montam seu espaço de reciclagem do vidro, apoiado pelo Preserve Pipa, outro que recicla o cadeirão, e é isso, ainda não temos coleta seletiva pelo município. (Presidente da Ass. Das Barracas da Praia do Amor, 2022).

As resoluções apontadas pelos entrevistados e respondentes revelam a importância da construção de conselhos municipais voltados para elaboração de políticas públicas e ambientais no município. Segundo Vieira (2003, p. 296), o termo política ambiental pode ser compreendido como sendo “o conjunto de objetivos prioritários e

medidas designadas para regular as interações dos sistemas sociais com o meio ambiente biofísico e construído". Deste modo, a política ambiental envolve instrumentos e técnicas para conservar, restaurar e gerir de forma mais sustentável o meio ambiente.

A respeito do esgotamento sanitário, esse indicador assim como o de abastecimento de água são prestados pela CAERN. Manifesta-se que cerca de 35,62% da população municipal tem acesso a esses serviços, esse percentual se faz semelhante para a realidade estadual, que para o ano de 2020 era de 34,62%. No entanto, cerca de 64,38% dos habitantes, até o ano de 2020, não tinham acesso a esgoto, isso corresponde a 9.296 pessoas. Já a população urbana, cerca de 59,11% dos habitantes têm acesso ao sistema de esgoto, diferente da população rural, a qual não se revelam dados sobre esse indicador. (SNIS, 2020).

Esses dados são preocupantes, pois a falta de água, mal descarte dos resíduos sólidos e um baixo esgotamento sanitário, apontam deficiências no processo de gestão e estruturação da cidade, que pode não comportar uma alta demanda turística. E, caso comporte, acaba distribuindo os recursos de forma desigual, privilegiando certas porções e segregando outras. Tal medida acarretará numa elevação das desigualdades socioespaciais e econômicas, impactando não só a atividade turística, mas a população que depende dela.

A presente realidade pode ser agravada pelas consequências da crise ambiental e ecológica que a sociedade vivencia atualmente. No âmbito global, seus precedentes históricos remetem às ações antrópicas, ou seja, ações humanas sobre o meio ambiente, antes mesmo do pensamento consciente sobre essa temática.

Na perspectiva de Vieira (2003) a crise ambiental reflete um modelo de desenvolvimento econômico exaurido pelas condições externas, sociais e materiais pautadas pela atividade econômica, não apresentando uma conexão direta com outros subsistemas do meio social e ambiental. Para o autor o maior desafio encontra-se no uso de diretrizes capazes de prevenir e de ser aplicado de forma estratégica, apresentando "focalização integrada aos objetivos simultaneamente socioeconômicos, políticos-institucionais, culturais e ambientais da evolução planejada dos sistemas ecossociais." (2003, p. 296).

Assim, as questões ambientais quando afloradas nos primórdios do relatório, Nosso Futuro em Comum, levantaram-se vários pontos de debate e discussão que se fundamentam e se interligam, passando a servir como ponte para ligar os países em prol

de um “futuro em comum” e atuando como um documento atemporal, o qual revela problemas passados que ainda se reproduzem na contemporaneidade.

Logo, surgem novas demandas e questionamentos que se apresentam necessários para compreender como que o homem estabelece suas relações com o meio ambiente, por meio de parâmetros e reflexões pautadas nos indicadores e estudos do tema. Os anos revelam que são muitos os questionamentos e poucas as respostas, mas estas representam o início de uma mudança de paradigma, possível de ser alcançado com soluções pensadas a longo prazo. Assim, o conceito da sustentabilidade que surge por volta da década de 1960 é difundido e estruturado conforme o passar dos anos, sendo incorporado a diversos campos da ciência e da sociedade como um todo. (LEONARDI, 2003).

Logo, percebe-se a necessidade dos questionamentos aqui levantados que abrangem os diversos campos, buscando-se na discussão estabelecer a junção entre o meio ambiente, a sociedade e a gestão. Assim, se faz necessário a análise das relações estabelecidas entre o conjunto de equipamentos, infraestrutura e serviços que compõem os atrativos naturais ou não, de modo a compreender as conexões estabelecidas entre os mesmos. (TULIK, 1993). Esses aspectos da discussão serão mais satisfatoriamente compreendidos no subcapítulo adiante.

5.2 O paradigma da sustentabilidade turística nas empresas e o ESG

A sustentabilidade do ponto de vista científico, pode ser compreendida a partir da economia e dos indicadores sociais e de gestão, mas não necessariamente como está posta, como vem sendo aplicado de modo político ou como estratégia de marketing, para atrair mais visibilidade para investimentos, que não são necessariamente sustentáveis. Deste modo, mesmo que alguns empreendimentos apresentem práticas sociais com base na sustentabilidade, de modo geral esses representam uma parcela percentual do total de empreendimentos que se importam e querem tomar atitudes sustentáveis. Logo, a sua conduta pode influenciar tanto positivamente, como também exercer determinada pressão para que os demais se encaixem no conceito. Associada à falta de ética empresarial, a conduta acaba por levar alguns empreendimentos a mascarar suas ações, adotando estratégias de marketing visando conquistar o público contemporâneo, que é mais consciente e que busca os destinos verdes.

É válido ressaltar que, a mudança no paradigma demanda tempo, essa problemática do tempo para Souza (2009) se encontra como uma racionalidade subjacente que se perfaz no intermédio das escalas temporais, quando aplicado para o

amadurecimento do conceito da sustentabilidade. Assim, a complexidade conceitual se apresenta quanto a aplicabilidade palpável da integração que essa deveria estabelecer, entre o tripé: sociedade-natureza-economia, com base na equidade entre esses.

Segundo Fernandes e Guerra (2006, p. 131-133) o princípio da equidade, que abrange a justiça social, vem sendo tratada atualmente como algo fora da dinâmica econômica, social e política da sociedade. O modelo de desenvolvimento contemporâneo, distancia-se das perspectivas críticas, em relação à apropriação da natureza sob os moldes do capitalismo. A equidade interpretada a partir do modelo de desenvolvimento sustentável ainda é falha e parte disso se deu pelo próprio conceito, retirado do campo das ciências biológicas, "compreendida pela busca do prolongamento da durabilidade dos ecossistemas no tempo". Assim, compreende-se a necessidade de estudos voltados para formulações de estratégias que permitam o desenvolvimento da sustentabilidade de sua forma prática, sobretudo para o campo empresarial.

Durante a evolução da discussão sobre sustentabilidade, a sigla ESG foi desenvolvida para estimular ações sustentáveis por parte das grandes corporações no mercado de valores, revelando três parâmetros que devem ser avaliados para considerar se uma empresa é sustentável ou não, definindo assim o seu valor de mercado e atraindo um público cada vez mais consciente. Segundo Piva (2022, p. 29) uma pesquisa intitulada de "construindo nosso futuro", realizada recentemente com um público de 1.100 jovens, apontou que "85% dos entrevistados acreditam que instituições públicas e/ou privadas devem assumir a responsabilidade por colocar em prática padrões éticos sociais, ambientais, de governança e de tecnologia na sociedade, conceitos presentes nas práticas do ESG." Vale lembrar que iniciativas governamentais e privadas devem ser vistas como fundamentais para o desenvolvimento sustentável.

O tema vem crescendo nas áreas jurídicas voltadas para as empresas e sua relação com o meio ambiente, podendo incorporar também outros campos. Segundo Wongtrakool (2018 apud Ambrozio et al, 2020), dentre as dimensões do ESG há uma diversidade de subtópicos presente em cada temática:

No critério ambiental estão presentes, entre outros, aspectos como emissão de carbono, consumo de água, geração de resíduos e desflorestamento. No critério social, condições de trabalho, políticas de inclusão e diversidade, segurança e impactos sobre a comunidade. No critério de governança, questões como programas anticorrupção, lobby político, estrutura e diversidade dos conselhos e colegiados, comunicação e transparência.

A respeito das práticas sociais do ESG, foi observado ações educacionais e sociais dos agentes privados de Tibau do Sul, voltadas para a comunidade local. Durante as entrevistas aos agentes privados do setor de hospedagem e das barracas de praia, foram relatadas práticas sustentáveis e de solidariedade, realizadas através de investimentos e patrocínios aos atletas e a cultura local.

Na fala, observa-se que por parte dos associados da ASTHEP há ações como:

Do ponto de vista social, patrocinamos atletas de diversos esportes na cidade, patrocinamos eventos culturais, agora mesmo a gente fez uma reforma na praça de artesanato [...] A compra de camarão e ostra é local e tudo que a gente tenta comprar é o mais perto possível, pela questão do transporte. Também fechamos com a associação de catadores de lixo de Arês, é uma associação que emite certificado de rastreabilidade e passa uma semana aqui, para recolher todo o lixo dos hotéis. (Wanderson Borges, presidente da ASHTEP, 2022).

Já por parte dos associados da Barraca de Praia do Amor têm-se:

Sempre que a gente pode buscamos valorizar as culturas artísticas, musical e orgânica dos nossos produtores orgânicos, que é uma coisa que tentamos convencer mais pessoas a valorizar e comer o orgânico, e valorizar a reciclagem, o produtor e o trabalho de quem faz isso de forma digna. Diretamente falando, não há nenhum projeto escrito em papel, mas buscamos fazer isso, também patrocinamos os campeonatos de Surf quando tem. A partir do momento que somos 13 associados e cada um fazendo isso, torna-se algo bem positivo. (Cristiano Silvestre Brito, presidente da Associação da Praia do Amor, 2022).

Deste modo, observa-se que as ações que envolvem os agentes privados, como as associações supracitadas, buscam patrocinar e por vezes organizar os eventos, as quais influenciam as práticas positivas no município e recebem, de certo modo, um retorno de viés econômico que, através da criação de eventos, geram maior público, melhores rendas e possibilidades de divulgação dos negócios. Diante dessa realidade, a escala temporal pode agregar ao crescimento quantitativo de práticas positivas, realizadas não apenas no interesse do lucro, mas sim no hábito que é criado e propagado para as demais atividades ao seu entorno.

Durante as reflexões propostas nos capítulos anteriores, observou-se que a expressão turismo sustentável abrange diversas discussões norteadas de interesses, alguns de caráter geoestratégico, outros políticos, mas que no geral são adaptados para incorporação de forma prática. Nesse contexto, se faz necessário atribuições das

atividades de planejamento e proteção do meio ambiente, para que se desenvolva uma análise mais equilibrada, com intuito de se definir o uso dos recursos naturais de modo mais consciente. (BENI, 2003).

Nessa perspectiva a sigla ESG, como parâmetro sustentável, pode ser aplicada no setor público em um nível que abrange não só o global, mas também o local. Logo, há uma expectativa quanto ao uso de inteligências artificiais geográficas para o planejamento, gestão e monitoramento dos indicadores que envolvem as temáticas do ESG. Para que os governos sigam uma agenda ESG, a Esri[46](2021) aponta algumas possibilidades de análise dentro desses três pilares:

- Ambiental - "Estudos de geração de energia a partir de fontes alternativas, Gestão de licenciamentos ambientais, Engajamento em Programas de Educação Ambiental, Despoluição de rios e reservatórios," entre outros;
- Social - "Redução da desigualdade social, Promoção da igualdade de gêneros, Garantia do acesso à água e esgoto para a população, Crescimento econômico e geração de empregos" entre outros;
- Governança - "Sistemas de Indicadores de Eficiência, Avaliação de Impactos Ambientais, Parcerias com agentes públicos e privados, Planejamento estruturado e participativo, Canais de denúncias (irregularidades) para os servidores e cidadãos," entre outros.

Discutindo esses três pilares, Ionescu et al (2019, p. 824, tradução nossa), destaca diferentes níveis de responsabilidade de uma empresa:

> …um modelo genuíno de responsabilidade social precisa abordar quatro níveis sucessivamente: econômico, legal, ético e filantrópico. Dentro do modelo, o cumprimento das responsabilidades econômicas é realizado por um retorno razoável sobre o investimento, com empregos seguros e de qualidade e adequadamente remunerados com preço justo. A responsabilidade da parte legal do modelo obriga as empresas a cumprir os códigos da lei, bem como os códigos morais da sociedade. A responsabilidade ética vai um passo a mais do que a anterior, ao exigir que as corporações ajam voluntariamente em como a sociedade espera que eles façam. Por fim, a responsabilidade filantrópica trata de todas as questões que são desejadas pela sociedade, mas não necessariamente esperadas, por exemplo, doações de caridades.

Nessa perspectiva, Neto aponta que só há dois modos de se obter relações entre a economia e a sustentabilidade, a primeira delas é adotar uma sustentabilidade fraca, na qual a limitação dos recursos naturais não se faz como relevante, pois a ciência sempre

---

[46] ESRI Brasil. **Agenda ESG e Inteligência Geográfica em Governos**: Agenda ESG e Inteligência Geográfica em Governos. 2021 Disponível em: https://storymaps.arcgis.com/stories/47406648aebb42dc9fe506297ada6464. Acesso em: 08 de maio de 2022.

garantirá que o processo de expansão do modelo econômico viabilize a permuta entre os agentes - capital, trabalho e recursos naturais. Já o segundo modo, seria adotar uma sustentabilidade forte, essa perspectiva aborda a relação estabelecida entre o capital construído e o capital natural, como dependentes, visto que o modelo econômico é tido como um subsistema, de um sistema maior. A ciência é vista como auxílio fundamental com utilização de técnicas de forma eficiente, voltadas para os recursos renováveis e não-renováveis, tendo em vista os limites para o consumo de acordo com a capacidade de retenção do planeta. (NETO, 2015, p. 9).

Observa-se que, a sustentabilidade no âmbito empresarial está propensa a ser vista em segundo plano, ocorrendo o *dumping* social. Um dos meios de se cometer o *dumping*[47] social está nas ações das empresas em ignorar as leis trabalhistas, como exceder a carga horária de trabalho, a falta de equipamentos de segurança e a insalubridade. Tais medidas têm o intuito de obter vantagens na competitividade das empresas, fomentando uma disputa desleal. (NETO, 2015).

Diante dessa perspectiva, o questionário buscou saber se os estabelecimentos apresentavam um canal para colher denúncias de irregularidades que fossem acessíveis tanto aos turistas, quanto aos servidores. Através das respostas, observou-se que cerca de 90,9% responderam que o canal de denúncias é somente para os turistas, e apenas 1 empreendimento confirmou estar disponível para ambos. Isso demonstra que, no quesito gestão, alguns empreendimentos ainda precisam adaptar certas condutas para alcançar os parâmetros de governança e social.

Ainda a respeito da gestão, quando questionado aos remetentes se o empreendimento apresentava algum sistema para gestão de eficiência, cerca de 45,5% responderam que sim, outros 45,5% que não e um dos empreendimentos não compreendeu qual tipo de gestão estava sendo questionado. Esses *feedbacks* revelam que os parâmetros da governança ainda devem ser lapidados, para se chegar num padrão ideal de análise e discussão da ética e governança empresarial, voltadas para o discurso da sustentabilidade.

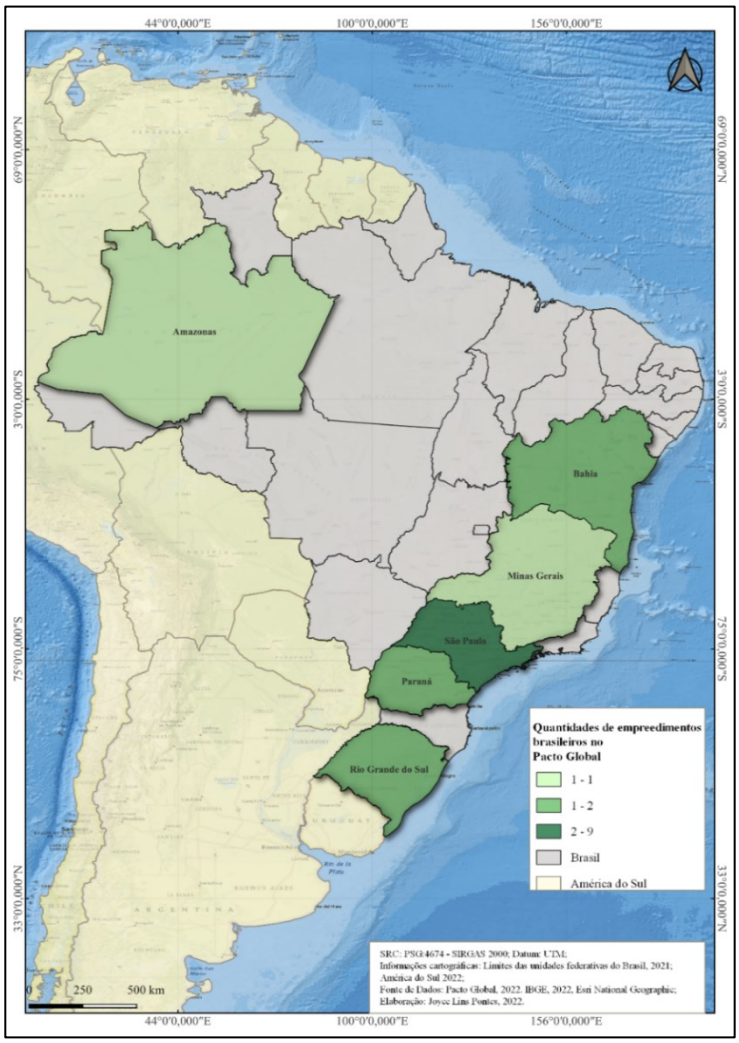
---

[47] Segundo Neto (2015, p. 9), o Dumping faz referência ao "preço predatório praticado internacionalmente: exportar um produto com preço menor do que é vendido no mercado interno, a fim de acabar com os concorrentes. Se esse preço predatório da concorrência é atingido por meios ilícitos, pode ser punido com medidas comerciais."

Sobre a sustentabilidade, a Agenda 2030, elaborada em 2015, indica uma continuidade aos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio[48], estabelecidos no ano 2000. Dentre os 193 países que fazem parte da ONU, o Brasil foi um dos que aderiram às iniciativas sustentáveis. Logo, o mundo começou a caminhar para uma reestruturação no paradigma de pensamento, estabelecidas através de soluções estratégicas e integradoras, que atendam às prioridades e as necessidades de cada país, estabelecendo um consenso com o meio ambiente e homem por meio dos ODS. (MARCHEZINE; LAW, 2021).

A rede do Pacto Global revela as empresas que integram a nível nacional dos Dez Princípios que a rede instituiu, com intuito de estabelecer ações responsáveis e mais positivas para a sociedade, perante a conduta dos membros. Nota-se que no Brasil, o quantitativo ainda é muito incipiente para o setor de Travel & Leisure (Turismo e Lazer), conforme espacializado no Mapa 8.

Mapa 9. Empreendimentos da categoria de Turismo e Lazer que fazem parte do Pacto Global



[48] Os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio foram lançados no ano 2000, constando 8 objetivos, nos quais os ODS apontaram mais alguns, dando continuidade e aperfeiçoamento a esses.

Fonte: Pacto Global, 2022. Elaboração: Própria, 2022.

As empresas que fazem parte do pacto nesse setor, correspondem a um total de dezessete, o empreendimento mais antigo entrou em março de 2008, que corresponde a companhia de transporte e logística - O grupo empresarial Melissatur -, do estado do Paraná. Já o empreendimento mais recente entrou em outubro de 2022, representada por uma sociedade empresarial - Anavilhanas Jungle Lodge -, localizada no estado do Amazonas, e caracterizada como um grupo hoteleiro. Dentre as categorias dos empreendimentos que fazem parte, têm-se: Transporte e logística, Agências de viagens e Hotéis. Esse último aparece mais de três vezes, com exceção das categorias de Ecossistema composto por diferentes empresas de turismo e tecnologia voltada para viagens, gestão de viagens corporativas, eventos, lazer e incentivos, que só aparecem uma vez cada.

O valor de mercado das empresas inseridas no chamado Turismo e Lazer podem ser avaliadas conforme os critérios ESG, pois essas adotaram os princípios do Pacto Global, para se incluírem no sistema que fundamenta um ecossistema de funcionamento para difundir a sustentabilidade através das empresas membros. (IONESCU et al, 2019).

Como observado, os parâmetros ESG se interligam com os ODS[49], os objetivos conferem a um conjunto de metas universais, esses possuem um caráter mais abrangente, com foco nas pessoas e no desenvolvimento "sustentável, inclusivo e economicamente viável, em busca de prosperidade compartilhadas e trabalho decente para todos, tendo em conta os diferentes níveis de desenvolvimento e capacidades nacionais." (COUTINHO, 2021, p. 505). O projeto da Agenda 2030 revela uma importante iniciativa de políticas públicas nacionais que só terão sucesso ao serem realizadas em conjunto com os países membros, através das parcerias entre o setor público e privado para a tomada de ações.

Segundo Marchezine e Law, (2021) "as suas respectivas métricas e índices não são necessária e obrigatoriamente parametrizadas – apesar dos já existentes esforços internacionais nessa linha." O setor do turismo é incluído nas metas da ODS, por meio dos objetivos 8, 12 e 14, sendo ainda considerado por alguns estudiosos o 9, 10 e 17.

[49] Esses foram decididos mediante uma reunião na sede da ONU, realizada entre 25 e 27 de setembro de 2015, pelos chefes e altos representantes de Estados e governos. Sendo considerado o resultado de planejamentos, e mais de dois anos de consulta pública e envolvimento da sociedade civil, para a sua construção. (Coutinho, 2021, p. 505).

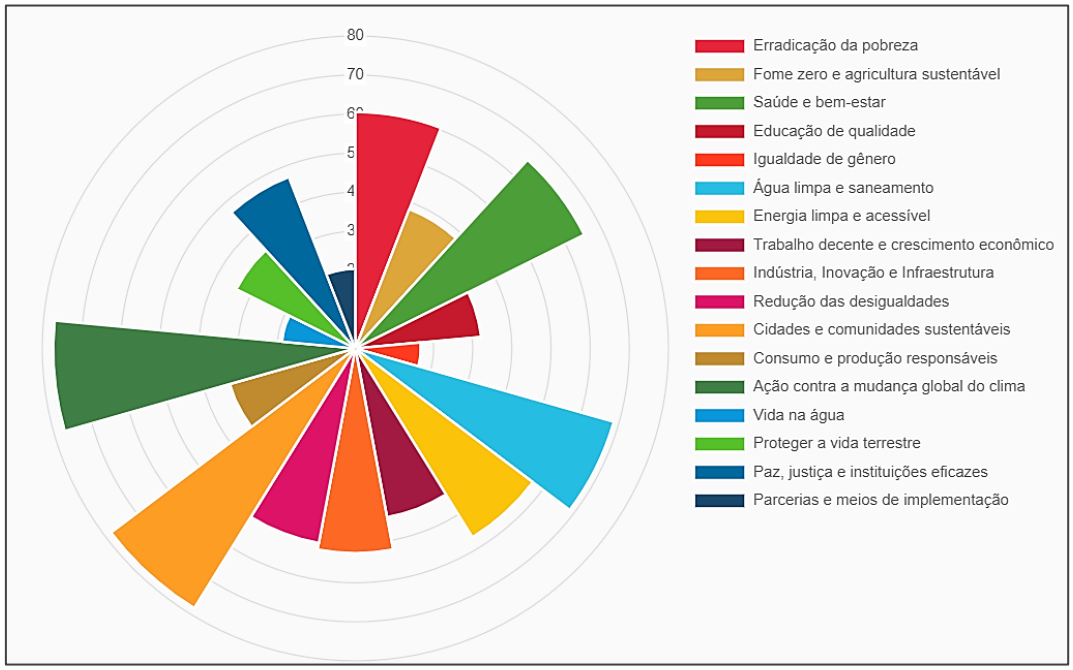
Figura 11. Metas da ODS

Fonte: ODS Brasil, 2022.

Para analisar as metas da ODS, em escala local/municipal, foi utilizada a plataforma do Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC)[50]. Constatou-se que para Tibau do Sul há desafios, há desafios significativos e há grandes desafios, para que as metas venham a ser concretizadas. Considerando-se que a pontuação geral máxima, para que um objetivo seja realizado é a de 100, a pontuação geral para o município foi de 46,7, de modo que, dentre o total dos municípios brasileiros (5.570), Tibau do Sul se classifica na posição 2727.

Para especificar, quais as áreas que apresentam maiores ou menores desafios para serem conquistados, os indicadores analisados nos 17 ODS foram analisados a nível municipal, conforme pode-se observar na Figura 12.

Figura 12. Radar do ODS para Tibau do Sul



Fonte: IDSC, 2022.

[50] O Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades busca acompanhar o desenvolvimento das metas da Agenda 2030. As cidades estão classificadas por sua pontuação final. Esta pontuação mensura o progresso total das cidades para a realização de todos os 17 ODS. Quanto mais próximo da pontuação 100, mais perto da realização da meta para compor os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

O radar da ODS revela que dentre os indicadores apontados alguns ganham maior relevância quanto a aproximação da conclusão do objetivo. De modo decrescente, se apresentam da seguinte forma: 1- Cidades e comunidades sustentáveis; 2- Ação contra a mudança global do clima; 3- Água limpa e saneamento; 4- Saúde e bem-estar; 5 - Erradicação da pobreza; 6 - Energia limpa e acessível; 7- Indústria, Inovação e Infraestrutura; e, 8- Redução das desigualdades. Esses oito estão acima dos 50 pontos, já os nove restantes ainda se encontram abaixo da média de pontos.

Esses dados são relevantes, pois a partir de sua compreensão se faz possível estabelecer estudos e perspectivas atreladas às políticas públicas de planejamento para o desenvolvimento de alguns setores da cidade, a partir de planos e ações voltados aos indicadores que carecem de mais atenção.

Logo, as políticas públicas podem ser consideradas como o principal pilar para a atividade governamental e, nesse contexto, o papel das instituições governamentais se faz primordial para se estabelecer nos campos da economia, sociedade, cultura, meio ambiente e turismo, a promoção de um desenvolvimento sustentável.

Esse desenvolvimento está intimamente ligado à aplicação e existência de uma legislação vigente, que integre a discussão dos fatores ambientais ao desenvolvimento do turismo a nível local e regional, com integração efetiva da população local ao turismo, de forma equitativa. Deste modo, observa-se que há uma ligação direta entre o papel das políticas públicas para as empresas e a conduta das mesmas, no que tange o tema da sustentabilidade. E que, a implementação dos ODS, conforme apresentando na Agenda 2030, estão correlacionados com as possibilidades de aplicação dos parâmetros do ESG. (IONESCU et al, 2019).

Ao se tratar da aplicação, o *Ecobusiness*[51], atualmente tem grande relevância na geração de consumidores ecológicos. Nos anos 2000, Maimon (2003) já apontava a prática do Ecobusiness como - um negócio de Primeiro Mundo -, no entanto o avanço da discussão ecológica estimulou o despertar da sociedade para as diversas medidas essenciais para a tomada de soluções ambientais, por parte das empresas.

Quando pensasse nas práticas do *Ecobusiness*, ainda há um estereótipo de grandes corporações, mas atualmente o paradigma sustentável elevou a conexão entre as microempresas e meios de hospedagens turísticos, pois a partir do momento que há

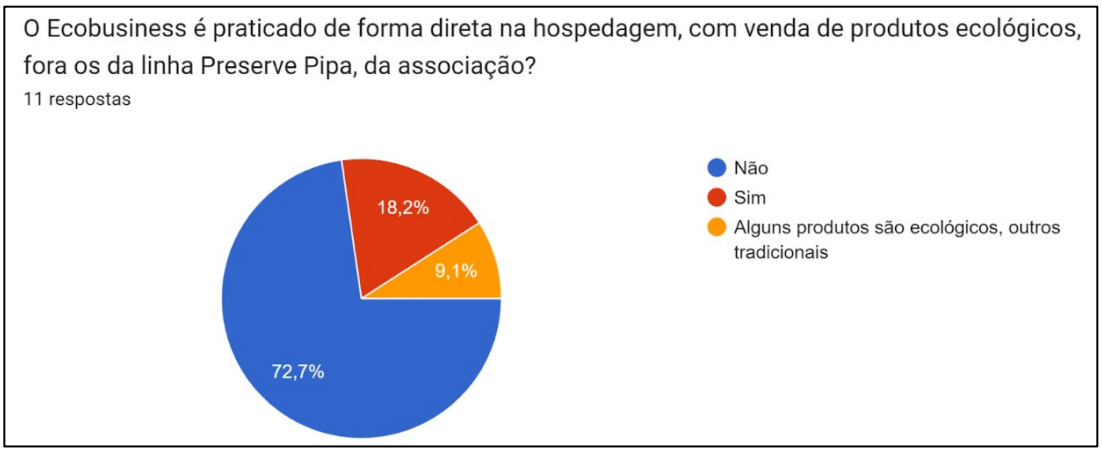
[51] Segundo Maimon (2003, p. 405), também se classificam como Ecobusiness "à indústria de equipamento de depuração, as empresas de serviços de despoluição do ar e da água, a reciclagem de lixo, o controle de ruídos, e uma extensa lista de produtos que são vendidos a partir de sua imagem ecológica."

comercialização dos produtos ecológicos e sustentáveis nos negócios parceiros, existe um estímulo para potencializar e valorizar do produto, por vezes feito por microempresas.

Numa escala local dessas ações, para Tibau do Sul, pode-se exemplificar os seguintes acontecimentos: a elevação crescente de consumo por produtos naturais (por exemplo, a agricultura orgânica, sem uso de agrotóxicos, e com menor potencial poluidor - presente na logística de consumo das parcerias estabelecidas entre os empresários e os produtores em Pipa); o processo de reaproveitamento dos resíduos de gordura vegetal, como o óleo utilizado para fritura (por exemplo, as instituições que reutilizam esse óleo para confecção de produtos, evitando o descarte inadequado - realidade presente nas associações das barracas de Praia, entrevistadas); a reciclagem (também predominante na logística de descarte de materiais plásticos e biodegradáveis, prática já exercida em Pipa) entre outras possibilidades.

Quando os remetentes do setor de hospedagem foram questionados sobre a prática do *Ecobusiness*, verificou-se que a grande parcela (72,7%) não adotam práticas que excedam os já elaborados pela associação, da linha Preserve Pipa, conforme as respostas apresentadas no Gráfico 14, enquanto 9,1% praticam parcialmente e 18,2% responderam positivamente.

Gráfico 14. Prática do Ecobusiness nas hospedagens associadas



Fonte: Questionários aos membros da ASHTEP, 2022.

Outra iniciativa sustentável por parte do Preserve Pipa é a parceria estabelecida com a Ster Bom para fabricação de garrafas descartáveis de água mineral, com 20% a menos de plástico, do que as garrafas convencionais, facilitando sua reciclagem e favorecendo o tempo de decomposição. Dentre os produtos desenvolvidos e comercializados pelo Preserve Pipa, têm-se: Chapéus, camisa de proteção solar, canudos de bambu, chaveiros, sais de banho, caneta e chocolate orgânico, como observado na Figura 13. Além disso, os associados da ASHTEP utilizam produtos de higiene de linha orgânica nos seus

empreendimentos, e durante a entrevista com o atual presidente da associação mencionou que logo entraria mais produtos, como o moscatel e a água de coco.

Figura 13. Conjunto de imagens dos produtos da linha do Preserve Pipa

Fonte: Wanderson Borges, Presidente da ASHTEP, 2022.

Um outro exemplo interessante para se apontar, no que diz respeito as práticas sustentáveis, é o caso do Preserve Pipa, que estabeleceu parceria com a Associação AMAREZ[52] e a Pipa Limpa[53]. A iniciativa inclui a distribuição de Ecopontos nos estabelecimentos e capacitação das equipes sobre práticas sustentáveis; além da coleta seletiva realizada pela AMAREZ, que emite um certificado de rastreabilidade garantindo que os materiais reciclados recebam um destino adequado.

Logo, nota-se que as questões sobre sustentabilidade já são levantadas e compreendidas pelo grupo de associados, esses que também são estimulados através de uma premiação interna[54]. Essa corresponde ao selo verde elaborado pelo Preserve Pipa, a iniciativa atribuí um prêmio à empresa que atingir no mínimo 90% dos critérios dos três indicadores "ambiental, econômico e Social/cultural". A iniciativa do selo corresponde a uma prática de gestão da associação para com seus associados, gerando estímulos as práticas sustentáveis para todos os membros envolvidos.

---

[52] Associação de Catadores de Reciclagem de Arês.

[53] Empresa de caráter socioambiental que atua na região.

[54] Segundo o presidente da Associação, o prêmio é uma folha de cajueiro feita de cerâmica, com madeira de reflorestamento e a placa de aço.

Figura 14. Prêmio do Preserve Pipa para a empresa mais sustentável

Fonte: Wanderson Borges, Presidente da ASHTEP, 2022.

Quantos as práticas do ESG em Tibau do Sul, foi observado durante as entrevistas que, ambas as secretarias entrevistadas[55] não conheciam o termo. Acreditasse por parte dos entrevistados, que a administração pública não trata diretamente com o termo, mas que já existam reformulações no plano de trabalho, por parte da gestão, sobretudo no que diz respeito ao turismo.

Diferentemente do setor público, os agentes privados entrevistados revelam conhecimento do tema, como é o caso da ASHTEP, que trabalha os seus princípios baseados nos parâmetros do ESG. Durante a entrevista foi acrescentado que,

A gente usa aqui um outro termo muito forte, que é o tripé da sustentabilidade ambiental, econômico e social, a gente coloca a mesma coisa, só que o econômico. A gente já pratica isso, só não usamos a palavra G de governança, mas sim E de econômico. Já é uma coisa muito comum para a gente, já fazemos isso há muito tempo, nossas ações são voltadas para os ESG.

Já por parte da Associação das Barracas da Praia do Amor, quando questionado na entrevista, foi comentado que era a primeira vez que ouvia-se falar sobre a temática. Mas, o que se percebe é que a associação já pratica de forma indireta ações que se enquadram no conceito. Essas podem ser percebidas através das parcerias com a comunidade local, a oferta de empregos, a preocupação com a limpeza da orla, além da

[55] Secretaria de Turismo e Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Tibau do Sul.

preocupação com a reciclagem das cadeiras de sol, e do destino dado ao óleo utilizado nas frituras, dos restaurantes parceiros. Essas podem ser observadas nos seguintes trechos.

Sempre que posso participar de reuniões que falem sobre a nossa Orla, a gente está presente, a gente participar de tudo que seja bom para o nosso meio ambiente, como por exemplo também, as coletas de lixo via mutirão, contribuir para o Preserve Pipa, o pessoal dele que faz sempre a limpeza nas praias. [...] Todo dia de manhã cada barraca passa o rastelo na areia, para fazer a coleta do micro lixo, principalmente das bitucas de cigarro, que mesmo tendo cinzeiro, alguns jogam na areia.

No que diz respeito a coleta de lixo do município, são apontadas algumas críticas, pois o sistema de coleta ainda não incorpora todas as porções do território de Tibau do Sul, não chegando, por exemplo, à Praia do Amor. Assim, é papel do empresário transportar os resíduos até a porção que abrange a coleta.

Posso dizer que pelo município não há coleta seletiva, quem faz são os empresários que selecionam e separam, mas quando chega na parte recolher o lixo pelo município, é misturado tudo. Não tem um carro para separar. O que se está fazendo são as iniciativas, mas as pessoas que estão fazendo, como por exemplo grupos que montam seu espaço de reciclagem do vidro, apoiado pelos Preserve Pipa, outro que recicla o cadeirão, e é isso, ainda não temos coleta seletiva pelo município. Mas acredito que a partir do momento que conseguir alinhar, o poder público com todos e criar essa consciência e um caminho vai ser zero impacto e quando se fala em sustentabilidade é muito importante ver todas as áreas.

Logo, observa-se que algumas metodologias são empregadas para garantir ações sustentáveis, no que diz respeito à atividade turística. A respeito da visão dos remetentes do questionário, ao serem questionados sobre as chances de um empreendimento voltado para o turismo de demandas massiva, se tornar sustentável; 72,7% afirmaram acreditar ser possível, e, 27,3% responderam com talvez, aparentando uma certa dúvida, quanto a essa mudança. De modo geral, não foi coletada nenhuma resposta negativa quanto a essa indagação.

É oportuno compreender que, os meios de hospedagens voltados para o turismo de massa, não necessariamente nunca serão sustentáveis. Sua origem se deu pela lógica capitalista, para atender a demanda empresarial e a um público específico. Pensar de forma sustentável consiste no anteposto do turismo de massa, mas as práticas podem ser incorporadas ao modo do *saber-fazer,* para os negócios. Pois, a sustentabilidade entra como uma necessidade da sociedade atual, para restaurar os danos causados ao espaço

geográficos e a todos os elementos que o compõem, visando o presente e futuro das gerações de forma mais justa. Esse discurso, é frequentemente compreendido por alguns autores como uma utopia, para outros como uma solução para mitigar muitos impactos negativos, reais e vivenciados no cotidiano de muitos brasileiros. (TAVEIRA; GONÇALVES, 2012).

Referente a atual fase dos remetentes no âmbito da sustentabilidade, foi questionado qual frase ou palavra que melhor poderia definir a situação da sustentabilidade no seu negócio. As respostas foram organizadas através da nuvem de palavras, que resultou na figura a seguir.

Figura 15. Nuvens de Palavras

Fonte: Word Art, elaborado com base no questionário aos membros da ASHTEP, 2022.

Na Figura 15, observa-se frases e palavras em destaque, como: respeito, futuro e consciência. Diante dessas respostas, permite-se acreditar no lado mais consciente das práticas empresariais, quanto às condutas e ações empregadas na interação com o meio ambiente. A parcela dos entrevistados e dos respondentes dos questionários já apontam uma mudança no paradigma comportamental das suas empresas, como referido pelas hospedagens e nas barracas de praia.

Logo, ressalta-se aqui, que é de responsabilidade dos governos locais a implementação de regras específicas voltadas para a sustentabilidade, mediante a formulação dos planos diretores, legislação e decretos que possam contribuir como uma governança transparente, a fim de fomentar um planejamento participativo e inclusivo. Assim, a ação das políticas públicas pode influenciar o desempenho das empresas locais

para se adequar ao novo paradigma do turismo e, consequentemente, as políticas públicas influenciarão diretamente em como as empresas se preocupam em implementar medidas que favoreçam parâmetros do ESG, gerando explicitamente, um melhor desempenho econômico, ambiental e social, numa perspectiva geral do setor para o município. (IONESCU et al, 2019).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As redes criadas pela globalização, geralmente, buscam atender as demandas da sociedade que vigoram em um determinado tempo e espaço, e que outrora induzem a formação de novas redes, estabelecendo características comuns e únicas, inspiradas por conexões entre os territórios usados para o turismo. Esse, que ao interpretado somente pela perspectiva econômica ressalta, apenas, uma das visões sobre o setor. Em contraste a essa percepção a sustentabilidade aplicada no turismo revela sua complexidade, por envolver conceitos subjetivos, e variados elementos que compõem o espaço geográfico.

Além da perspectiva econômica, este trabalho abordou uma análise mais panorâmica trazendo dados de indicadores socioeconômicos e ambientais; da sustentabilidade, por meio da ODS municipal; análise de documentos oficiais, quanto as legislações municipais desenvolvidas para discussões sobre o meio ambiente, turismo e sustentabilidade; informações cartográficas sobre a distribuição espacial dos empreendimentos de hospedagens e de alimentação no município; e, dados sobre a geração de empregos pelas atividades turísticas.

Observou-se que Tibau do Sul, juntamente com a capital, são os únicos municípios do Estado a serem classificados como categoria A conforme o MTur. Essa rotulação, pode ser confirmada por meio dos dados e da importância que a atividade turística representa no município, consolidando-o como um destino internacionalmente conhecido. Ademais, o município e a praia de Pipa foram o primeiro destino da América Latina a ganhar o selo verde internacional do Green Destinations (Prêmio Prata) no ano de 2020, além do terceiro lugar na categoria Clima e Meio Ambiente no Prêmio História, em 2021 e foram selecionados nos 100 Melhores Destinos Sustentáveis em 2020 e 2021. Recentemente, o Mapa do Turismo Responsável Brasileiro o apontou o destino como Turismo Sustentável, pelo modelo de gestão que busca se enquadrar as metas da ODS.

Logo, se observou uma mobilidade por parte da gestão pública, em tentar se enquadrar no paradigma da sustentabilidade para fomentar o turismo, o que a permitiu ganhar as qualificações, supracitadas, dando-a mais notoriedade ao município. Durante a abordagem da discussão sobre os empregos, esses se revelaram mais concentrados no distrito de Pipa. No entanto, essa concentração potencializa o aparecimento de indicadores negativos, por meio do aumento das desigualdades sociais; impactos na paisagem natural; alta demanda de consumo concentrada em uma só localidade, o que desencadear desiquilíbrio para as demais áreas; entre outros. Assim, se faz imprescindível

pensar num planejamento voltado para descentralização das atividades turísticas, com finalidade do aproveitamento mais satisfatório da porção territorial do município. Sendo esse possível por meio do uso de outros segmentos turísticos como, turismo cultural, turismo rural, atrações urbanas e férias de conservação. Por mais que alguns desses segmentos, já se faça apresente no município, a sua aplicabilidade ainda é muito secundarizada e ofuscada, pelo turismo de Sol e Praia.

A ideia de ecoturismo em regiões litorâneas, através das atividades de carcinicultura, consiste numa alternativa sustentável para exploração do espaço litorâneo por meio de técnicas. Essa atividade, pode ser vista como alternativa para limitar a degradação dos ecossistemas litorâneos e permitir um manejo inteligente dos recursos naturais. A carcinicultura e ostreicultura podem ser tomadas como alternativas para geração de renda e empregos para as comunidades pesqueiras locais. Por requerer a aplicação de técnicas, essas poderão ser instruídas com base em parcerias com universidades, como a UFRN. Assim, além de estimular o empreendedorismo local, essa permitirá estabelecer uma ponte entre o meio acadêmico, a gestão municipal e comunidades locais, proporcionando benefícios paras várias áreas.

Diante desse viés, notou-se a importância da comunidade local para a atividade turística, essa deve ser observada mediante do planejamento e gestão das atividades no território. Em resposta ao ofuscamento das comunidades, decorrente da prática turística, Irving, Lima e Oliveira (2022), estabelece a discussão sobre o turismo conhecido como Turismo de Base Comunitária (TBC), esse pode ser implementado como uma possibilidade de resgate das tradições locais, geralmente perdidas, durante o processo de ascensão do turismo. Para o município de Tibau do Sul, acredita-se que o turismo de base comunitária e o cultural, possam agregar valor ao destino, como o exemplo, por meio do Coco de Zambê, conhecido como uma dança cultural, descrita com beleza na Obra de Hélio Galvão. A dança era apresentada pelos moradores do quilombo de Sibaúma, no entanto, essa prática anda um tanto ofuscada. Essa e as demais culturas, predominantes nos distritos e comunidades, podem agregar valor cultural mais reluzente ao destino, e, incorporar o empreendedorismo e a valorização dos nativos mais satisfatoriamente.

A nível municipal, percebeu-se a necessidade do fortalecimento entre o município e o Estado na implementação e restauração de infraestruturas que dão suporte as atividades turísticas, através da reforma das estradas, ampliação do abastecimento de água, coleta seletiva e esgotamento sanitário. Pois, a partir da ida *in loco*, a rodovia RN 003, que liga o município de Goianinha a Tibau do Sul e dá acesso ao distrito de Pipa, em

2022, apresenta-se com processos erosivos. Durante a análise dos dados sobre saneamento básico, apontou-se que até o ano de 2020, cerca de 28% da população não tinha acesso ao abastecimento de água, e que o esgotamento sanitário ainda não fazia parte da realidade para mais de 50% da população.

Deste modo, os dados trabalhados no capítulo IV e V, dão luz as necessidades para formulação de políticas públicas e ações governamentais capazes de estabelecer a conexão entre o Estado-município e a Universidade-município. Uma vez que, o desenvolvimento da atividade turística deve ser implementado mediante um planejamento que idealize benefícios para todas as camadas da sociedade. Até então, os benefícios permeiam uma realidade muito limitada, sobretudo, quando se trata do turismo sustentável. Pois, como dissertado neste estudo, o turismo sustentável consiste no modo de praticar o turismo a fim de reduzir os impactos negativos, por meio das ações consciente e sustentáveis do uso do território turístico.

A sustentabilidade pode ser alcançada por meio da promoção de atividades produtivas nas comunidades e ações que possibilitem o bem-estar social, a responsabilidade ambiental e os benefícios econômicos. Quanto a responsabilidade ambiental aplicada nas empresas, essa pode ser desenvolvida baseada nas demandas do mercado e incorporação de metodologias para regulamentar, informar e adaptar o sistema de produção, sem alterar a essência do negócio. Uma alternativa é a aplicação de auditorias ambientais como instrumento de gestão, que pode ser empregada nas empresas como metodologia para identificar as fragilidades e avaliar a sua compatibilidade quanto a sustentabilidade. Essa alternativa já é ofertada por algumas empresas de gestão e consultorias, o que possibilita que os empreendimentos possam se tornar sustentáveis, ao seguirem os parâmetros norteados pelo ESG.

As respostas dos remetentes, a respeito do questionamento acerca da existência de um sistema de gestão de eficiência, demonstram as necessidades para elaboração de discursos e ações sobre governança e ética empresarial, que podem ser trabalhadas tanto pelos agentes públicos, quanto os privados. Mas, é primordial que a conscientização e as condutas façam parte da realidade das empresas que compõe o território turístico do município. Logo, a linguagem ESG deve ser uniformizada entre os agentes, com propósito da elaboração de legislações e práticas do setor público, a fim de direcionar e incentivar o setor privado para ações mais sustentáveis e para o desenvolvimento do paradigma da sustentabilidade aplicada a todo de Tibau do Sul.

REFERÊNCIAS

ABIH. **Green Destinations: Tibau do Sul recebe certificação internacional inédita no Brasil e única na América do Sul.** Disponível em: https://www.abihrn.com.br/2020/11/06/green-destinations-tibau-do-sul-recebe-certificacao-internacional-inedita-no-brasil-e-unica-na-america-do-sul/. Acesso em: 22 de ago. 2022.

AMBROZIO, A. M. et al. **A difusão da agenda ESG no mundo e no Brasil**. Agência BNDES de Notícias, Rio de Janeiro, 23 out. 2020. Disponível em: https:// agenciadenoticias.bndes.gov.br/blogdodesenvolvimento/detalhe/A-difusao-da agenda-ESG-no-mundo-e-no-Brasil/. Acesso em: 15 out. 2022.

ANDRADE, M. C. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, M; SOUZA, A.A. de; SILVEIRA, M. L. (Org.). **Território: globalização e fragmentação**. 4 ed. São Paulo: Hucitec. 213 -220 p. 1998.

ALMADA, J. A. B. de. **El A geographical approach of the Polo Costa das Dunas/RN. Geopauta**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 141-161, 2020. DOI: 10.22481/rg.v4i1.6242. Disponível em: https://periodicos2.uesb.br/index.php/geo/article/view/6242. Acesso em: 18 sep. 2022.

BARCHET, A. C. N. D; et al. **A gênese do ESG e sua correlação com a sustentabilidade.** 2021. Estratégias ODS Brasil. Disponível em:https://www.estrategiaods.org.br/article/a-genese-do-esg-e-sua-correlacao-com-a-sustentabilidade/. Acesso em: 01 de maio de 2022.

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo.** São Paulo: Senac. 1998.

_____. Como certificar o turismo sustentável? **Turismo em Análise**, v. 14, n. 2. 5-16 p. 2003.

BITTENCOURT, Felipe. Como medir e gerir o impacto ambiental real das empresas?. In. ARRUDA, Carlos et al. **Inovação: o motor do ESG**. Nova Lima: Fundação Dom Cabral, 2022. Livro Eletrônico/EBook. 195 - 199 p. DOI: doi.org/10.52959/978-65-994597-8-8. Acesso em: 3 de nov. 2022.

BLASI, Gabriel D. Inovação Sustentável - a interseção entre propriedade intelectual e ESG. In. ARRUDA, Carlos et al. **Inovação: o motor do ESG**. Nova Lima: Fundação Dom Cabral, 2022. Livro Eletrônico/EBook. 212 - 219 p. DOI: doi.org/10.52959/978-65-994597-8-8. Acesso em: 3 de nov. 2022.

BRASIL, Nações Unidas. A ONU e o meio ambiente. ln: ONU. **Publicações**. Rio Grande do Norte, 16 set. 2020. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/91223-onu-e-o-meio-ambiente. Acesso em: 10 jun. 2022.

_____. Constituição (1988), Capítulo VI – Do Meio Ambiente, **Art. 225**. Disponível em:http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/constfed.nsf/16adba33b2e5149e032568f60071600f/62e3ee4d23ca92ca0325656200708dde?OpenDocument#:~:text=Texto%20do%20Cap%C3%ADtulo-,Art.,as%20presentes%20e%20futuras%20gera%C3%A7%C3%B5es. Acesso em: 9 de nov. 2022.

_____. Ministério do Turismo. **Mapa do Turismo**. Disponível em: https://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html. Acesso em: 05 out. 2022.

_____. Ministério do Turismo. **Ecoturismo:** orientações básicas. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. 2. ed. – Brasília: Ministério do Turismo, 2010. 90 p

BRUSEKE, F. J. O problema do desenvolvimento sustentável. In. CAVALCANTI, Clóvis. **Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável.** 4 ed. São Paulo: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco. 29–40 p. 2003.

BOULLÓN. R. C. **Planificación del Espacio Turístico.** 4 ed. México: Trillas, 2006.

BURSZTYN, M; JUNIOR, R. R. B. Prudência e utopismo: Ciência e educação para a Sustentabilidade. In. BURSZTYN, M; et al. **Ciência, ética e sustentabilidade**. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO. 158-188 p. 2001

CÉSAR, P. A. B. **Turismo e desenvolvimento sustentável:** análise dos modelos de planejamento turístico. Caxias do Sul, RS: Educs, 2011.

CLAVAL, Paul. A geopolítica e o desafio do desenvolvimento sustentável. In: BECKER, B.K; MIRANDA, M. **A geografia política do desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 457-469 p. 1997.

CORRÊA, R.L. **Região e organização espacial.** São Paulo: Ática, 1995

_____. Espaço, um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, I. E; GOMES, P. C.C; CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 15-48 p. 2000.

COSTA, W. F.; FONSECA, M. A. P. Lazer, turismo, especulação imobiliária e conflito territorial entre São Miguel do Gostoso e Touros (RN). **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, *[S. l.]*, v. 13, n. 3, p. 92–104, 2019. DOI: 10.7784/rbtur. v13 i3.1587. Disponível em: https://rbtur.org.br/rbtur/article/view/1587. Acesso em: 10 out. 2022.

COUTINHO, Leandro de M. Pacto Global da ONU e os dez princípios. **Revista BNDES**. Rio de Janeiro, v. 28, n° 56. 501-518 p. 2021.

CPRM. Serviço Geológico do Brasil Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea. **Diagnóstico do município de Tibau do Sul, estado do Rio Grande do Norte.** Recife: CPRM/PRODEEM, 2005.

CRUZ, R. C. A; SABINO, A. L; MOLINA, F. S; CHARGAS, R. P. **Geografia do turismo: de lugares a pseudo-lugares.** São Paulo: Roca. 1-35 p. 2007. 140 p.

_____. **Política de Turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. Políticas públicas de turismo no Brasil: território usado, território negligenciado. **Geosul**, Florianópolis, v. 20, n. 40, jul./dez. 27-43 p. 2005.

ESRI Brasil. **Agenda ESG e Inteligência Geográfica em Governos**: Agenda ESG e Inteligência Geográfica em Governos. 2021 Disponível em: https://storymaps.arcgis.com/stories/47406648aebb42dc9fe506297ada6464. Acesso em: 08 de maio de 2022.

FECOMÉRCIORN. **Ações do DEL Turismo no Santuário Ecológico de Pipa levam Tibau do Sul a conquistar nova premiação internacional no "Green Destinations Story Awards".** Disponível em: https://fecomerciorn.com.br/noticias/acoes-do-del-

turismo-no-santuario-ecologico-de-pipa-levam-tibau-do-sul-a-conquistar-nova - premiacao-internacional-no-green-destinations-story-awards/. Acesso em: 30 mai. 2022.

FIRJAN. IFDM 2018 – Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal. In: **Publicações FIRJAN – Pesquisas e Estudos Socioeconômicos**. 2018. Disponível em: http://publicacoes.firjan.org.br/ifdm2018/. Acesso em 10 nov. 2022.

_____. **Dados do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal – IFDM**. Disponível em:https://firjan.com.br/ifdm/consulta-ao-indice/ifdm-indice-firjan-de-desenvolvimento-municipal-resultado.htm?UF=RN&IdCidade=241420&Indicador=1&Ano=2016. Acesso em 10 out. 2022.

FRATUCCI, A. C. **A dimensão espacial nas políticas públicas brasileiras de turismo**: as possibilidades das redes regionais de turismo. Niterói: [s.n.], 2008. 308 p.

_____. Turismo e território: relações e complexidades**. Caderno Virtual de Turismo**. Edição especial: Hospitalidade e políticas públicas em turismo. Rio de Janeiro, v. 14. 87-96 p. 2014.

FONSECA, Maria Aparecida Pontes da et al. Urbanização e Desenvolvimento Desigual do Turismo no Litoral Brasileiro. **Mercator** (Fortaleza) [online]. 2022, v. 21. Disponível em: https://doi.org/10.4215/rm2022.e21013. Acesso em: 10 de nov. 2022.

FONSECA, Maria A. P. **Espaço, políticas de turismo e competitividade**. Natal, RN: EDUFRN, 2005. 226 p.

GALVÃO, Hélio. **Novas cartas da praia.** Rio de Janeiro, RJ: Edições do Val, 19 – 95 p. [s.d].

GUIMARÃES, R. P. Desenvolvimento sustentável da retórica à formulação de políticas públicas. In: BECKER, B. K; MIRANDA, M. **A geografia política do desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997. p. NET14-44.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

IBGE Cidades. **História.** [S.l.]. IBGE, [s.d]. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/tibau-do-sul/historico. Acesso em: 10 ago. 2022.

_____. **Produto Interno Bruto dos Municípios** [S.l.]. IBGE, [s.d]. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/tibau-do-sul/pesquisa/38/46996?tipo=grafico&indicador=47022. Acesso em: 10 ago. 2022.

INSTITUTO ÁGUA E SANEAMENTO. **Municípios e Saneamento Beta**. Disponível em:https://www.aguaesaneamento.org.br/municipios-e-saneamento/rn/tibau-do-sul. Acesso em: 02 de dez. 2022.

IRVING, M. A; COELHO, A. M; ARRUDA, T. O. Turismos, sustentabilidade e pandemias: incertezas e caminhos possíveis para planejamento turístico no horizonte da Agenda 2030. **Revista acadêmica observatório de inovação do turismo**. 73-105 p. 2020.

IRVING, M. A; et al. Revisitando significados em sustentabilidade no planejamento turístico**. Caderno Virtual de Turismo**, Instituto Virtual de Turismo, Rio de Janeiro, n. 18, dez. 1-7 p. 2005.

IONESCU, G. H., FIROIU, D., PIRVU, R., & VILAG, R. D. The impact of ESG factors on market value of companies from travel and tourism industry. **Technological and Economic Development of Economy.** Vol. 25, n°5. 2019. 820-849 p. Disponível em: https://doi.org/10.3846/tede.2019.10294. Acesso em: 10 de out. 2022.

KÖRÖSSY, N. Do Turismo Predatório ao Turismo Sustentável: uma revisão sobre a origem e a consolidação do discurso da sustentabilidade na atividade turística. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 8, n. 2, art. 6. 56-68 p. 2008.

LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas 2003.

LIMA, M. A. G; IRVING, M. A; OLIVEIRA, E. Decodificando Narrativas de Políticas Públicas de Turismo no Brasil: uma leitura crítica sobre o turismo de base comunitária (TBC). **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, 16, e-2094 http://dx.doi.org/10.7784/rbtur.v16.2094

MAIMON, Dália. Responsabilidade ambiental das empresas brasileiras: Realidade ou discurso?. In: CAVALCANTI, Clóvis. **Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável.** 4. ed. São Paulo: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco. 399 - 416 p. 2003.

MALAR, J. P. Greenwashing: o que é e como identificar a prática da falsa sustentabilidade. **CNN**. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/business/greenwashing-o-que-e-e-como-identificar-a-pratica-da-falsa-sustentabilidade/. Acesso em: 20 de nov. 2022.

MOESCH, Marutschka Martini. **A produção do saber turístico**. São Paulo: Contexto, 2000.

MORAES, A. C. R. **Geografia Pequena História Crítica**. Obra completa 7. edição. São Paulo: HUCITEC, 1987.

NETO, J. A. **A era do Ecobusiness:** criando negócios sustentáveis. Barueri, São Paulo: Manole, 2015.

OCHOA, Carlos. Amostragem não probabilística: Amostra por conveniência. **Netquest.** Online, 21 out. 2015. Disponível em: https://www.netquest.com/blog/br/blog/br/amostraconveniencia#:~:text=Esta%20t%C3%A9cnica%20%C3%A9%20muito%20comum,meio%20de%20um%20crit%C3%A9rio%20estat%C3%ADstico. Acesso em: 7 nov. 2022.

OLIVEIRA, Normando. História da Cidade. ln: Prefeitura de Tibau do Sul. **Câmara Municipal de Tibau do Sul. Rio Grande do Norte**, 19 jun. 2018. Disponível em: https://www.tibaudosul.rn.leg.br/institucional/historia-da-cidade. Acesso em: 10 jun. 2022.

PACTO GLOBAL; STILINGUE. **A Evolução do ESG no Brasil.** 2021. 33 p.

PACTO GLOBAL REDE BRASIL. **Entenda o significado da sigla ESG** (Ambiental, Social e Governança) e saiba como inserir esses princípios no dia a dia de sua empresa. Pacto Global Rede Brasil: São Paulo, 1 dez. 2020. Disponível em: https://www.pactoglobal.org.br/pg/esg. Acesso em: 15 out. 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU DO SUL. **Código de Meio Ambiente do Município de Tibau do Sul**. Portal da Transparência. Tibau do Sul, 2008.

_____. **Lei complementar n° 06, de 30 de dezembro de 2008.** Plano Diretor participativo de Tibau do Sul. Portal da Transparência. Tibau do Sul, 2008.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ática, 1993.

RIO GRANDE DO NORTE. **Decreto Nº 18.186, de 14 de abril de 2005.** Institui o Polo Costa das Dunas e dá outras providências. 2005.

_____. **Decreto Nº 26.661, de 20 de fevereiro de 2017**. Dispõe sobre os Polos Turísticos do estado do Rio Grande do Norte e dá outras providências. 2017.

RODRIGUES, A. M. Problemática ambiental e espaço: Algumas questões teóricas metodológicas. Problemática ambiental: Algumas dimensões atuais. In: **Produção e consumo do e no espaço: problemática ambiental urbana**. São Paulo: Hucitec, 1998.

RUSCHMANN, D. V. M. **Turismo e Planejamento Sustentável:** a proteção do meio ambiente. Campinas: Papirus, 1997.

SAMPAIO, Tony Vinicius Moreira. **Cartografia temática** [Recurso eletrônico]. Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Geografia - UFPR, 2019. 248 p.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (Org.). **Território:** globalização e fragmentação. 4 ed. São Paulo: Hucitec. 15-20 p. 1998.

_____. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, p. 1-20, 2000.

_____. **Pensando o espaço do homem**. 3 ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1991.

_____. **A natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. p. 20-40. 2006. 258 p.

SOUZA, M. A. A. Meio ambiente e desenvolvimento sustentável: As metáforas do capitalismo. **Revista Cronos**, Natal-RN, v. 10, n. 2. 101-117 p. 2009.

SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E; GOMES, P. C.C; CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 77- 115 p. 2000.

TAVEIRA, M; GONÇALVES, S. Lazer e turismo: uma análise teórico-conceitual. In: FONSECA, M. A. **Segunda residência, lazer e turismo.** Natal, RN: EDUFRN. 20-39 p. 2012.

TAVEIRA, M. **Identidades cultural e turística de São Miguel do Gostoso,** Rio Grande do Norte (RN), Brasil. Turismo e Sociedade, Curitiba, v. 9, n. 1, p. 1-22, 2016. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/turismo/article/view/45935. Acesso em: 22 set. 2020.

TELES, R. **Fundamentos Geográficos do turismo.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

TULIK, O. Recursos naturais e turismo: tendências contemporâneas. **Revista Turismo em Análise,** [S. l.], v. 4, n. 2, p. 26-36, 1993. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/rta/article/view/63088. Acesso em: 18 nov. 2022.

UN. Department of Public Information. **Women, environment and development sustaining our common future**. New York: UN, 1987.

UN. Department of Public Information. **Report Of The United Nations Conference On the Human Environment Stockholm, June, 1972.** New York: UN, 1973.

UN. Secretary-General World Commission on Environment and Development. **Report of the World Commission on Environment and Development:** note / by the Secretary-General. New York: UN, 4 Aug. 1987. 374 p.

VIEIRA, P. F. Gestão patrimonial de recursos naturais: construindo o ecodesenvolvimento em regiões litorâneas. In. CAVALCANTI, Clóvis. **Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável.** 4. ed. São Paulo: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco. 293 – 322 p. 2003.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Quadro de questões realizadas nas entrevistas aos agentes do setor público de Tibau do Sul/RN, 2022

Nome: João Paulo Serafim Felix	Representante: Assessor técnico da Sec. Turismo de Tibau do Sul	Data: 21/10/2022	Meio de realização: Google Meet
1.No município de Tibau do Sul como se dá a participação dos produtores locais na atividade turística?			
2.Qual o número de estabelecimentos turísticos em Tibau do Sul (meios de hospedagem; bares e restaurantes; agências de viagens, locadoras e estabelecimentos de entretenimento). (Pois sabemos que o Cadastur não contempla a totalidade das empresas locais)			
3.Os anos que tiveram maior cadastramento de meios de hospedagem no Cadastur foram entre 2014-2018, sabe dizer se houve alguma política de incentivo ao cadastramento?			
4.Há estudos sobre a demanda turística (número de visitantes, procedência)? Tem dados sobre o fluxo turístico local? Qual a importância do turismo regional em Tibau do Sul?			
5.A respeito das associações, cooperativas e grupos de empresas existentes no município, o sr poderia me informar quantas e quais existem?			
6.Há programas ou políticas públicas que estimulem a articulação entre os produtores locais (pescadores, produtos alimentícios etc.) e as empresas turísticas?			
7.Sabe-se que o segmento turístico sol-mar é o mais importante em Tibau do Sul. No entanto, tem havido sérios problemas ambientais (como a queda de falésias). Quais seriam os principais e mais urgentes problemas ambientais decorrentes do turismo ou que podem gerar dificuldades para a promoção do turismo local?			
8.O portal do DataTur, do Ministério do turismo, enquadra turismo no município de Tibau de Sul como de Sol e Praia. Mas sabemos que Tibau do Sul possui um leque grande de possibilidades para trabalhar o turismo, como turismo sustentável, turismo de aventura, gastronômico, cultural, entre outros. Atualmente, quais os segmentos chave para o turismo local? Quais segmentos têm recebido maior atenção por parte dos gestores públicos e privados?			
9.A premiação do Green Destinations foi notícia na Fecomércio e em outros portais do estado e do Brasil, das quais informaram que Pipa foi o primeiro destino turístico da América Latina a ganhar a premiação Padrão Destino Verde e garantiu o selo internacional de Destino Seguro, o que aproxima de um padrão mais sustentável de se fazer turismo. Diante dessa perspectiva, quais práticas foram adotadas para garantir a premiação?			

10. Quais elementos/critérios são avaliados para premiação Green Destinations que Tibau do Sul foi contemplada?
11. Quais elementos/critérios são avaliados para obtenção do selo internacional de Destino Seguro?
12. Qual o elemento central do turismo de Tibau do Sul que o permite ser caracterizado como destino sustentável?
13. Ainda sobre a sustentabilidade em Pipa, atualmente muito se tem discutido no meio empresarial sobre o termo ESG - Environmental, Social and Governance, você saberia me informar se as Secretarias têm conhecimento do conceito? E se sim, como o conceito vem sendo estudado e pensando na prática das atividades turísticas?

Nome: Eliandro Gustavo Bortoluzzi	Representante: Secretário de Desenvolvimento Econômico do Município	Data: 31/10/2022	Meio de realização: Presencial na SEMDEC
1. Qual o percentual ou estimativa de colaboração da atividade turística para o município?			
2. Qual o número de estabelecimentos turísticos em Tibau do Sul (meios de hospedagem; bares e restaurantes; agências de viagens, locadoras e estabelecimentos de entretenimento). (Pois sabemos que o Cadastur não contempla a totalidade das empresas locais)			
3. Os anos que tiveram maior cadastramento de meios de hospedagem no Cadastur foram entre 2014-2018, sabe dizer se houve alguma política de incentivo ao cadastramento?			
4. Há uma política de desenvolvimento que esteja direcionada para as atividades do turismo, no município? Se sim, qual?			
5. Há programas ou políticas públicas que estimulem a articulação entre os produtores locais (pescadores, produtos alimentícios etc.) e as empresas turísticas?			
6. Sabe-se que diante dos problemas ambientais (como a queda de falésias), pode afetar a promoção do turismo. O sr. acredita que as práticas atuais, das atividades turísticas no município podem estimular mais problemas ambientais?			
7. A respeito da premiação do Green Destinations, Tibau do Sul foi o primeiro destino da América Latina a obter sua certificação Visto isso, como ou de quem se partiu a iniciativa para concorrer na premiação?			
8. Quais elementos/critérios foram avaliados para premiação Green Destinations que Tibau do Sul foi contemplada?			

9. Na sua opinião qual o elemento central do turismo de Tibau do Sul que o permite o destino ser caracterizado como destino sustentável?
10. Ainda sobre a sustentabilidade em Pipa, atualmente muito se tem discutido no meio empresarial sobre o termo ESG - Environmental, Social and Governance, você saberia me informar se as Secretarias têm conhecimento do conceito? E se sim, como o conceito vem sendo estudado e planejado para ser aplicado nas práticas das atividades?

APÊNDICE B - Quadro de questões realizadas nas entrevistas para a Associação das Barracas de Praia do Amor e a Associação das Barracas de Praia do Madeiro

Nome: Cristiano Silvestre Brito	Representante: Presidente da Associação das Barracas da Praia do Amor	Data: 25/10/2022	Meio de realização: Google Meet
1. Você poderia me informar com mais detalhes qual o papel da associação das Barracas da Praia do Amor?			
2. Em média quantos membros fazem parte da Associação?			
3. Sobre os empregos ofertados pelos serviços de turismo no seu segmento, qual seria a média atual de funcionário por empreendimento (barraca), e se esses são no geral funcionários locais, ou de outras regiões?			
4. Como se dá a relação entre as atividades da associação e os produtores locais (pescadores, agricultores etc.)?			
5. Na prática como que os membros da associação buscam estabelecer a relação entre as atividades turísticas desenvolvidas e o meio ambiente?			
6. A Associação possui algum projeto ou iniciativa que valorize a cultura local, ou os elementos locais?			
7. Recentemente o destino de Pipa ganhou um selo internacional verde, diante dessa conquista o sr observou se houve um aumento no número de turistas para os serviços desenvolvidos pelos barraqueiros?			
8. Você acredita que os serviços prestados pelos membros da associação possuem um papel importante para a economia, geração de emprego e para manter firme a cultura do município?			
9. Na sua opinião, qual o elemento central do turismo de Tibau do Sul que o permite ser caracterizado como sustentável?			
10. O sr. acredita que as atividades do turismo podem impactar o meio ambiente litorâneo de Pipa, se sim como que esse impacto pode se dá na paisagem?			

11. Atualmente o conceito da sustentabilidade está em alta e muito se tem discutido no meio empresarial sobre o termo ESG - Environmental, Social and Governance, esse vem substituindo o conceito da sustentabilidade, apontando se uma empresa é tentável ou não. O sr já ouviu falar sobre esse conceito?
12. Mesmo não conhecendo o termo do ESG o sr acredita que a associação emprega esses três parâmetros (a junção entre o meio ambiente, sociedade e governança) de forma prática?

Nome: Wellington Leandro Barbosa	Representante: Presidente da Associação das Barracas da Praia do Madeiro	Data: 07/11/2022	Meio de realização: Via WhatsApp
1. Você poderia me informar com mais detalhes qual o papel da associação das Barracas da Praia do Madeiro?			
2. Em média quantos membros fazem parte da Associação?			
3. Sobre os empregos ofertados pelos serviços de turismo no seu segmento, qual seria a média atual de funcionário por empreendimento (barraca), e se esses são no geral funcionários locais, ou de outras regiões?			
4. Como se dá a relação entre as atividades da associação e os produtores locais (pescadores, agricultores etc.)?			
5. Na prática como que os membros da associação buscam estabelecer a relação entre as atividades turísticas desenvolvidas e o meio ambiente?			
6. A Associação possui algum projeto ou iniciativa que valorize a cultura local, ou os elementos locais?			
7. Recentemente o destino de Pipa ganhou um selo internacional verde, diante dessa conquista o sr observou se houve um aumento no número de turistas para os serviços desenvolvidos pelos barraqueiros?			
8. Você acredita que os serviços prestados pelos membros da associação possuem um papel importante para a economia, geração de emprego e para manter firme a cultura do município?			
9. Na sua opinião, qual o elemento central do turismo de Tibau do Sul que o permite ser caracterizado como sustentável?			
10. O sr. acredita que as atividades do turismo podem impactar o meio ambiente litorâneo de Pipa, se sim como que esse impacto pode se dá na paisagem?			
11. Atualmente o conceito da sustentabilidade está em alta e muito se tem discutido no meio empresarial sobre o termo ESG - Environmental, Social and Governance, esse vem substituindo o conceito da sustentabilidade, apontando se uma empresa é sustentável ou não. O sr já ouviu falar sobre esse conceito?			

12. Mesmo não conhecendo/ Fazendo conhecimento do termo do ESG o sr acredita que a associação emprega esses três parâmetros (a junção entre o meio ambiente, sociedade e governança) de forma prática?

APÊNDICE C - Quadro de questões realizadas na entrevista ao representante da ASHTEP

Nome: Wanderson Borges	Representante: Presidente da Assoc. de Hoteleiros de Tibau do Sul e Pipa - ASHTEP, nome comercial é Preserve Pipa	Data: 26/10/22	Meio de realização: Via Google Meet
1. Você poderia me informar com mais detalhes qual o papel da Associação? (ano de criação, linhas de atuação etc.)			
2. Em média quantos membros fazem parte da Associação?			
3. Sabemos que o número de empreendimentos de hospedagens em Tibau do Sul é um dos maiores do Estado, ficando atrás apenas da capital potiguar. Diante dessa realidade, como o sr. avalia a importância do turismo para a economia local?			
4. A Associação possui alguma iniciativa que valorize a cultura local, ou os elementos locais? (parcerias…)			
5. Sobre os empregos ofertados pelos serviços de turismo no seu segmento, qual seria a média atual de funcionário por empreendimento, e se esses são no geral funcionários locais, ou de outras regiões?			
6. Há alguma articulação entre os produtores locais (pescadores, agricultores, etc...) com os meios de hospedagens? Existem parcerias…?			
7. Por ser um destino paradisíaco e natural (atrativo sol-praia), exigem cuidados necessários com o meio ambiente. Assim, existem ações da associação e do setor hoteleiro para a proteção do meio ambiente no âmbito local? (por exemplo: coleta seletiva do lixo, etc.)			
8. Os membros da associação apresentam alguma norma ou conduta de práticas estabelecidas nos seus meios de hospedagem no que se refere à sustentabilidade?			
9. O Sr. acredita que as atividades do setor hoteleiro podem impactar o meio ambiente litorâneo de Pipa, se sim como que esse impacto pode ser percebido?			
10. A associação desenvolve algum trabalho no que se refere a ações de sustentabilidade no contexto local?			
11. Recentemente o destino de Pipa ganhou um selo internacional verde, diante dessa conquista o sr. observou se houve um aumento no número de turistas para os seus serviços dos meios de hospedagens? Houve maior procura?			

12. Na sua opinião, qual o elemento central do turismo de Pipa que o permitiu ser caracterizado como um destino verde?
13. Como falado sobre a sustentabilidade e sua importância, existe diálogo com o poder público para a implementação de ações nesse quesito no âmbito local?
14. Atualmente o conceito da sustentabilidade está em alta e muito se tem discutido, sobretudo no meio empresarial é o conceito do ESG - Environmental, Social and Governance, esse vem substituindo o conceito da sustentabilidade, apontando se uma empresa é sustentável ou não. O sr já ouviu falar sobre esse conceito?
15. Mesmo não conhecendo o termo do ESG o sr acredita que a associação emprega esses três parâmetros (a junção entre o meio ambiente, sociedade e governança) em sua prática?

APÊNDICE D - Modelo de questionário aplicado aos membros associados da ASHTEP

Questionário para os membros da ASHTEP

O presente questionário faz parte do levantamento de dados da minha pesquisa monográfica como parte de conclusão de curso (de Bacharelado em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte). O estudo busca discutir como os princípios da sustentabilidade estão sendo dinamizados no espaço turístico de Tibau do Sul.
Obrigado pelo acesso ao questionário, bem como pela disponibilidade para respondê-lo.

Sobre as questões
Nesse questionário, a identificação do empreendimento é opcional. Os dados deste serão utilizados para análise de questões práticas para fins de pesquisa, não revelando as identidades das empresas. Peço que sejam precisos nas respostas para maior confiabilidade dos dados a serem analisados na presente pesquisa.

1. Nome do estabelecimento

2. Data de abertura:
   - ☐ Antes de 1989
   - ☐ 1989-1993
   - ☐ 1994-1998
   - ☐ 1999-2003
   - ☐ 2004-2008
   - ☐ 2009-2013
   - ☐ 2014-2018
   - ☐ 2019-2021
3. A empresa está cadastrada no portal do CADASTUR?
   - ☐ Sim

- Não

4. Tipo de hospedagem:
   - Hotel
   - Pousada

5. O empreendimento possui outros serviços fora dormitório?
   - Não
   - Sim, serviço de restaurante
   - Sim, serviço de Spar
   - Sim, serviços de pacotes de passeios turísticos
6. Quantos funcionários, em média, compõem sua hospedagem?
   - Menos de 10
   - 10 - 30
   - 31 - 50
   - 51 - 70
   - Mais de 70

Questões Pautadas no ESG	ESG - Environmental, Social and Governance (ambiental, social e governança, em português) consiste numa série de práticas ambientais, sociais e de governança de uma empresa. Logo, as questões estão pautadas nesses três parâmetros, nas busca de compreender sua aplicabilidade no contexto das hospedagens.

7. Toda a equipe de funcionários da hospedagem possui contrato formal?
   - Sim
   - Parcialmente, uns sim e outros não
   - Não
8. O empreendimento busca promover a igualdade de gênero nos empregos ofertados?
   - Não exatamente
   - Sim, em partes (quando a empresa estabelece 1 ou mais desses pontos:paridade salarial/ou/auxílio creche/ou/ programa de liderança feminina/ou/política contra assédio/ etc)
   - Sim, igualdade de gênero faz parte dos valores da nossa hospedagem

9. Quanto aos empregos gerados pelo turismo, qual a média percentual da população local na equipe de trabalho da empresa?

---

10. Há parcerias com os produtores locais, compra de seus produtos e oferta desses em seu estabelecimento?
    - Não
    - Sim, temos parceria com produtores de carcinicultura e ostreicultura
    - Sim, temos parceria com produtores locais (compra de 1 desses ou mais: peixes, frutos do mar, produtos orgânicos, doces, ostras)
    - Sim, temos parceria com artesãos locais (é realizado a revenda de seus produtos)

- Outro.:

11. A hospedagem possui licença ambiental?
- Sim
- Não

12. A hospedagem oferta programas e ações de educação ambiental, fora aqueles praticados pelo Preserve Pipa da associação? Se sim, qual?

- Não
- Sim, outro:_____

13. O processo de descarte dos resíduos sólidos do estabelecimento é feito com base na separação dos materiais e reciclagem?
- Não, o lixo é misturado e levado pela coleta pública nos caminhões de lixo
- Sim, o lixo é separado em recicláveis e não recicláveis para facilitar o trabalho
- dos catadores
- Sim, o lixo é separado e temos parcerias com associações de reciclagem para um descarte mais correto do nosso lixo.
- Sim, nosso lixo é incinerado e parte é separado para reciclagem

14. A hospedagem faz uso de fontes de energia limpa?
- Não, apenas a fonte convencional
- Sim, utilizamos a fonte convencional e painéis solares (energia solar)
- Sim, utilizamos apenas energia solar

15. O estabelecimento busca medir e/ou avaliar os impactos ambientais gerados por suas atividades?
- Não
- Não, não impactamos o meio ambiente, pois nossas atitudes são pensadas sempre na projeção de nossas ações
- Sim
- Sim, buscamos periodicamente analisar como mitigar as problemáticas ambientais de nossas responsabilidades

16. A respeito da gestão, o estabelecimento possui algum sistema de gestão de indicadores de eficiência?
- Sim
- Não
- Outro.:

17. O empreendimento possui canais de denúncias (irregularidades) para os turistas e servidores?
- Não
- Sim, para os turistas e servidores
- Sim, somente para os turistas

18. O Ecobusiness é praticado de forma direta na hospedagem, com venda de produtos ecológicos, fora os da linha Preserve Pipa, da associação?
- Não

- Sim
- Outro.:

19. Na sua opinião, qual o elemento central do turismo de Tibau do Sul que o permite ser caracterizado como um destino sustentável?
- A beleza das praias litorâneas
- A preservação ambiental e a presença de projetos, como o Projeto TAMAR
- A presença do Santuário Ecológico
- Todas as opções anteriores

20. Você acredita que qualquer meio de hospedagem, até mesmo aqueles voltados para um turismo de massa, pode se tornar sustentável?
- Não acredito
- Talvez
- Com certeza

21. Para você qual palavra ou frase que melhor define a sustentabilidade no seu negócio?

_____